

Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

31 de dezembro de 2021
com relatório do auditor independente

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2021

Índice

<u>Relatório da Administração</u>	3
Relatório do auditor independente sobre as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas	<u>10</u>
Demonstrações Financeiras auditadas	
Balanços patrimoniais	19
Demonstrações dos resultados	21
Demonstrações dos resultados abrangentes	22
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	23
Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto	24
Demonstrações do valor adicionado	26
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas	27

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Prezados Senhores:

A Administração da Notre Dame Intermédica Participações S.A. submete à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas do relatório do Auditor Independente, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Mensagem da Administração

Somos a maior empresa de assistência à saúde do Brasil de acordo com o número de beneficiários divulgados pela Agência Nacional de Saúde (ANS). Oferecemos planos de assistência à saúde e também planos odontológicos, provendo serviços de qualidade com custo-benefício atrativo, principalmente para a classe média brasileira. Acreditamos que nosso modelo diferenciado de atendimento na saúde, caracterizado por uma estrutura verticalmente integrada, representada por nossa Rede Própria de hospitais, prontos-socorros e clínicas, permitiu que nos destacássemos entre as principais operadoras de planos de assistência à saúde no Brasil.

O ano de 2021 apresentou inúmeros desafios, principalmente no primeiro semestre com a segunda onda da Pandemia de Covid-19, somada a retomada dos atendimentos eletivos. Foram registrados números recordes de novos casos e óbitos ao longo dos primeiros meses do ano. Ao final de abril de 2021, o número de óbitos decorrentes da Covid-19 em quatro meses já era superior ao total do ano anterior. Em paralelo, o avanço da vacinação da população adulta, iniciada em janeiro de 2021, mostrou-se imprescindível para o controle do surto pandêmico, de tal forma que observamos uma queda acentuada de novos casos e óbitos no segundo semestre de 2021.

Nesse contexto, o Grupo Notre Dame Intermédica deu continuidade aos planos de contingenciamento e iniciativas implementados em 2020 na tentativa de atenuar o impacto da segunda onda. Foram disponibilizadas 7 unidades de atenção primária e 6 hospitais da Rede Própria para atendimento exclusivo de pacientes com Covid-19, além de 11 hospitais referência, com fluxos e setores exclusivos para estes pacientes. A partir da queda acentuada de internações observadas a partir de junho de 2021, a Companhia iniciou o processo de desmobilização de leitos, equipes médicas e pessoal temporário, concluído apenas no final do ano.

Apesar das inúmeras adversidades, o Grupo Notre Dame Intermédica continuou na busca de fortalecer ainda mais os pilares do seu modelo de negócio por meio da (i) consolidação da sua presença nos seus mercados-alvos, com o lançamento das marcas GNDI Minas e GNDI Sul; da (ii) continuidade do seu crescimento (M&A e orgânico), com destaque para a recente expansão para o estado do Rio Grande do Sul (aquisição do Centro Clínico Gaúcho - CCG); e (iii) constante aprimoramento da qualidade dos serviços médico-hospitalares, prestados principalmente por meio da nossa Rede Própria, cujos incessantes investimentos buscam a melhoria contínua no atendimento aos nossos beneficiários.

Em linha com o ano de 2020, concluímos a aquisição de 8 ativos ao longo de 2021: Hospital Lifecenter (janeiro de 2021), Climepe (março de 2021), BioSaúde (março de 2021), Hospital do Coração de Londrina (abril de 2021), Medisanitas (abril de 2021), Hospital Maringá (julho de 2021), Serpram (agosto de 2021) e Santa Martha (outubro de 2021).

O Grupo Notre Dame Intermédica também fortaleceu a estratégia vencedora de verticalização dos custos médicos por meio (i) de contínua expansão da Rede Própria; e (ii) simplificação do mix de

venda com produtos microrregionais, que tendem a ser mais verticalizados (produtos com acesso direcionado à rede própria local).

No que diz respeito ao *mix* de produtos, vale destacar duas frentes de atuação: (i) expansão do produto NotreLife 50+ para as regiões de São Paulo, Alto Tietê e Guarulhos – plano de saúde individual desenhado ao público acima de 49 anos; e (ii) lançamento da linha Smart 150 Grande Rio, plano verticalizado da Filial do RJ.

Todas essas iniciativas permitiram que a Companhia continuasse com a 1ª posição em número de beneficiários de planos de saúde conquistada em 2020, terminando o ano de 2021 com 4,4 milhões de membros - aumento de 18% quando comparado ao ano anterior. Além disso, a Companhia continuou na 2ª posição em número de beneficiários de planos odontológicos (atrás apenas da Odontoprev), com 3,2 milhões membros - atendidos por meio de uma rede de cerca de 18.000 dentistas presentes em mais de 1.000 municípios.

A Receita Operacional Líquida da Companhia apresentou crescimento de 17,9%, atingindo R\$ 12,6 bilhões, fruto dos esforços contínuos para expansão no número de beneficiários, além das aquisições já mencionadas. Analisando as operações de planos de Saúde e Odontológicos, tivemos crescimento em ambas, sendo 18,2% na primeira, atingindo R\$ 12,3 bilhões e 9,0% na segunda, atingindo R\$ 0,3 bilhões.

Por fim, é importante destacar que no início de 2021, o Grupo Notre Dame Intermédica e Hapvida Participações e Investimentos S.A anunciaram a combinação de seus negócios, sujeita à aprovação pelo CADE e pela ANS. A operação recebeu aprovação definitiva sem restrições pelo CADE em 04 de janeiro de 2022 e foi concluída em fevereiro de 2022.

Histórico GNDI

“Tornar saúde de qualidade acessível a gerações de Brasileiros”

Ao se nortear pelo preço justo, prevenção e medicina resolutiva, o Grupo Notre Dame Intermédica tem guiado suas operações desde sua fundação de forma a oferecer a seus associados uma solução de qualidade superior no mercado de saúde suplementar.

A Companhia atua em duas linhas principais de negócio:

- **Operações de saúde**, que contemplam **planos de assistência à saúde**, com ampla gama de escolha entre produtos com acesso majoritário à nossa Rede Própria de hospitais, prontos-socorros e clínicas além de extensa rede de prestadores credenciados; e **serviços hospitalares** nas regiões em que o Grupo Notre Dame Intermédica detém Rede Própria, atendendo também aos associados de outras operadoras ou pacientes particulares;
- **Planos de assistência odontológica**, que garantem atendimento odontológico de qualidade em milhares de prestadores credenciados em todo o Brasil.

Ao agregar essas linhas de negócio, a Companhia entende que pode tanto garantir a sua sustentabilidade financeira quanto otimizar a experiência do cliente corporativo e do beneficiário final. Isso é possível graças ao modelo verticalizado de atendimento à saúde: hospitais próprios garantem que não haverá procedimentos desnecessários, reduzindo a pressão de custos ao cliente e os riscos ao paciente. Ao mesmo tempo, a associação de planos odontológicos e de saúde oferece ao cliente o acesso mais abrangente à saúde.

Desde o início das operações em 1968, a Companhia se dedica à Medicina Preventiva, tornando-se pioneira na Saúde Suplementar desse tipo de atenção. Entendemos que a prevenção de doenças

é o caminho mais sustentável para o Grupo e para o setor de saúde ao trazer melhor qualidade de vida para pacientes.

Cenário macroeconômico e setorial

Assim como foi observado em 2020, diversos indicadores macroeconômicos apresentaram alterações significativas ao longo do ano quando comparado com as expectativas do período pré-pandemia. Alguns desses indicadores foram mais impactados como a inflação ao consumidor medida pelo IPCA, a taxa SELIC, o Produto Interno Bruto (PIB) e a taxa de desemprego.

A inflação ao consumidor medida pelo IPCA atingiu 10,1% em 2021, maior valor desde 2015. Enquanto isso, a inflação médica apresentou alta de 18,2% no período de 12 meses encerrados em junho de 2021, quando comparado aos 12 meses precedentes, segundo dados do Instituto de Estudos de Saúde Suplementar (IESS). Parte desse aumento é reflexo do fim do repesamento de procedimentos médicos eletivos realizado ao longo de 2020 e o encarecimento de suprimentos e insumos médicos durante o período da Pandemia.

Em resposta à aceleração da inflação, o Banco Central iniciou um ciclo de alta nos juros, elevando a taxa básica de juros SELIC de 2,00% em janeiro de 2021 para 9,25% em dezembro de 2021. Esse aumento tem impacto direto na economia, freando investimentos e o consumo das famílias e aumentando o custo de capital das empresas.

O Produto Interno Bruto brasileiro avançou 4,6% em 2021, retomando o patamar pré-pandemia. Em 2022, há expectativa de crescimento de apenas 0,5% de acordo com relatório FOCUS de dezembro de 2021.

A taxa média de desemprego em 2021 foi de 13,2%, segunda maior da série histórica iniciada em 2012 e abaixo da taxa observada em 2020 (13,8%), refletindo a retomada parcial da atividade econômica. Houve a criação de 2,7 milhões de postos formais de trabalho entre janeiro e dezembro segundo o CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados).

A criação de vagas formais de trabalho propiciou o crescimento em 12 meses de 3,1% do número de beneficiários de planos de saúde (+1,5 milhão de vidas), maior alta desde 2013, em função da elevada proporção de planos coletivos. A taxa de cobertura nacional passou de 24,2% em 2020 para 24,4% em 2021.

Apesar das adversidades enfrentadas no ano de 2021, o Grupo Notre Dame Intermédica manteve a posição de maior operadora de saúde suplementar no Brasil em número de beneficiários, com mais de 4,4 milhões de beneficiários de planos de saúde, 9% do mercado nacional. No segmento de planos odontológicos, permanecemos na 2º posição, com mais de 3,2 milhões de membros, equivalente a 11,2% do mercado.

Crescimento por aquisições (M&A)

Em 2021, o Grupo Notre Dame Intermédica concluiu oito aquisições e celebrou um contrato de compra e venda de ações que marcou a entrada do grupo no estado do Rio Grande do Sul. Com aquisições de ativos estratégicos para nosso negócio, a Companhia continua a fortalecer a presença nos mercados-alvos, principalmente nas filiais Sul e Minas Gerais.

Em janeiro de 2021, a Companhia concluiu a aquisição do Hospital Lifecenter, com 205 leitos, sendo 40 leitos UTI, localizado em Belo Horizonte/MG.

Em março de 2021, a Companhia concluiu a compra da Climepe, operadora baseada em Minas Gerais que conta com mais de 33 mil beneficiários de planos de saúde e 6 mil beneficiários de

planos odontológicos, além de um hospital com 199 leitos, sendo 16 leitos UTI, localizado em Poços de Caldas.

Também em março de 2021, a Companhia concluiu a aquisição da BioSaúde, operadora com mais de 100 mil vidas em planos de saúde no estado de São Paulo, sendo 70% delas na modalidade PME/ Corporativo.

Em abril de 2021, a Companhia concluiu a aquisição do Hospital do Coração de Londrina, que conta com 248 leitos, sendo 83 leitos UTI, distribuídos em duas unidades localizadas em Londrina/PR.

Também em abril de 2021, a Companhia concluiu a aquisição do Grupo Medisanitas, operadora baseada em Minas Gerais que conta com mais de 414 mil beneficiários de planos de saúde e 3 mil beneficiários de planos odontológicos, além de um hospital próprio com 58 leitos. Com a aquisição, o Grupo Notre Dame Intermédica tornou-se a segunda maior operadora de saúde de Minas Gerais, atrás apenas da Unimed.

Em julho de 2021, a Companhia concluiu a compra do Hospital Maringá, que conta com 81 leitos, sendo 12 leitos UTI, localizado em Maringá/PR.

Em agosto de 2021, a Companhia concluiu a transação de compra da Serpram, operadora baseada em Minas Gerais que conta com mais de 47 mil beneficiários de planos de saúde, 10 mil beneficiários de planos odontológicos, além de dois hospitais com um total de 74 leitos, sendo 21 leitos UTI, localizados em Alfenas e Varginha.

Em outubro de 2021, a Companhia concluiu a compra do Hospital Santa Martha, com 187 leitos, sendo 63 leitos UTI, localizado em Niterói, região metropolitana do Rio de Janeiro.

Além das aquisições concluídas em 2021, o Grupo Notre Dame Intermédica celebrou em junho de 2021 um acordo de intenção de compra e venda de ações do Centro Clínico Gaúcho (CCG), uma das principais operadoras verticalizadas que oferecem planos de saúde, planos odontológicos e serviços de saúde majoritariamente no estado do Rio Grande do Sul. O CCG conta com uma Rede Própria que inclui 20 centros clínicos, 13 unidades de coleta de análises clínicas e o Hospital Humaniza, além de uma ampla gama de serviços aos beneficiários, como medicina preventiva, programa de assistência domiciliar e telemedicina 24 horas. Vale ressaltar que, com a conclusão da transação, o Grupo Notre Dame Intermédica passará a deter um *market share* aproximado de 13,6% na região metropolitana de Porto Alegre. A operação foi aprovada sem restrições pelo CADE e concluída em janeiro de 2022.

Rede Própria de Atendimento

Ao longo de 2021, com o objetivo de reforçar a marca nos mercados em que atua, foram realizadas campanhas sobre o lançamento das marcas GNDI Sul e GNDI Minas, destacando iniciativas relacionadas aos diversos *stakeholders* (Colaboradores, Beneficiários, Corretores, Clientes, Corretores e Médicos).

Com objetivo de reforçar ainda mais a presença da Rede Própria oferecida aos nossos beneficiários na Filial Sul, em julho de 2021, concluímos as obras do Pronto Atendimento Mercês, em Curitiba/PR,

uma moderna unidade dedicada exclusivamente à pediatria. A unidade oferece serviço de urgência e emergência 24h, atendimentos eletivos nas mais diversas subespecialidades pediátricas e exames complementares, alinhado ao nosso objetivo de levar qualidade assistencial aos nossos beneficiários, por meio da estratégia de verticalização, boas práticas e melhoria contínua. São aproximadamente 5 mil metros quadrados, com 17 consultórios, salas para triagem, curativos, gesso, isolamento, medicação, emergência, observação com 12 leitos e exames de raio-x e ecografia.

Em 31 de dezembro de 2021, a Rede Própria do Grupo Notre Dame Intermédica era composta por 35 hospitais, 25 prontos-socorros, 87 centros clínicos, 17 unidades de tratamento preventivo, 72 pontos de coleta, 12 unidades de exames de imagem e 3 unidades Notrelife 50+.

A busca pelo aprimoramento contínuo da qualidade e excelência na prestação de serviços de assistência integral à saúde é incessante, e por isso continuamos a realizar investimentos relevantes em nossos ativos e operações. Atualmente, a Companhia conta com 16 hospitais certificados pela Organização Nacional de Acreditação (“ONA”) e um hospital com certificação de qualidade Qmentum pela Accreditation Canada International.

Os resultados obtidos em 2021 fortalecem nossa certeza de que estamos no caminho certo, oferecendo uma proposta de valor inigualável a nossos clientes, provendo atendimento de qualidade a preços acessíveis.

Desempenho Econômico Financeiro

A Receita Operacional Líquida consolidada cresceu 17,9% no período, passando de R\$ 10,7 bilhões em 2020 para R\$ 12,6 bilhões em 2021, tendo sido observado crescimento em cada uma das nossas principais linhas de receita: planos de saúde, planos odontológicos e venda de serviços médicos hospitalares para outros planos de saúde, este último justificado pela estratégia de verticalização com aquisição de novos hospitais.

Embora as internações hospitalares por COVID-19 tenham diminuído ao longo de 2021, permitindo uma melhora em alguns dos indicadores econômico-financeiros da Companhia, com retorno à normalidade, o Custo-caixa (excluindo as provisões para PEONA, SUS e depreciação) em relação a Receita Operacional Líquida apresentou crescimento e passou de 68,3% em 2020 para 79,3% em 2021. Dentre os principais motivos estão os custos com a conclusão da desmobilização da estrutura da Rede Própria criada para atender nossos beneficiários durante a pandemia, bem como, a alta utilização de testes de COVID-19 e frequência nos exames de imagens. O controle do custo tem como principal alavanca nossa estratégia de verticalização, que permite melhor controle da cadeia na prestação de serviços médicos aos nossos beneficiários. Com a integração gradual das aquisições estratégicas concluídas em 2021 e a concluir em 2022, e o retorno à normalidade pela pandemia, esperamos dar seguimento aos ganhos na frente de custos médico-hospitalares.

As despesas administrativas, comerciais, créditos de liquidação duvidosa (PDD) e outras despesas totalizaram R\$1.975,2 milhões, passando de 16,2% da receita líquida em 31 de dezembro de 2020 para 15,7% em 31 de dezembro de 2021, fruto de uma busca constante por melhorias de produtividade. A produtividade se traduz em ganho de escala conforme crescemos nosso negócio e adquirimos novas empresas com significativos ganhos de sinergia ao longo do tempo.

O prejuízo líquido do exercício findo em dezembro de 2021 atingiu R\$ 171,5 milhões, e teve como principal impacto, o aumento dos Custos dos Serviços Prestados em função do cenário de pandemia.

Investimento de Capital

No ano de 2021, a Notre Dame Participações S.A. e suas controladas mantiveram o ritmo de investimentos, tendo investido R\$ 380,0 milhões em expansão, reformas e melhorias. Além disso, o montante de R\$ 2.084,0 milhões foi destinado para a aquisição dos grupos Medisanitas, Serpram, Climepe, LifeCenter, Hospital Santa Martha, Grupo Hospitalar de Londrina, Bio Saúde e Hospital Maringá.

Endividamento

Em 31 de dezembro de 2021, possuímos uma posição de dívida líquida de R\$ 2.166,5 milhões, representado por R\$ 5.057,5 milhões de dívida bruta (empréstimos e financiamentos e debêntures, circulante e não circulante) deduzidos do montante de caixa e aplicações financeiras circulante de R\$ 2.891,0 milhões.

Distribuição de Resultados

A proposta de destinação do lucro líquido do exercício de 2021 contempla a constituição de Reservas Estatutárias conforme o que determina a Lei das SAs e nosso estatuto, entretanto, não houve distribuição de dividendo mínimo obrigatório, já que a Companhia apresentou prejuízo no exercício.

Gestão de Pessoas

Em 2021, a área de Recursos Humanos fortaleceu ainda mais a cultura organizacional da Companhia, reforçando o espírito empreendedor com uma abordagem profissional e única. A Companhia acredita que uma equipe comprometida com o cliente e experiente no setor de assistência à saúde constitui vantagem competitiva decisiva no complexo mercado de atuação.

Além disso, a Companhia continuou a fortalecer dois pilares estratégicos: acolhimento e qualidade. O Grupo Notre Dame Intermédica acredita que acolhimento é comportamento chave para uma organização focada no cliente. Diversas atividades foram desenvolvidas para reforçar o engajamento dos colaboradores no acolhimento ao beneficiário. Além disso, a preocupação com a assistência ao paciente é foco de toda equipe e para tanto ampliamos significativamente o número de creditações das nossas unidades assistenciais, incluindo uma certificação internacional.

O número de colaboradores da Companhia passou de 22.837 em dezembro de 2020 para 28.817 colaboradores em dezembro de 2021. Esse aumento deu-se principalmente, em função das aquisições realizadas ao longo do ano de 2021, principalmente com as Filiais Sul e Minas sendo consolidadas ao longo do ano. Do total de colaboradores, a Filial SP conta 19.360, a Filial RJ com 2.270, Filial Sul com 4.312 e a Filial Minas com 2.875.

ESG ou ASG (Ambiental, Social e Governança)

Apesar das inúmeras adversidades de 2021, a área de ESG (*Environmental, Social and Governance*) promoveu iniciativas importantes em todos os âmbitos, refletindo o compromisso da Companhia com o tema.

No âmbito Ambiental, nosso CEO Irlau Machado tornou-se membro do Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS). Além disso, o Grupo Notre Dame Intermédica ingressou no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e no *Carbon Disclosure Project* (CDP), principal índice global sobre desempenho em mudanças climáticas das empresas.

O Grupo Notre Dame Intermédica foi carbono-neutro durante os 12 meses de 2021, compensando 100% de suas emissões. Por conta dessa conquista, recebeu o Selo de Ouro do protocolo GHG (*Greenhouse Gases Inventory*), padrão global para que empresas e organizações gerenciem emissões de gases de efeito estufa.

Também em 2021, o Grupo Notre Dame Intermédica publicou seu segundo Relatório Anual de Sustentabilidade, seguindo os padrões do *Global Report Initiative* (GRI).

Pelo terceiro ano consecutivo, a Companhia fez parte do Índice de Sustentabilidade Dow Jones (DJSI). Em 2021, nossa pontuação global melhorou 91% em relação a 2020, alcançando uma pontuação geral de 42, com 36 no âmbito governança, 45 no âmbito ambiental e 49 no âmbito social.

O Grupo Notre Dame Intermédica participou pela primeira vez em 2021 e passa a fazer parte do Índice B3 de Carbono Eficiente (ICO2 B3) a partir de janeiro de 2022. Criado em 2010, o ICO2 B3 pretende ser um instrumento para induzir discussões sobre mudanças climáticas no Brasil. A adesão das empresas ao ICO2 demonstra seu compromisso com a transparência de suas emissões e antecipa o planejamento de cada uma delas em relação à redução de carbono para os próximos anos.

No âmbito Social, realizamos uma parceria de sucesso com a Retalhar, uma empresa especializada em logística reversa consciente, reciclando 1.177 toneladas de uniformes, dando origem a 1.180 lençóis. Ademais, em parceria com a ONG Cidade sem Fome, doamos 4 toneladas de fertilizante, fruto do nosso programa de compostagem e tratamento de resíduos.

No âmbito da Diversidade, 2021 marcou o lançamento do Programa Corporativo de Diversidade e Inclusão, expandindo diversas ações para promover a diversidade em todas as áreas de nossa estrutura operacional.

No âmbito da Educação e Pesquisa, nosso Instituto GNDI de Pesquisa desenvolveu, ao longo do ano, 17 estudos nas áreas de oncologia, cardiologia, infectologia e obstetrícia, submetendo 5 artigos científicos em conferências e revistas. 32 pacientes de câncer receberam tratamentos *gold standart* em pesquisa, gerando economias anuais na ordem de R\$ 10 milhões. Colaboramos, também, em parceria com empresas farmacêuticas, em 7 testes internacionais de novos medicamentos e 3 novas aprovações.

Em 2021, também, a companhia concluiu o Projeto de Implementação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), garantindo o alinhamento de nossas práticas internas com a legislação nacional relacionada à proteção de dados e a privacidade dos dados de todos os nossos stakeholders.

Inovação

Em 2021, o Grupo Notre Dame Intermédica deu início a iniciativa GNDI Venture, com o objetivo de investir em teses no setor da saúde, reforçando o compromisso da Companhia em adotar soluções de saúde inovadoras com qualidade e eficiência, capturando novas sinergias operacionais e

financeira, melhorando seu posicionamento competitivo no longo prazo por meio de investimentos em startups.

Em agosto de 2021, o GNDI Venture teve seu primeiro investimento minoritário na startup NeuralMed, uma startup brasileira cujas soluções otimizam o tempo de atendimento e a assertividade das decisões médicas por meio de Inteligência Artificial, além de identificar e diferenciar conceitos relevantes como estrutura anatômica, patologias e condução saúde na tomada de decisões, reduzindo custos e aumentando a qualidade assistencial. Suas ferramentas de Inteligência Artificial analisam exames de imagem, laudos e prontuários médicos eletrônicos em tempo real, promovendo eficiência à gestão da jornada do paciente através de ferramentas de triagem, previsão de procedimentos de alta complexidade e alto custo, auditoria de protocolos médicos e coordenação de saúde populacional.

Premiações

No ano de 2021, o Grupo Notre Dame Intermédica teve a honra de ser reconhecido e incluído pelo sétimo ano consecutivo na lista das empresas premiadas como “Melhores Empresas para Trabalhar”.

Declaração da Diretoria Estatutária

A diretoria declara, em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM 480/2009, que revisou, discutiu e concorda com as Demonstrações Contábeis contidas neste relatório e com a opinião expressa no parecer do Auditor Independente referente às mesmas.

Relacionamento com Auditor Independente

Ao longo do exercício de 2021, a Companhia utilizou os serviços de auditoria independente da RSM ACAL Auditores Independentes S/S. para realizar auditoria e emitir relatórios sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. A administração da Companhia informa que tem como política não contratar o auditor independente em serviços de consultoria que possam gerar conflitos de interesse. A administração e seu auditor independente entendem que os serviços mencionados não geram conflitos de interesse e, portanto, não apresentam riscos de independência de acordo com as regras vigentes no Brasil.

A Administração.

Relatório dos auditores independentes

Aos: Administradores e Acionistas

Notre Dame Intermédica Participações S.A.
São Paulo – SP

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **Notre Dame Intermédica Participações S.A.**, (“**Companhia**”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial para o exercício encerrado em **31 de dezembro de 2021** e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada da **Notre Dame Intermédica Participações S.A.**, em **31 de dezembro de 2021**, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Ênfase

Principais efeitos contábeis e econômicos por meio da operação da combinação de negócio: De acordo com a nota explicativa nº 36, e os fatos relevantes divulgados sobre a combinação de negócio entre a **Notre Dame Intermédica Participações S.A.** e a **Hapvida Participações e Investimentos S.A.**, em 04 de janeiro de 2022 foi emitida a certidão de trânsito em julgado da decisão da Superintendência-Geral do Tribunal do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) que aprovou a operação de combinação de negócio, sem restrições. Por consequência da combinação de negócio; **(i)** em 20 de janeiro de 2022, a Companhia e suas controladas comunicaram aos seus acionistas e ao mercado em geral, que o Conselho de Administração, fixou um dividendo extraordinário da Companhia no valor de R\$ 1 bilhão, correspondente a aproximadamente R\$ 1,61 por ação de emissão da Companhia (Dividendos Extraordinários). **(ii)** Em 11 de fevereiro de 2022, a Companhia encerrou a negociação das ações de sua emissão sob o código GNDI3 na Bolsa de Valores (B3); **(iii)** Considerando que a Companhia, por meio de suas controladas BCBF Participações e Notre Dame Intermédica Saúde, possuem Debêntures que contêm cláusulas de vencimento antecipado por uma eventual troca de controle direto ou indireto, por consequência do processo de

combinação de negócio com a Hapvida Participações e Investimentos S.A., a Administração obteve a concessão de anuência prévia pelos Debenturistas, bem como cartas “*Waivers*” com as principais instituições financeiras para a troca de controle da Companhia; **(iv)** Em consonância às informações publicadas em fatos relevantes conjuntos ao mercado a operação de combinação de negócio terá como consequência sinergias significativas no crescimento de planos corporativos e produto nacional, assim como possíveis sinergias de custos e despesas que poderão se converter em desmobilizações de departamentos operacionais classificados como redundantes. Devido à natureza dos eventos futuros constantes, à época e a perspectiva de realização ao mercado, para esses efeitos, podem conter impactados significativos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em eventos subsequentes. Nossa opinião não está ressalvada em relação aos assuntos comentados acima.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Avaliação das Debêntures e suas respectivas cláusulas de “*Covenants*”

A Companhia mantém em suas demonstrações financeiras consolidadas debêntures não conversíveis em ações, de suas subsidiárias BCBF Participações S.A. e Notre Dame Intermédica Saúde S.A, com os objetivos restritos de colocação, baseado na Instrução CVM nº 476/2009, para captação de reforço de caixa no curso normal dos negócios, ou serem destinados a aumentos de capital em suas subsidiárias.

Consideramos a realização do teste de adequação de passivos e a mensuração das Debêntures e seus respectivos “*Covenants*” como um principal assunto de auditoria, dado que as premissas utilizadas são subjetivas, e pequenas variações nessas premissas podem resultar em mudanças significativas no resultado do teste de adequação e na mensuração desses passivos nas demonstrações financeiras consolidadas.

Como a auditoria endereçou o assunto:

Os principais procedimentos que realizamos para tratar do assunto significativo para nossa auditoria incluíram:

- Validação sobre as atualizações correspondentes sobre a sobretaxa de CDI (variação acumulada das taxas médias do CDI) + spread anual, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP;
- Avaliação sobre o risco de taxa de juros que advém da possibilidade de alterações que possam trazer impactos ao valor presente para captação de debêntures;
- Validação das segregações de curto e longo prazo e cronograma de vencimentos das respectivas Debêntures;
- Avaliação e testes contábeis sobre os pagamentos / amortizações dos juros sobre as Debêntures não conversíveis;
- Validação de captação de Debêntures emitidas em 2021 para a sua subsidiária (BCBF Participações S.A.), mediante a análises contratuais e análises de riscos de “*Covenants*”;
- Revisão dos papéis de trabalhos de outros auditores, sobre procedimentos de auditoria para validação das emissões de Debêntures em eventos passados para a Companhia e suas controladas BCBF Participações S.A. e Notre Dame Intermédica Saúde S.A.;
- Validação de cálculos de “*Covenants*” financeiros sobre as Debêntures e apurações sobre os fatores relacionados entre a dívida líquida e ao EBITDA – lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização;

- Revisão e validação da concessão de anuência prévia pelos Debenturistas, sendo concedido anuência prévia pelos nos termos da Instrução da CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, e de acordo com atos de assembleia geral dos titulares de Debêntures; e
- A avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram todas as informações relevantes.

Processo de combinação de negócio de suas controladas

A Companhia e suas controladas, durante o exercício de 2021, adquiriu controle de Companhias, substancialmente, nos segmentos hospitalares, clínicas e de operadoras de saúde. As aquisições foram concluídas durante o exercício de 2021, por intermédio de aprovações de órgãos reguladores e cumprimentos das formalidades legais. De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância as práticas de IFRS, as operações de combinação de negócio requerem a mensuração do valor justo atribuído aos ativos adquiridos e passivos assumidos para fins da determinação de alocação de ativos intangíveis, mais valia de ativos tangíveis e ágio (*Goodwill*) por expectativa de rentabilidade futura. Por consequência das operações de combinação de negócio, envolve julgamento da Companhia e suas controladas e inclui a projeção de fluxos de caixa futuros, cálculos de taxas de descontos e definição de vida útil para os ativos identificados. Devido à relevância e ao alto grau de julgamento envolvido no processo de registro contábil das aquisições, consideramos esse assunto como significativo para nossos trabalhos de auditoria.

Como a auditoria endereçou o assunto:

- Efetuamos revisões dos contratos de aquisições durante o exercício de 2021;
- Com o auxílio e suporte técnico de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos a razoabilidade e consistência de metodologias de cálculos do valor justo atribuídos aos ativos adquiridos e passivos assumidos, tais como os intangíveis identificados ao valor justo, avaliação de mais valia de ativos, apuração do ágio (*Goodwill*), metodologias e premissas utilizadas na projeção dos fluxos de caixa, taxas de desconto e estimativa de vida útil; e
- Efetuamos a avaliação sob os efeitos das divulgações efetuadas pela Companhia e suas controladas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Avaliação do valor recuperável para unidades de negócio classificadas em UGC (Unidades Geradoras de Caixa)

De acordo com a nota explicativa nº 16, A Companhia e suas controladas, possuem investimentos alocados em ativos intangíveis identificados por ocasião da aquisição de suas subsidiárias, tais como, relacionamento com clientes, marcas, acordo de não concorrência, mais valia de ativos tangíveis e apurações de ágio (*Goodwill*) mensurados por fluxo de caixa por rentabilidade futura. A Companhia e suas controladas realizaram o teste de valor recuperável das unidades geradoras de caixa (UGC's) decorrente do ágio adquirido por meio de combinação de negócio. As respectivas UGC's foram segmentadas para suas atividades em UGC Saúde (que compreende Saúde Sudeste, Saúde Sul e Saúde Minas) e UGC Odontológica. Como parte do teste de redução ao valor recuperável desses ativos, a Companhia e suas controladas estimaram valores recuperáveis das Unidades Geradoras de Caixa (UGC's) com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros, cuja realização está fundamentada em projeções de resultados baseados nos planos de negócio e orçamento preparados pela Companhia e suas controladas em relação às UGCs e também baseados em dados históricos, e que estão suportados por diversas premissas econômicas e de negócios. Consideramos esse assunto como um principal assunto de auditoria devido ao grau de julgamento inerente à determinação dessas estimativas e ao potencial impacto que eventuais mudanças nas premissas significativas, que incluem taxa de crescimento na perpetuidade, taxa de desconto e premissas macroeconômicas, poderiam causar nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como a auditoria endereçou o assunto:

Os principais procedimentos que realizamos para tratar do assunto significativo para nossa auditoria incluíram:

- Efetuamos o entendimento com a Administração sobre as políticas para classificação das (Unidades Geradoras de Caixa) que compreendem em UGC Saúde (que se compõe nos segmentos de Saúde Sudeste, Saúde Sul e Saúde Minas) e UGC Odontológica;
- Efetuamos o entendimento do desenho dos controles chaves relacionados ao processo de elaboração, revisão e aprovação das premissas utilizadas na avaliação dos estudos de recuperabilidade elaborados pela Companhia e suas controladas;
- Com o auxílio e envolvimento dos nossos profissionais de finanças corporativas com conhecimento e experiência no setor que revisaram a avaliação das premissas utilizadas, tais como taxa de crescimento na perpetuidade, taxa de desconto e premissas macroeconômicas, comparando-as com informações obtidas de fontes internas e externas;
- Avaliação das taxas de desconto utilizadas no teste de redução ao valor recuperável, comparando-as com os intervalos de taxa de desconto que foram desenvolvidas independentemente, usando dados de mercado públicos disponíveis para entidades comparáveis;
- Avaliação da precisão matemática dos cálculos do valor presente; e
- Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes.

Provisões para contingências

De acordo com a nota explicativa nº 22, A Companhia e suas controladas, estão expostas à certas contingências e riscos. A provisão é estabelecida por valores atualizados, para processos trabalhistas, regulatórios/cíveis e tributários com base na opinião dos consultores jurídicos da Companhia e suas controladas e considera as ações com classificação de perda provável, ou seja, acima de 50% de probabilidade ocorrida, e para processos classificados pelo corpo jurídico como perda possível são divulgados em notas explicativas. A determinação de probabilidade de perda envolve julgamento crítico, de um corpo jurídico compostos por diversos escritórios terceirizados e departamento jurídico interno, uma vez que dependem de eventos futuros que não estão sobre o controle da Companhia e suas controladas. Neste contexto o andamento desses processos nas diversas esferas pode sofrer desdobramentos diferentes do esperado pela Companhia e suas controladas e de seus assessores jurídicos.

Como a auditoria endereçou o assunto:

Os principais procedimentos que realizamos para tratar do assunto significativo para nossa auditoria incluíram:

- Efetuamos o processo de auditoria para as confirmações desses processos com advogados externos e internos da Companhia e suas controladas;
- Efetuamos o entendimento dos controles internos relevantes relacionados a identificação, constituição de provisão da Companhia e suas controladas;
- Nossos procedimentos também incluíram a análise, por amostragem, da adequação da mensuração e reconhecimento da provisão e dos passivos contingentes, quanto as constituições de provisões, reversões, suficiência e risco processual das causas patrocinadas pelo jurídico interno da Companhia e suas controladas;
- Comparamos a probabilidade de perda pela Companhia e suas controladas, por amostragem e relevância dos processos, com a confirmação formal efetuada da com os assessores jurídicos externos da Companhia e suas controladas; e
- Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes.

Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

De acordo com a nota explicativa nº 20, A Companhia e suas controladas possuem passivos relacionados à eventos ocorridos e não avisados que requerem a constituição de uma provisão baseada em nota técnica atuarial mediante cálculos de estimativas contábeis de eventos/sinistros que já tenham ocorrido e que não tenham sido registrados contabilmente. O cálculo atuarial é baseado no histórico de notificações recebidas dos prestadores de serviços, que avisam a ocorrência dos eventos cobertos pelos planos de saúde recebidos até a data do balanço, conforme estabelecido pela Resolução Normativa 393/2015, alteradas pelas Resoluções Normativas 442/2018, 472/2021 e comunicado nº 88/ANS, emitidos pela Agência Nacional de Saúde ("ANS"). Consideramos este um assunto relevante de auditoria devido à complexidade dos modelos de avaliação dos passivos atuariais, que contemplam a utilização de premissas complexas de longo prazo e altamente subjetivas.

Como a auditoria endereçou o assunto:

Os principais procedimentos que realizamos para tratar do assunto significativo para nossa auditoria incluíram:

- Com o suporte de nossos especialistas atuários, efetuamos as revisões sobre a metodologia e as principais premissas utilizadas pela administração na avaliação das obrigações atuarias decorrentes da Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA) e Provisão para eventos ocorridos e não avisados para SUS (PEONA-SUS), com validação da relevância sobre a exatidão matemática do cálculo e análises sobre a consistência dos resultados face aos parâmetros utilizados e às avaliações anteriores; e
- Efetuamos testes de procedimentos de auditoria, com base em dados cadastrais e informações contábeis utilizadas nas projeções atuariais, assim como a suficiência das divulgações relacionadas à Peona.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável para todos os processos de natureza relevante aplicados aos principais assuntos de auditoria no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia e suas controladas é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

Os balanços patrimoniais individual e consolidado em 31 de dezembro de 2020 e as demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e os valores correspondentes relativos às demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado em 16 de março de 2021, sem modificação.

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações, individual e consolidada, do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e suas controladas, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas à procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia e suas controladas, continuar operando, divulgando quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a administração

pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria.

Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia,

eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de março de 2022.



Newton Klayton dos Anjos
Contador CRC 1SF-221.286/O-1

RSM Acal Auditores Independentes – Sociedade Simples
CRC RJ 004.080/O-9

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Balancos patrimoniais

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de		31 de dezembro de	
		2021	2020	2021	2020
Ativo					
Circulante		8.824	113.538	4.733.968	5.118.964
Caixa e equivalentes de caixa	5	4.874	110.545	1.667.835	2.563.751
Aplicações financeiras	6	-	-	1.223.166	1.001.019
Contas a receber de clientes	7	-	-	662.216	637.763
Estoques		-	-	145.477	100.520
Despesas de comercialização diferidas	8	-	-	266.581	244.009
Créditos tributários e previdenciários	9	1.079	812	147.103	113.630
Outros ativos	10	2.871	2.181	621.590	458.272
Não circulante		7.574.850	7.627.134	14.279.302	11.397.821
Realizável a longo prazo		138.779	109.298	2.890.110	2.440.385
Aplicações financeiras	6	-	-	242.690	152.647
Créditos tributários e previdenciários	9	-	-	3.619	-
Impostos diferidos ativos	11	-	-	672.643	549.893
Despesas de comercialização diferidas	8	-	-	219.208	229.558
Depósitos judiciais e fiscais	12	128.227	98.746	1.030.914	782.033
Outros ativos	10	10.552	10.552	713.615	726.254
Investimentos	13	7.436.071	7.517.836	7.421	993
Imobilizado	14	-	-	2.631.610	2.217.421
Direito de uso	15	-	-	646.847	492.451
Intangível	16	-	-	8.110.735	6.246.571
Total do ativo		7.583.674	7.740.672	19.013.270	16.516.785

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas.

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Balancos patrimoniais

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de		31 de dezembro de	
		2021	2020	2021	2020
Passivo					
Circulante		2.459	177.818	3.481.251	2.797.100
Fornecedores		354	2.333	213.977	162.326
Salários a pagar		189	98	216.700	212.006
Tributos e encargos sociais a recolher	17	431	510	663.976	502.841
Dividendos a pagar		1.485	174.877	1.493	174.877
Empréstimos e financiamentos	18	-	-	195.878	225.077
Debêntures	19	-	-	344.692	81.091
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social		-	-	22.433	62.431
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	20	-	-	1.522.844	1.176.699
Arrendamentos	15	-	-	57.596	38.376
Outros passivos	21	-	-	241.662	161.376
Não circulante		464.707	464.707	8.414.352	6.620.999
Tributos e encargos sociais a recolher	17	-	-	86.826	62.369
Empréstimos e financiamentos	18	-	-	1.296.237	943.663
Debêntures	19	-	-	3.169.936	2.238.572
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	20	-	-	687.651	531.537
Parcela diferida do preço de aquisição	23	50.762	72.938	50.762	72.938
Impostos diferidos passivos	11	-	-	643.418	526.556
Provisões para ações judiciais	22	-	-	774.510	870.530
Arrendamentos	15	-	-	657.156	489.355
Outros passivos	21	413.945	391.769	1.047.856	885.479
Patrimônio líquido e participação de não controladores	24	7.116.508	7.098.147	7.117.668	7.098.685
Capital social		5.808.609	5.646.453	5.808.609	5.646.453
Ações em tesouraria		(2.857)	(2.857)	(2.857)	(2.857)
Prêmio na aquisição de participação societária		(2.779)	(2.779)	(2.779)	(2.779)
Gastos com oferta pública de ações		(113.913)	(113.913)	(113.913)	(113.913)
Reservas:		1.427.448	1.571.243	1.427.448	1.571.243
Reserva de capital		177.105	149.304	177.105	149.304
Reserva de lucro		1.250.343	1.421.939	1.250.343	1.421.939
Participação não controladores		-	-	1.160	538
Total do passivo e patrimônio líquido		7.583.674	7.740.672	19.013.270	16.516.785

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas.

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto (prejuízo)/lucro por ação, expresso em reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de		31 de dezembro de	
		2021	2020	2021	2020
Receita operacional líquida	25	-	-	12.584.361	10.673.268
Custos dos serviços prestados	26	-	-	(10.392.585)	(7.562.659)
Lucro bruto		-	-	2.191.776	3.110.609
Despesas administrativas	27.a	(48.603)	(56.402)	(1.176.493)	(1.069.224)
Despesas comerciais	27.b	-	-	(692.942)	(553.353)
Perdas de recuperabilidade sobre créditos	27.c	-	-	(105.800)	(111.092)
Equivalência Patrimonial		(136.612)	802.017	-	-
Outras receitas, líquidas				32.559	4.264
Resultado antes do resultado financeiro		(185.215)	745.615	249.100	1.381.204
Resultado financeiro	28	13.772	(9.427)	(348.018)	(136.037)
Receitas financeiras		14.471	5.690	221.192	147.486
Despesas financeiras		(699)	(15.117)	(569.210)	(283.523)
Resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		(171.443)	736.188	(98.918)	1.245.167
Imposto de Renda e Contribuição Social – corrente	11	-	-	(65.668)	(450.022)
Imposto de Renda e Contribuição Social – diferido	11	-	-	(6.921)	(59.400)
(Prejuízo)/Lucro líquido do exercício		(171.443)	736.188	(171.507)	735.745
Atribuível aos acionistas:					
Controladores		(171.443)	736.188	(171.443)	736.188
Não controladores		-	-	(64)	(443)
		(171.443)	736.188	(171.507)	735.745
(Prejuízo)/Lucro por ação:					
Básico		(0,2795)	1,2166	(0,2796)	1,2159
Diluído		(0,2795)	1,1890	(0,2796)	1,1883

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas.

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
(Prejuízo)/Lucro líquido do exercício	(171.443)	736.188	(171.507)	735.745
Outros resultados abrangentes				
Alteração na participação societária de Controladas	(153)	-	(153)	-
Resultado abrangente do exercício	(171.596)	736.188	(171.660)	735.745
Atribuível aos acionistas:				
Controladores	(171.596)	736.188	(171.596)	735.745
Não controladores	-	-	(64)	-
	(171.596)	736.188	(171.660)	735.745

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas.

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Atribuível aos acionistas controladores										
	Capital social	Ações em tesouraria	Prêmio na aquisição de participação societária	Gastos com oferta pública de ações	Reserva de capital - Outorga de opções de ações	Reservas de lucros			Participação de acionistas não controladores	Patrimônio líquido total	
						Legal	Lucros a distribuir	Lucros/ (Prejuízos) acumulados			Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	5.526.232	(2.857)	-	(113.913)	100.563	52.313	808.283	-	6.370.396	-	6.370.396
Aumento de capital	120.221	-	-	-	-	-	-	-	120.446	-	120.446
(-) Recompra de ações em tesouraria	-	(245.122)	-	-	-	-	-	-	(245.122)	-	(245.122)
Alienação de ações em tesouraria	-	242.343	-	-	-	-	-	-	242.343	-	242.343
(-) Prêmio na aquisição de partic. societária	-	2.779	(2.779)	-	-	-	-	-	-	-	-
Reconhecimento de opções outorgadas	-	-	-	-	48.741	-	-	-	48.741	-	48.741
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	736.188	736.188	(443)	735.745
(-) Reserva legal	-	-	-	-	-	36.809	-	(36.809)	-	-	-
(-) Reserva estatutária	-	-	-	-	-	-	524.534	(524.534)	-	-	-
(-) Dividendos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	(174.845)	(174.845)	-	(174.845)
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	981	981
Saldos em 31 de dezembro de 2020	5.646.453	(2.857)	(2.779)	(113.913)	149.304	89.122	1.332.817	-	7.098.147	538	7.098.685
Aumento de capital	162.156	-	-	-	-	-	-	-	162.156	-	162.156
Reconhecimento de opções outorgadas	-	-	-	-	27.801	-	-	-	27.801	-	27.801
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(171.443)	(171.443)	(64)	(171.507)
Alteração na participação societária de controladas	-	-	-	-	-	-	-	(153)	(153)	-	(153)
Absorção do prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	(171.596)	171.596	-	-	-
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	686	686
Saldos em 31 de dezembro de 2021	5.808.609	(2.857)	(2.779)	(113.913)	177.105	89.122	1.161.221	-	7.116.508	1.160	7.117.668

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas.

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de		31 de dezembro de	
		2021	2020	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
(Prejuízo)/Lucro líquido do exercício		(171.443)	736.188	(171.507)	735.745
Depreciação e amortização	14,16	-	-	310.175	284.300
Depreciação direito de uso	15	-	-	83.156	59.583
Equivalência patrimonial	13.a	136.612	(802.017)	-	-
Atualização monetária – depósitos judiciais	12	(11.681)	(3.545)	(36.630)	(23.329)
Atualização monetária – contingência	22	-	-	87.714	48.876
Ajuste a mercado s/ aplicações financeiras	6	-	-	7.238	394
Atualização monetária – SUS	20.a	-	-	26.811	27.562
Receita c/ aplicações financeiras	6	-	-	(110.091)	(57.332)
(Receita)/Despesa c/ variação cambial	18.b	-	-	(535)	473
Imposto de Renda e Contribuição Social – correntes e diferidos	11	-	-	79.511	509.422
Variação de provisões técnicas	20.c	-	-	96.549	36.881
Provisões para ações judiciais	27.a	-	-	83.588	29.786
Provisão/(Reversão) – perda de recuperabilidade s/ créditos	27.c	-	-	(3.166)	15.232
Perda efetiva de recuperabilidade s/ créditos	27.c	-	-	108.966	95.860
Provisão de glosa esperada	7	-	-	(1.313)	8.025
Amortização – despesa de comercialização diferida	8	-	-	360.213	294.068
Ajuste a valor presente – parcela diferida preço de aquisição		-	14.704	-	14.704
Juros s/ debêntures e custo de captação	19	-	-	176.528	65.850
Juros s/ empréstimos e financiamentos e custo de captação	18	-	-	95.342	39.909
Juros s/ arrendamentos	15	-	-	60.819	43.959
Apropriação programa <i>stock option</i>	27.a	27.801	48.741	27.801	48.741
Baixa imobilizado/intangível	14,16	-	-	12.336	13.283
Outros		-	-	(1.813)	119
Instrumentos derivativos – <i>NDF (Non-Deliverable Forward)</i>	28	-	-	7.276	(4.133)
Baixa direito de uso/(arrendamentos)	15	-	-	(2.713)	(3.643)
Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social		-	-	(114.123)	(441.885)
		(18.711)	(5.929)	1.182.132	1.842.450
Aumento dos ativos operacionais					
		(18.757)	(29.441)	(870.628)	(1.088.196)
Contas a receber de clientes	7	-	-	(76.810)	(183.913)
Estoques		-	-	(27.248)	(45.191)
Créditos tributários e previdenciários		(267)	520	(27.091)	(2.953)
Despesas de comercialização diferida	8	-	-	(370.310)	(402.802)
Impostos diferidos ativos		-	-	-	(3.531)
Depósitos judiciais e fiscais	12	(17.800)	(19.097)	(145.555)	(232.596)
Outros ativos		(690)	(10.864)	(223.614)	(217.210)

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de		31 de dezembro de	
		2021	2020	2021	2020
Aumento/(Redução) dos passivos operacionais		(1.967)	12.157	(234.294)	225.251
Fornecedores		(1.979)	1.648	(181.507)	(66.846)
Salários a pagar		91	36	(34.150)	27.673
Tributos e encargos sociais a recolher		(79)	(81)	75.726	103.505
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde		-	-	124.928	133.512
Provisões para ações judiciais	22	-	-	(66.476)	(60.683)
Outros passivos		22.176	71.301	(130.639)	148.837
Parcela diferida do preço de aquisição	23	(22.176)	(60.747)	(22.176)	(60.747)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		(39.435)	(23.213)	77.210	979.505
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aquisição de participação minoritária		-	-	(5.000)	-
Aplicações financeiras	6	-	-	(13.074.296)	(15.041.759)
Resgates de aplicações financeiras	6	-	-	13.111.954	15.405.731
Combinação de negócios	2	-	-	(1.786.726)	(2.925.766)
Aquisição de imobilizado	14	-	-	(232.920)	(212.933)
Aquisição de intangível	16	-	-	(3.408)	(2.284)
Aumento de capital		(55.000)	(20.000)	-	-
Fluxo de caixa líquido consumido nas atividades de Investimento		(55.000)	(20.000)	(1.990.396)	(2.777.011)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Aumento de capital		162.156	120.446	162.156	120.446
Recompra de ações – programa <i>stock option</i>		-	-	-	(245.122)
Dividendos pagos		(173.392)	(100.569)	(173.392)	(100.569)
Contraprestação paga		-	-	(121.785)	(84.559)
Captação de empréstimos e financiamentos		-	-	508.733	1.174.179
Empréstimos e financiamentos – principal pago		-	-	(302.489)	(324.826)
Empréstimos e financiamentos – juros pagos		-	-	(74.390)	(24.447)
Captação de debêntures		-	-	1.193.359	1.437.963
Debêntures – juros pagos		-	-	(114.922)	(86.247)
Debêntures – principal pago		-	-	(60.000)	(1.020.000)
Fluxo de caixa líquido gerado/(consumido) pelas atividades de Financiamento		(11.236)	19.877	1.017.270	846.818
Redução no saldo de caixa e equivalentes de caixa no exercício		(105.671)	(23.336)	(895.916)	(950.688)
Caixa e equivalentes de caixa – início do exercício		110.545	133.881	2.563.751	3.514.439
Caixa e equivalentes de caixa – final do exercício		4.874	110.545	1.667.835	2.563.751

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas.

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Períodos findos em 30 de setembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de		31 de dezembro de	
		2021	2020	2021	2020
Receitas		-	-	12.894.505	10.970.193
Vendas de mercadorias,	25	-	-	12.967.906	11.053.246
Outras receitas		-	-	32.399	28.039
Perda de recuperabilidade sobre créditos	27.c	-	-	(105.800)	(111.092)
Insumos adquiridos de terceiros		(17.630)	(5.677)	(10.928.599)	(8.069.023)
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços		-	-	(9.824.734)	(7.104.184)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(17.630)	(5.677)	(1.103.865)	(964.839)
Valor adicionado bruto		(17.630)	(5.677)	1.965.906	2.901.170
Depreciação e amortização	14, 16	-	-	(393.331)	(343.883)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		(17.630)	(5.677)	1.572.575	2.557.287
Valor adicionado recebido em transferência		(122.141)	807.707	273.760	144.083
Resultado de equivalência patrimonial	13	(136.612)	802.017	-	-
Receitas financeiras	28	14.471	5.690	272.003	147.486
Outras		-	-	1.757	(3.403)
Valor adicionado total a distribuir		(139.771)	802.030	1.846.335	2.701.370
Distribuição do valor adicionado		139.771	(802.030)	(1.846.335)	(2.701.370)
Pessoal		(30.386)	(50.206)	(769.701)	(655.601)
Remuneração direta		(30.386)	(50.206)	(699.097)	(572.785)
Benefícios		-	-	(44.455)	(41.669)
FGTS		-	-	(26.149)	(41.147)
Impostos, taxas e contribuições		(1.261)	(796)	(637.909)	(1.025.529)
Federais		(1.190)	(752)	(435.665)	(847.642)
Municipais		(71)	(44)	(202.244)	(177.887)
Remuneração de capital de terceiros		(25)	(14.840)	(610.232)	(284.495)
Juros	28	(14)	(14.727)	(606.714)	(276.815)
Aluguéis		-	-	(1.523)	(6.150)
Outras		(11)	(113)	(1.995)	(1.530)
Remuneração de capital próprio		171.443	(736.188)	171.507	(735.745)
Dividendos		-	(174.845)	-	(174.845)
Prejuízo/(Lucro) retido do exercício		-	-	171.443	(561.343)
Participação dos não controladores no (prejuízo)/lucro retido		171.443	(561.343)	(64)	443

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas.

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A **Notre Dame Intermédica Participações S.A.** (Companhia) é uma “*holding*”, constituída na forma de sociedade por ações, domiciliada no Brasil e com sede na Avenida Paulista, nº 867, Bela Vista, Cep 01305-100 – São Paulo/SP. As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da Companhia abrangem a Companhia e suas Controladas (ou “Grupo Notre Dame Intermédica”). A Companhia foi constituída em 18 de fevereiro de 2014 e tem como objeto social: (i) a administração de seus próprios bens e (ii) a participação como sócia, acionista ou detentora de qualquer outro direito de participar no capital de outras sociedades civis ou comerciais que tenham por objeto atividades relacionadas aos diversos ramos da saúde, incluindo sociedades que, direta ou indiretamente, (a) administrem, comercializem ou distribuam planos de assistência à saúde ou planos odontológicos privados; (b) operem hospitais, laboratórios, centros clínicos ou unidades de atendimento médico; e/ou (c) possuam imóveis destinados primordialmente ao desenvolvimento de atividades no setor de saúde.

A Companhia é Controladora direta da BCBF Participações S.A. (BCBF), uma “*holding*” de capital aberto, e Controladora Indireta de entidades de capital fechado reguladas ou não pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS e tais entidades têm por objeto social a prestação de serviços nos campos de medicina, odontologia e hospitalar, abrangendo a operação de hospitais, laboratórios e centros clínicos próprios por meio da celebração de contratos de assistência médica com pessoas físicas e jurídicas, entidades públicas ou privadas e participações. As informações sobre as Controladas Diretas e Indiretas da Companhia estão sendo apresentadas na nota explicativa 3.1.2.

Em 11 de fevereiro de 2022, a Companhia concluiu a combinação de negócios com o Grupo Hapvida, tornando-se subsidiária integral da Hapvida Participações e Investimentos S.A. (Hapvida) (nota explicativa 36 (ii) a (iv)).

A Companhia obteve o registro de empresa de capital aberto em 19 de abril de 2018 e iniciou as negociações de suas ações no segmento especial Novo Mercado na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão, no dia 23 de abril de 2018, sob o código GNDI3. Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 17 de fevereiro de 2022, foi aprovada pela Hapvida Participações e Investimentos S.A. (Hapvida), atual única acionista da Companhia, o cancelamento do registro de companhia aberta. Em 18 de março de 2022, o cancelamento foi deferido pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) (nota explicativa 36 (vi)).

1.1. Pandemia coronavírus – COVID-19

Em atendimento ao Ofício Circular CVM-SNC/SEP nº 03/2020, diante do cenário atual que o mundo e nosso país atravessam por conta da pandemia da COVID-19, a Companhia procurou avaliar os possíveis impactos relevantes nas suas operações, com o objetivo de verificar os reflexos a partir das Informações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e divulgações futuras.

No Brasil, após a comprovação do primeiro caso de coronavírus, paralisações decorrentes do distanciamento social foram solicitadas ou impostas por autoridades governamentais ou definidas por empresas como medidas preventivas. Essas paralisações impactaram diversos segmentos da economia nacional, dentre os principais, o varejo físico e diversos segmentos da indústria, além da cadeia de serviços.

A seguir, descreveremos os principais impactos observados na Companhia:

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

Custos médicos de saúde e odontologia:

Diferentemente da primeira onda de COVID-19 vivenciada em meados de 2020, no Brasil, a segunda onda da pandemia ganhou contornos mais dramáticos com o recrudescimento do número total de casos, acompanhado de uma frequência bastante superior de casos graves e severos, acometendo não apenas os idosos, mas, desta vez, penetrando também na população mais jovem e trabalhadora, especialmente nos estados do Sul e Sudeste. Essa prevalência de casos graves na população ativa nos principais mercados em que a Companhia atua gerou o maior nível de atendimentos hospitalares da história de nossa empresa.

Nos primeiros meses do ano tivemos um volume recorde de internações de pacientes com COVID-19 bem superior ao observado na primeira onda. A situação foi ainda mais desafiadora para nossas operações, uma vez que os pacientes acometidos com COVID-19 que necessitaram de internação encontraram o setor hospitalar já operando próximo da normalidade no que diz respeito às demais cirurgias eletivas, gerando uma sobrecarga no sistema de saúde como um todo, uma vez que foram poucos os estados e municípios que decretaram durante 2021 a suspensão mandatória das cirurgias eletivas. Nesse cenário, tivemos que contar com a abertura de centenas de leitos adicionais em nossa rede própria, mas também tivemos que buscar apoio em nossa rede credenciada, que atuou como importante parceira nesse momento de crise sanitária.

Durante o terceiro trimestre de 2021, com a intensificação do programa de vacinação em massa, vivenciamos dia a dia uma queda progressiva e consistente no volume de atendimento a pacientes acometidos com COVID-19. Esta redução permitiu que diversos esforços extraordinários que estavam sendo empreendidos comesçassem a ser revertidos, incluindo a diminuição no uso da rede contratada em paralelo com o fechamento de leitos na rede própria, a devolução de equipamentos alugados, menor necessidade de mão-de-obra temporária e ajustes à cadeia de suprimentos com o retorno de compras a patamares mais regulares. Estes ajustes foram sendo empreendidos ao longo do terceiro trimestre, à medida que os casos de COVID se retraíam, porém o efeito destes ajustes ainda não pode ser capturado no próprio terceiro trimestre em função do ciclo operacional, especialmente nas contas da rede contratada.

O quarto trimestre de 2021 se iniciou com uma continuidade das tendências de melhoria observadas ao longo do terceiro trimestre. Porém, nos meses de novembro e dezembro observamos um movimento totalmente atípico, alterando profundamente a curva de sazonalidade histórica, vivenciando um afluxo sem precedentes nos prontos socorros e consultórios, de pacientes acometidos de Influenza, além do aparecimento da nova variante Ômicron. Felizmente pelas características desta variante e pela intensificação dos programas de vacinação em massa, a grande maioria dos atendimentos não necessitavam de internação hospitalar para continuidade do tratamento, porém acabaram voltando a pressionar os custos médicos (exames clínicos, de imagem, consultas eletivas e consultas de pronto socorro).

Quanto aos atendimentos dentais, utilizando-se como premissa nossos indicadores operacionais históricos ajustados para a sazonalidade desta época do ano, continuamos notando uma utilização menor de nossos beneficiários nos procedimentos de odontologia.

Serviços hospitalares para outros convênios:

Durante o ano de 2020, observamos um movimento menor do que o histórico nos atendimentos a pacientes de outros planos de saúde, justificada por uma estratégia de enfrentamento da pandemia que privilegiou a preservação de leitos próprios em caso de eventual necessidade de atendimento a beneficiários da Companhia e de suas Controladas. Essa queda nos atendimentos a pacientes

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

de outros convênios permitiu a liberação de capacidade de leitos próprios de internação e, principalmente, de UTI, que foram sendo ocupados com nossos pacientes com suspeita ou confirmação de COVID-19. Este cenário pôde ser progressivamente revertido ao longo do ano de 2021, com a sensível redução no volume de pacientes acometidos com COVID-19, o que permitiu uma sólida recuperação nos volumes de atendimento a outros convênios que totalizaram em 2021 um faturamento bruto de R\$ 1,05 bilhão, nos levando a acreditar que os impactos da COVID-19 sobre esta linha já foram dissipados.

Risco relacionado à recuperabilidade de ativos financeiros:

Com progressivo retorno à normalidade dos principais mercados financeiros globais, o impacto da marcação a mercado, principalmente de alguns fundos de investimento ANS, constituídos para fins de lastro junto à Agência Nacional de Saúde Suplementar, foi sensivelmente reduzido.

Risco relacionado à recuperabilidade do ativo intangível:

No quarto trimestre de 2021, a Companhia contratou empresa de consultoria independente e especializada para avaliar a recuperabilidade do ativo intangível. A avaliação considerou as projeções para os próximos 5 anos. O laudo emitido com data base de 30 de setembro de 2021, não apresentou indicadores de *impairment*. Não obstante o resultado reportado no quarto trimestre de 2021, a Administração da Companhia reconhece que esse desempenho está associado ao momento de pandemia vivido, uma vez que todas as principais contas de resultado se comportaram dentro do esperado, com exceção da sinistralidade médica associada ao COVID-19, que já vem dando sinais de arrefecimento, não alterando, portanto, os planos de médio e longo prazo da Companhia.

Risco de perda nos estoques:

Com a retomada gradual dos serviços médicos, nossos níveis de estoques estão voltando à normalidade e não identificamos nenhuma necessidade de lançamentos para perda.

Risco de continuidade operacional:

Nossa receita operacional líquida continua em crescimento, sustentada por um progressivo aumento de nossa base de clientes, com um ticket médio sustentável.

Os reais impactos dessas atuais tendências são impossíveis de serem quantificados, pois vão depender não somente (i) da evolução da curva da própria doença, (ii) da velocidade de vacinação da população e das respostas às diferentes vacinas, (iii) de novos protocolos de tratamento para os pacientes com COVID-19 que poderão demandar novas medicações, mas principalmente das medidas que vierem a serem implementadas pelos governos, que terão o condão de afetar não somente (iv) a velocidade de disseminação do vírus, mas também (v) a atividade econômica e, por consequência, o emprego. E, por se tratar de uma enfermidade nova, é difícil prever com exatidão quando se dará o retorno pleno à normalidade.

Embora seja esperado que a COVID-19 continue a impactar a atividade econômica mundial e a local, até a data de divulgação destas Informações Financeiras não identificamos um aumento na inadimplência de nossos clientes e tampouco solicitações de cancelamento ou modificações dos contratos, ainda que a manutenção do cenário macroeconômico adverso possa continuar a impactar negativamente o emprego no país e, conseqüentemente, o número de beneficiários de saúde privada no Brasil.

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

Acreditamos que, por estarmos oferecendo serviços de saúde de natureza essencial, em especial em tempos de pandemia, não tivemos o impacto no risco de crédito, exceto por algumas negociações pontuais com alguns clientes, nas quais houve diferimento das mensalidades, que já estão refletidas na nota explicativa 7.

Com relação à gestão da liquidez, a Companhia e suas Controladas elaboram análises de fluxo de caixa projetado e revisam, periodicamente, as obrigações assumidas e os instrumentos financeiros utilizados, inclusive os relacionados à garantia das provisões técnicas. É importante mencionar que, em 31 de dezembro de 2021, nossa posição consolidada de ativos de liquidez imediata, classificados como Caixa e equivalentes de caixa, corresponde a R\$ 1.667.835, conforme nota explicativa 5, enquanto nossos compromissos de endividamento possuem um prazo médio de vencimento dos contratos de até sete anos, conforme notas explicativas 18 e 19.

A Companhia, por meio de suas Controladas BCBF Participações e Notre Dame Intermédica Saúde, possui debêntures que contêm *covenants* financeiros, sendo que o principal está relacionado com a manutenção da relação entre dívida líquida pelo EBITDA – lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização, mensurados a cada três meses. Em 31 de dezembro de 2021, a BCBF Participações e a Notre Dame Intermédica Saúde se encontravam adimplentes com os *covenants*.

Nos primeiros meses de 2021, a Companhia e suas subsidiárias iniciaram um amplo programa de vacinação dos seus funcionários da linha de frente de atendimento hospitalar e ambulatorial em todas as regiões que atuamos, de acordo com as diretrizes das respectivas secretarias de saúde locais.

A despeito dos impactos havidos no quarto trimestre de 2021, a extensão em que a COVID-19 afetará os negócios futuros, a situação financeira, os resultados das operações e as perspectivas da Companhia e suas Controladas dependerá de desenvolvimentos futuros, incertos e que não podem, por enquanto, ser razoavelmente previstos, incluindo novas informações que possam surgir sobre a evolução da COVID-19 e/ou as ações do governo e outras entidades para contê-la no Brasil. Embora não seja possível estimar razoavelmente a extensão de possíveis impactos nos negócios, condição financeira, resultados de operações e perspectivas, nossas projeções de receitas e fluxos de caixa operacionais apresentam plenas condições de continuidade das operações. A Companhia e suas Controladas monitoram continuamente a situação o mais próximo possível e estão avaliando ativamente os possíveis impactos em seus negócios e implementando medidas que mitiguem potenciais riscos existentes.

1.2. Reestruturação societária

O Grupo Notre Dame Intermédica, por meio do seu plano estratégico de contínuo crescimento e expansão por via de aquisições e reestruturação societária, com o objetivo de racionalizar e unificar as atividades administrativas, bem como conquistar ganhos e sinergia operacional, realizou os seguintes eventos no exercício findo em 31 de dezembro de 2021:

(i) *Incorporação Lifeday Planos de Saúde Ltda.*

Conforme Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 1º de abril de 2021, foi aprovado o protocolo de incorporação e justificação para incorporação da empresa Lifeday Planos de Saúde Ltda. pela Controlada Clinipam Clínica Paranaense de Assistência Médica Ltda. O laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil da empresa incorporada foi emitido por empresa independente. A incorporação ocorreu em 1º de abril de 2021, com data base 31 de março de 2021. O acervo líquido base da incorporação foi no montante de R\$ 31.307.

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

(ii) Reestruturação societária no Grupo Notre Dame Intermédica Minas Gerais (antigo Grupo Medisanitas)

Conforme Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 1º de outubro de 2021, foi aprovado o protocolo de incorporação e justificação para incorporação da empresa Notre Dame Minas Gerais Investimentos Ltda. pela Controladora Notre Dame Intermédica Minas Gerais Ltda. O laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil da empresa incorporada foi emitido por empresa independente. A incorporação ocorreu em 1º de outubro de 2021, com data base 30 de setembro de 2021.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 1º de outubro de 2021, foi aprovado o protocolo de incorporação e justificação para incorporação das empresas NDIS MG Investimentos Participações Ltda., NDIS MG Serviços Operacionais Ltda., Centro Clínico NDIS Venda Nova Ltda., Hospital Notre Dame Intermédica BH Ltda., Centro Oftalmológico NDIS MG Ltda. pela Controlada Centro Médico NDI MG Ltda. O laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil da empresa incorporada foi emitido por empresa independente. A incorporação ocorreu em 1º de outubro de 2021, com data base 30 de setembro de 2021.

As variações patrimoniais ocorridas nas empresas entre a data base da operação e a efetiva incorporação serão absorvidas pelas incorporadoras. O modelo de incorporação seguiu as seguintes etapas:

- Incorporação da Notre Dame Intermédica Minas Gerais Investimentos Ltda. pela Notre Dame Intermédica Minas Gerais Ltda.;
- Incorporação reversa da NDIS MG Serviços Operacionais Ltda. e NDIS MG Investimentos Participações Ltda. pelo Centro Médico NDIS MG Ltda. Que, com essa operação, passou a ser Controlada Direta do Centro Oftalmológico NDIS MG Ltda., Centro Clínico NDIS Venda Nova Ltda. e Hospital Notre Dame Intermédica BH Ltda. Nessa mesma etapa, a NDIS Drogaria Ltda. encerrou suas operações;
- As empresas Centro Oftalmológico NDIS MG Ltda., Centro Clínico NDIS Venda Nova Ltda. e Hospital Notre Dame Intermédica BH Ltda. foram incorporadas pelo Centro Médico NDIS MG Ltda. Que, por sua vez, foi incorporada pela Notre Dame Intermédica Minas Gerais Saúde S.A.;
- Com essa reestruturação societária, o Grupo simplificou a estrutura societária mantendo a Notre Dame Intermédica Minas Gerais Saúde S.A. e sua Controladora Notre Dame Intermédica Minas Gerais Ltda.

1.3. Estrutura societária

O Grupo Notre Dame Intermédica encerrou o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 com a seguinte estrutura societária:

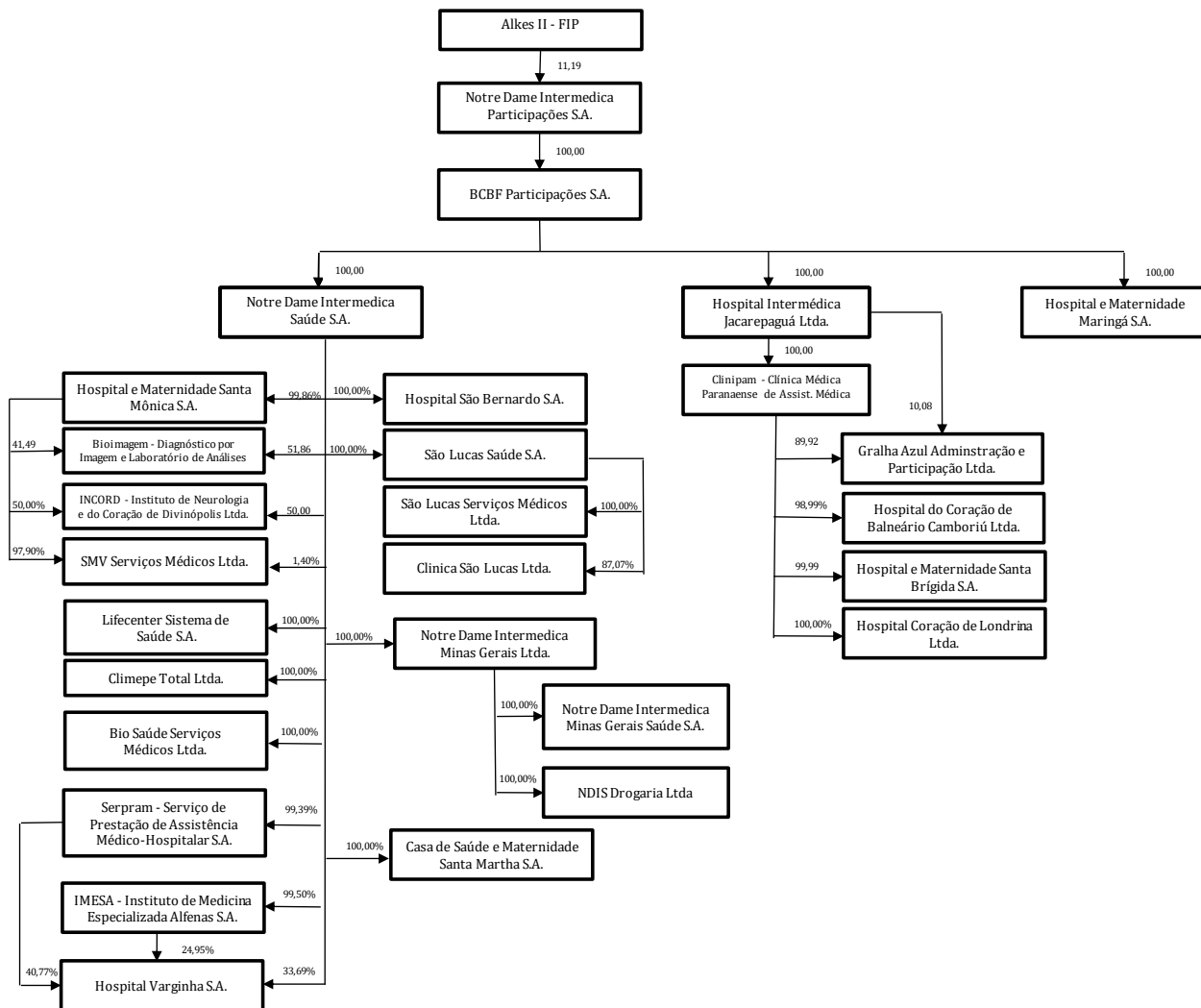
Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

Organograma societário em 31 de dezembro de 2021



2. Combinação de negócios

2.1. Aquisição Lifecenter Sistema de Saúde S.A.

Em 20 de janeiro de 2021, o Grupo Notre Dame Intermédica assinou o termo de fechamento do contrato de compra e venda de ações e outras avenças da Lifecenter Sistema de Saúde S.A. (Lifecenter). O valor da aquisição foi de R\$ 175.698, sendo uma parcela à vista de R\$ 115.698, duas parcelas contingentes de R\$ 40.000, a serem pagas em 15 de dezembro de 2023 e 15 de dezembro de 2026, e uma parcela retida no valor de R\$ 20.000, a ser paga até 20 de janeiro de 2027, para fazer face às eventuais contingências oriundas do período que antecedeu a data do fechamento conforme determinado em cláusula contratual.

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

Parcela à vista	115.698
Parcela retida	60.000
Total da contraprestação	175.698
Ajuste a valor presente sobre a parcela retida	(9.544)
Total da contraprestação líquida	166.154

A Companhia, conforme requerimento do CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios, por meio de empresa independente, elaborou laudo para identificação de ativos tangíveis e intangíveis. Sua mensuração termina assim que a Companhia obtiver as informações completas sobre fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição. A emissão do laudo com a finalização da mensuração ocorreu em fevereiro de 2022.

Em 23 de dezembro de 2020, a transação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômico (CADE) por meio do ato de concentração 08700.006411/2020-85.

A totalidade das condições precedentes foi atingida em 20 de janeiro de 2021, data na qual foi formalizado o termo de fechamento da aquisição.

Apresentamos a seguir o resumo da contraprestação paga para adquirir a Lifecenter e o valor justo dos ativos e passivos identificáveis na data de aquisição:

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

Ativo		Passivo	
Circulante	69.822	Circulante	81.452
Caixa e equivalentes de caixa	162	Fornecedores	21.707
Aplicações financeiras	35.380	Salários a pagar	8.217
Contas a receber de clientes	22.285	Tributos e encargos sociais a recolher	7.641
Estoques	7.492	Empréstimos e financiamentos a pagar	25.894
Créditos tributários e previdenciários	471	Provisões de Imposto de Renda e Contribuição Social	800
Outros ativos	4.032	Arrendamentos	5.270
		Outros passivos	11.923
Não circulante	96.750		
Realizável a longo prazo	3.089	Não circulante	130.769
Imposto diferido ativo	2.563	Empréstimos e financiamentos a pagar	49.637
Outros ativos	526	Provisões para ações judiciais	3.962
Investimentos	172	Arrendamentos	68.997
Imobilizado ¹	21.955	Outros passivos	8.173
Direito de uso	67.036		
Intangível	536		
Ativo indenizatório	3.962		
Total do ativo adquirido identificável	166.572	Total do passivo assumido	212.221
		Total do ativo adquirido identificável / (passivo assumido)	(45.649)
		Ágio líquido gerado na transação	211.803
		Total da contraprestação líquida	166.154

¹O ativo imobilizado adquirido ao valor justo de R\$ 21.955 corresponde ao custo adquirido de R\$ 15.798 e mais-valia de R\$ 6.157.

*

A Companhia identificou a alocação dos ativos tangíveis e intangíveis na aquisição da Lifecenter mensurados a valor justo. Conforme elaboração de laudo emitido por empresa independente, as alocações preliminares são:

	Método de avaliação	Lifecenter
Imobilizado	Mais valia de ativos	6.157
Ágio	Valor justo	211.803

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

Para fins de consolidação, os ativos intangíveis identificados pela Companhia foram alocados da seguinte forma:

<u>Intangível</u>	<u>Valor alocado</u>	<u>Vida útil</u>
Ágio não alocado	211.803	Indefinida

Em acordo de acionistas ficou definido que todas as contingências referentes aos períodos anteriores à assinatura do contrato de compra e venda serão de responsabilidade dos antigos acionistas e, portanto, esses valores serão reembolsados ou descontados da parcela retida a pagar.

O ágio de aquisição se justifica pelos valores dos ativos adquiridos e da rentabilidade futura esperada pela sinergia gerada com a atividade do Grupo Notre Dame Intermédica.

A Lifecenter foi consolidada a partir de 1º de janeiro de 2021. A contribuição na demonstração consolidada do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi uma receita líquida de R\$ 141.159 e um prejuízo de R\$ 19.800.

2.2. Aquisição Climepe Total Ltda.

Em 8 de março de 2021, o Grupo Notre Dame Intermédica assinou o termo de fechamento do contrato de compra e venda de quotas da Climepe Total Ltda. (Climepe). O valor da aquisição foi de R\$ 193.045, pagos na sua integralidade nesta data.

A Companhia, conforme requerimento do CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios, por meio de empresa independente, elaborou laudo preliminar para identificação de ativos tangíveis e intangíveis. Sua mensuração termina assim que a Companhia obtiver as informações completas sobre fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição. Contudo, o período de mensuração não será superior a um ano da data de aquisição.

A tabela a seguir resume a contraprestação paga para adquirir a Climepe e o valor justo dos ativos e passivos identificáveis na data de aquisição:

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

Ativo		Passivo	
Circulante	28.893	Circulante	20.412
Caixa e equivalentes de caixa	5.137	Fornecedores	1.251
Aplicações financeiras	20.879	Salários a pagar	2.252
Contas a receber de clientes	1.606	Tributos e encargos sociais a recolher	1.025
Estoques	268	Dividendos a pagar	6.293
Créditos tributários e previdenciários	991	Provisões de Imposto de Renda e Contribuição Social	1.047
Outros ativos	12	Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	8.039
		Arrendamentos	57
		Outros passivos	448
Não circulante	97.363		
Realizável a longo prazo	530	Não circulante	1.639
Imposto diferido ativo	321	Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	353
Depósitos judiciais	209	Provisões para ações judiciais	1.181
Imobilizado ¹	56.839	Arrendamentos	105
Direito de uso	141		
Intangível ²	39.853		
Total do ativo adquirido identificável	126.256	Total do passivo assumido	22.051
		Total do ativo adquirido identificável / (passivo assumido)	104.205
		Ágio líquido gerado na transação	88.840
		Total da contraprestação líquida	193.045

¹O ativo imobilizado adquirido ao valor justo de R\$ 56.839 corresponde ao custo adquirido de R\$ 3.742 e mais-valia de R\$ 53.097.

²O ativo intangível adquirido ao valor justo de R\$ 39.853 corresponde ao custo adquirido de R\$ 44 e mais-valia de R\$ 39.809.

A Companhia identificou a alocação dos ativos tangíveis e intangíveis na aquisição da Climepe, mensurados a valor justo. Conforme elaboração de laudo emitido por empresa independente, as alocações preliminares são:

	<u>Método de avaliação</u>	<u>Climepe</u>
Imobilizado	Mais valia de ativos	53.097
Carteira de clientes	Método de renda ¹	39.809
Ágio	Valor justo	88.840

¹Multi-Period Excess Earnings Model – MPEEM: este método parte do pressuposto que o valor justo de um ativo intangível, é igual ao valor presente dos fluxos de caixa atribuível para esse bem. A realização do fluxo de caixa deve ser líquida da contribuição de outros ativos, tangíveis ou intangíveis.

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

Para fins de consolidação, os ativos intangíveis identificados pela Companhia foram alocados da seguinte forma:

<u>Intangível</u>	<u>Valor alocado</u>	<u>Vida útil</u>
Carteira de clientes	39.809	7 a 8 anos
Ágio não alocado	88.840	Indefinida
	128.649	

O ágio de aquisição se justifica pelos valores dos ativos adquiridos e da rentabilidade futura esperada pela sinergia gerada com a atividade do Grupo Notre Dame Intermédica.

A Climepe foi consolidada a partir de 1º de março de 2021. A contribuição na demonstração do resultado consolidada para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi uma receita de R\$ 65.184 e um lucro líquido de R\$ 6.013.

Em 17 de setembro de 2020, a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) aprovou a aquisição da Climepe Total Ltda., conforme protocolo Ofício nº 91/2020/ASSNT-DIOPE/DIRADDIOPE/DIOPE.

Em 27 de novembro de 2020, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), por meio do ato de concentração 08700.004121/2020-05, aprovou sem restrições a aquisição da Climepe Total Ltda.

A totalidade das condições precedentes foi atingida em 8 de março de 2021, data na qual foi formalizado o termo de fechamento da aquisição.

2.3. Aquisição Bio Saúde Serviços Médicos Ltda.

Em 31 de março de 2021, o Grupo Notre Dame Intermédica assinou o termo de fechamento do contrato de compra e venda de quotas e outras avenças da Bio Saúde Serviços Médicos Ltda. (Bio Saúde). O valor da aquisição foi de R\$ 78.846, sendo uma parcela à vista de R\$ 71.046 e uma parcela retida no valor de R\$ 7.800, a ser paga até 31 de março de 2027, para fazer face às eventuais contingências oriundas do período que antecedeu a data do fechamento conforme determinado em cláusula contratual.

Parcela à vista	71.046
Parcela retida	7.800
Total da contraprestação	78.846
Ajuste a valor presente sobre a parcela retida	(1.170)
Total da contraprestação líquida	77.676

A Companhia, conforme requerimento do CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios, por meio de empresa independente, elaborou laudo preliminar para identificação de ativos tangíveis e intangíveis. Sua mensuração termina assim que a Companhia obtiver as informações completas sobre fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição. Contudo, o período de mensuração não será superior a um ano da data de aquisição.

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

A tabela a seguir resume a contraprestação paga para adquirir a Bio Saúde e o valor justo dos ativos e passivos identificáveis na data de aquisição:

Ativo		Passivo	
Circulante	18.940	Circulante	40.702
Caixa e equivalentes de caixa	127	Fornecedores	929
Aplicações financeiras	15.539	Salários a pagar	148
Contas a receber de clientes	3.274	Tributos e encargos sociais a recolher	828
		Dividendos a pagar	159
Não circulante	39.107	Provisões de Imposto de Renda e Contribuição Social	203
Realizável a longo prazo	1.084	Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	35.807
Imposto diferido ativo	1.084	Arrendamentos	691
Imobilizado	43	Outros passivos	1.937
Direito de uso	3.143		
Intangível	29.661	Não circulante	8.935
Ativo indenizatório	5.176	Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	541
		Provisões para ações judiciais	4.933
		Arrendamentos	2.710
		Outros passivos	751
Total do ativo adquirido identificável	58.047	Total do passivo assumido	49.637
		Total do ativo adquirido identificável / (passivo assumido)	8.410
		Ágio gerado na transação	69.266
		Total da contraprestação líquida	77.676

A Companhia identificou a alocação dos ativos tangíveis e intangíveis na aquisição da Bio Saúde, mensurados a valor justo. Conforme elaboração de laudo emitido por empresa independente, as alocações preliminares são:

	Método de avaliação	Bio Saúde
Imobilizado	Mais valia de ativos	43
Carteira de clientes	Valor de renda ¹	29.661
Ágio	Valor justo	69.266

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

¹*Multi-Period Excess Earnings Model* – MPEEM: este método parte do pressuposto que o valor justo de um ativo intangível, é igual ao valor presente dos fluxos de caixa atribuível para esse bem. A realização do fluxo de caixa deve ser líquida da contribuição de outros ativos, tangíveis ou intangíveis.

Para fins de consolidação, os ativos intangíveis identificados pela Empresa foram alocados da seguinte forma:

<u>Intangível</u>	<u>Valor alocado</u>	<u>Vida útil</u>
Carteira de clientes	29.661	7 a 8 anos
Ágio não alocado	69.266	Indefinida
	98.927	

O ágio de aquisição se justifica pelos valores dos ativos adquiridos e da rentabilidade futura esperada pela sinergia gerada com a atividade do Grupo Notre Dame Intermédica.

A Bio Saúde foi consolidada a partir de 1º de abril de 2021. A contribuição na demonstração consolidada do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi uma receita de R\$ 117.166 e um lucro líquido de R\$ 9.764.

Em 17 de setembro de 2020, a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) aprovou a aquisição da Bio Saúde Serviços Médicos Ltda., conforme protocolo Ofício nº 92/2020/ASSNT-DIOPE/DIRAD-DIOPE/DIOPE.

Em 29 de março de 2021, o Conselho Administrativo de Defesa Econômico (CADE), por meio do ato de concentração 08700.005771/2020-60, aprovou sem restrições a aquisição da Bio Saúde Serviços Médicos Ltda.

2.4. Aquisição Grupo Medisanitas Brasil (Grupo Notre Dame Intermédica Minas Gerais).

Em 13 de abril de 2021, o Grupo Notre Dame Intermédica assinou o termo de fechamento do contrato de compra e venda de ações e outras avenças do Grupo Medisanitas Brasil. O valor da aquisição foi de R\$ 1.091.057, sendo uma parcela à vista de R\$ 991.057 e uma parcela retida no valor de R\$ 100.000, que será paga parcialmente no terceiro aniversário e o restante no sexto aniversário, para fazer face às eventuais contingências oriundas do período que antecedeu a data do fechamento conforme determinado em cláusula contratual.

Parcela à vista	991.057
Parcela retida (<i>escrow</i>) ¹	100.000
Total da contraprestação líquida	1.091.057

¹Conforme acordo entre as partes, a parcela retida (*escrow*) foi aplicada pela Companhia. A movimentação dessa aplicação está vinculada à aprovação do vendedor e tem por finalidade fazer frente a reembolsos e possíveis contingências no período de até seis anos.

A Companhia, conforme requerimento do CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios, por meio de empresa independente, elaborou laudo preliminar para identificação de ativos tangíveis e intangíveis. Sua mensuração termina assim que a Companhia obtiver as informações completas sobre fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição. Contudo, o período de mensuração não será superior a um ano da data de aquisição.

A tabela a seguir resume a contraprestação paga para adquirir o Grupo Medisanitas Brasil e o valor justo dos ativos e passivos identificáveis na data de aquisição:

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

Ativo		Passivo	
Circulante	196.973	Circulante	198.988
Caixa e equivalentes de caixa	24.653	Fornecedores	33.732
Aplicações financeiras	133.564	Salários a pagar	8.927
Contas a receber de clientes	13.898	Tributos e encargos sociais a recolher	8.545
Estoques	3.477	Empréstimos e financiamentos a pagar	6.720
Despesas de comercialização diferidas	2.125	Provisões de Imposto de Renda e Contribuição Social	5.346
Créditos tributários e previdenciários	11.046	Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	127.751
Outros ativos	8.210	Arrendamentos	2.961
		Outros passivos	5.006
Não circulante	434.524	Não circulante	109.852
Realizável a longo prazo	71.750	Tributos e encargos sociais a recolher	6.948
Créditos tributários e previdenciários	3.619	Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	17.347
Depósitos judiciais	65.315	Provisões para ações judiciais	71.775
Outros ativos	2.816	Arrendamentos	13.782
Investimento	420		
Imobilizado ¹	43.708		
Direito de uso	15.314		
Intangível ²	224.129		
Ativo indenizatório	79.203		
Total do ativo adquirido identificável	631.497	Total do passivo assumido	308.840
		Total do ativo adquirido identificável / (passivo assumido)	322.657
		Ágio gerado na transação	768.400
		Total da contraprestação líquida	1.091.057

¹O ativo imobilizado adquirido ao valor justo de R\$ 43.708 corresponde ao custo adquirido de R\$ 39.522 e mais-valia de R\$ 4.186.

²O ativo intangível adquirido no valor justo de R\$ 224.129 corresponde ao custo adquirido de R\$ 458 e mais-valia de R\$ 223.671

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

Conforme contrato de compra e venda junto ao Grupo Medisanitas Brasil (QPA - QUOTA PURCHASE AGREEMENT) de 25 de agosto de 2020, existe uma cláusula de reembolso aos vendedores em caso de depósitos judiciais retornarem à companhia. Esta cláusula prevê o reembolso pelo recebimento de depósitos judiciais vinculados a um processo de ISS conforme Mandado de Segurança n.º 5060726-81.2016.8.13.0024, impetrado pela operadora com a finalidade de ver reconhecido seu direito em não apurar e recolher o ISS devido a Belo Horizonte - MG sobre os repasses realizados a título de custo médico para prestadores localizados fora do referido Município.

Sendo assim, em 11 de junho de 2021, a Notre Dame Intermédica Minas Gerais Saúde S.A. (anteriormente Medisanitas Brasil Assistência Integral à Saúde S.A.) obteve êxito nesse processo e os depósitos judiciais foram vertidos para essa Companhia, o que gerou o pagamento aos vendedores de R\$19.620 pela Notre Dame Intermédica Saúde S.A., considerado como contraprestação na aquisição, impactando em ajuste do ágio.

A Companhia identificou a alocação dos ativos tangíveis e intangíveis na aquisição do Grupo Medisanitas, mensurados a valor justo. Conforme elaboração de laudo emitido por empresa independente, as alocações preliminares são:

	<u>Método de avaliação</u>	<u>Grupo Medisanitas</u>
Imobilizado	Mais valia de ativos	4.186
Carteira de clientes	Método de renda ¹	223.671
Ágio	Valor justo	768.400

¹Multi-Period Excess Earnings Model – MPEEM: este método parte do pressuposto que o valor justo de um ativo intangível, é igual ao valor presente dos fluxos de caixa atribuível para esse bem. A realização do fluxo de caixa deve ser líquida da contribuição de outros ativos, tangíveis ou intangíveis.

Para fins de consolidação, os ativos intangíveis identificados pelo Grupo Medisanitas foram alocados da seguinte forma:

<u>Intangível</u>	<u>Valor alocado</u>	<u>Vida útil</u>
Carteira de clientes	223.671	7 a 9 anos
Ágio não alocado	768.400	Indefinida
	<u>992.071</u>	

O ágio de aquisição se justifica pelos valores dos ativos adquiridos e da rentabilidade futura esperada pela sinergia gerada com a atividade do Grupo Notre Dame Intermédica.

O Grupo Medisanitas Brasil foi consolidado a partir de 1º de abril de 2021. A contribuição na demonstração consolidada do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi uma receita de R\$ 502.829 e um lucro líquido de R\$ 7.247.

Em 4 de dezembro de 2020, a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) aprovou a aquisição do Grupo Medisanitas Brasil, conforme protocolo Ofício nº 137/2020/ASSNTDIOPE/DIRAD-DIOPE/DIOPE.

Em 18 de março de 2021, o Conselho Administrativo de Defesa Econômico (CADE), por meio do ato de concentração 08700.004547/2020-51, aprovou sem restrições a aquisição do Grupo Medisanitas Brasil.

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

2.5. Aquisição Hospital do Coração de Londrina Ltda.

Em 5 de abril de 2021, o Grupo Notre Dame Intermédica assinou o termo de fechamento do contrato de compra e venda de quotas e outras avenças do Hospital do Coração de Londrina Ltda. O valor da aquisição foi de R\$ 101.590, sendo uma parcela à vista de R\$ 70.000 e uma parcela retida no valor de R\$ 31.590, que será paga em 4 de abril de 2027, para fazer face às eventuais contingências oriundas do período que antecedeu a data do fechamento conforme determinado em cláusula contratual.

Parcela à vista	70.000
Parcela retida	31.590
Total da contraprestação	101.590
Ajuste a valores presente sobre a parcela retida	(4.731)
Total da contraprestação líquida	96.859

A Companhia, conforme requerimento do CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios, por meio de empresa independente, elaborou laudo preliminar para identificação de ativos tangíveis e intangíveis. Sua mensuração termina assim que a Companhia obtiver as informações completas sobre fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição. Contudo, o período de mensuração não será superior a um ano da data de aquisição.

A tabela a seguir resume a contraprestação paga para adquirir o Hospital do Coração de Londrina e o valor justo dos ativos e passivos identificáveis na data de aquisição:

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

Ativo		Passivo	
Circulante	10.878	Circulante	95.113
Caixa e equivalentes de caixa	2.020	Fornecedores	21.979
Contas a receber de clientes	2.903	Salários a pagar	5.486
Estoques	5.026	Tributos e encargos sociais a recolher	46.349
Créditos tributários e previdenciários	929	Empréstimos e financiamentos	12.783
		Arrendamentos	6.588
		Outros passivos	1.928
Não circulante	86.727	Não circulante	97.647
Realizável a longo prazo	1.623		
Imposto diferido ativo	1.390	Tributos e encargos sociais a recolher	26.343
Depósitos judiciais	233	Provisões para ações judiciais	4.856
Investimentos	264	Arrendamentos	66.448
Imobilizado ¹	10.956		
Direito de uso	68.949		
Intangível	79		
Ativo indenizatório	4.856		
Total do ativo adquirido identificável	97.605	Total do passivo assumido	192.760
		Total do ativo adquirido identificável / (passivo assumido)	(95.155)
		Ágio líquido gerado na transação	192.014
		Total da contraprestação líquida	96.859

¹O ativo imobilizado adquirido ao valor justo de R\$ 10.956 corresponde ao custo adquirido de R\$ 1.227 e mais-valia de R\$ 9.729.

A Companhia identificou a alocação dos ativos tangíveis e intangíveis na aquisição do Hospital do Coração de Londrina, mensurados a valor justo. Conforme elaboração de laudo emitido por empresa independente, as alocações preliminares são:

	Método de avaliação	Londrina
Imobilizado	Mais valia de ativos	9.729
Ágio	Valor justo	192.014

Para fins de consolidação, os ativos intangíveis identificados pelo Hospital do Coração de Londrina foram alocados da seguinte forma:

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

<u>Intangível</u>	<u>Valor alocado</u>	<u>Vida útil</u>
Ágio não alocado	192.014	Indefinida

O ágio de aquisição se justifica pelos valores dos ativos adquiridos e da rentabilidade futura esperada pela sinergia gerada com a atividade do Grupo Notre Dame Intermédica.

O Hospital do Coração de Londrina foi consolidado a partir de 1º de abril de 2021. A contribuição na demonstração consolidada do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi uma receita de R\$ 121.776 e um lucro líquido de R\$ 966.

Em 10 de março de 2021, o Conselho Administrativo de Defesa Econômico (CADE), por meio do ato de concentração 08700.000292/2021-38, aprovou sem restrições a aquisição do Hospital do Coração de Londrina Ltda.

A totalidade das condições precedentes foi atingida em 5 de abril de 2021, data na qual foi formalizado o termo de fechamento da aquisição.

2.6. Aquisição Hospital e Maternidade Maringá S.A.

Em 16 de julho de 2021, o Grupo Notre Dame Intermédica assinou o termo de fechamento do contrato de compra e venda de ações e outras avenças do Hospital e Maternidade Maringá S.A. O valor da aquisição foi de R\$ 67.970, sendo uma parcela à vista de R\$ 52.970 e uma parcela retida no valor de R\$ 15.000, que será paga em 1º de julho de 2027, para fazer face às eventuais contingências oriundas do período que antecedeu a data do fechamento conforme determinado em cláusula contratual.

Parcela à vista	52.970
Parcela retida	15.000
Total da contraprestação	67.970
Ajuste a valor presente sobre a parcela retida	(2.213)
Total da contraprestação líquida	65.757

A Companhia, conforme requerimento do CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios, por meio de empresa independente, elaborou laudo preliminar para identificação de ativos tangíveis e intangíveis. Sua mensuração termina assim que a Companhia obtiver as informações completas sobre fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição. Contudo, o período de mensuração não será superior a um ano da data de aquisição.

A tabela a seguir resume a contraprestação paga para adquirir o Hospital e Maternidade Maringá S.A. e o valor justo dos ativos e passivos identificáveis na data de aquisição:

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

Ativo		Passivo	
Circulante	7.595	Circulante	11.098
Caixa e equivalentes de caixa	741	Fornecedores	3.548
Contas a receber de clientes	5.419	Salários a pagar	2.680
Estoques	485	Tributos e encargos sociais a recolher	859
Créditos tributários e previdenciários	526	Dividendos a pagar	662
Outros ativos	424	Empréstimos e financiamentos	1.831
		Provisões para imposto de renda e contribuição social	1.273
Não circulante	44.433	Arrendamentos	180
Realizável a longo prazo	814	Outros passivos	65
Imposto diferido ativo	756		
Depósitos judiciais	58	Não circulante	659
Investimentos	374	Empréstimos e financiamentos	140
Imobilizado ¹	42.548	Provisões para ações judiciais	226
Direito de uso	435	Arrendamentos	293
Intangível	36		
Ativo indenizatório	226		
Total do ativo adquirido identificável	52.028	Total do passivo assumido	11.757
		Total do ativo adquirido identificável / (passivo assumido)	40.271
		Ágio líquido gerado na transação	25.486
		Total da contraprestação líquida	65.757

¹O ativo imobilizado adquirido ao valor justo de R\$ 42.548 corresponde ao custo adquirido de R\$ 4.840 e mais-valia de R\$ 37.708.

A Companhia identificou a alocação dos ativos tangíveis e intangíveis na aquisição do Hospital e Maternidade Maringá S.A., mensurados a valor justo. Conforme elaboração de laudo emitido por empresa independente, as alocações preliminares são:

	Método de avaliação	Maringá
Imobilizado	Mais valia de ativos	37.708
Ágio	Valor justo	25.486

Para fins de consolidação, os ativos intangíveis identificados pelo Hospital e Maternidade Maringá S.A. foram alocados da seguinte forma:

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

<u>Intangível</u>	<u>Valor alocado</u>	<u>Vida útil</u>
Ágio não alocado	25.486	Indefinida

O ágio de aquisição se justifica pelos valores dos ativos adquiridos e da rentabilidade futura esperada pela sinergia gerada com a atividade do Grupo Notre Dame Intermédica.

O Hospital e Maternidade Maringá S.A. foi consolidado a partir de 1º de julho de 2021. A contribuição na demonstração consolidada do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi uma receita de R\$ 32.248 e um lucro líquido de R\$ 4.883.

A conclusão da transação não estava sujeita à aprovação prévia da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

A totalidade das condições precedentes foi atingida em 16 de julho de 2021, data na qual foi formalizado o termo de fechamento da aquisição.

2.7. Aquisição Grupo Serpram

Em 4 de agosto de 2021, o Grupo Notre Dame Intermédica assinou o termo de fechamento do contrato de compra e venda de ações e outras avenças do Grupo Serpram. O valor da aquisição foi de R\$ 210.138, sendo uma parcela à vista de R\$ 195.138 e uma parcela retida no valor de R\$ 15.000, que será paga em 1º de agosto de 2027, para fazer face às eventuais contingências oriundas do período que antecedeu a data do fechamento conforme determinado em cláusula contratual.

Parcela à vista	195.138
Parcela retida	15.000
Total da contraprestação	210.138
Ajuste a valor presente sobre a parcela retida	(2.213)
Total da contraprestação líquida	207.925

A Companhia, conforme requerimento do CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios, por meio de empresa independente, elaborou laudo preliminar para identificação de ativos tangíveis e intangíveis. Sua mensuração termina assim que a Companhia obtiver as informações completas sobre fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição. Contudo, o período de mensuração não será superior a um ano da data de aquisição.

A tabela a seguir resume a contraprestação paga para adquirir o Grupo Serpram e o valor justo dos ativos e passivos identificáveis na data de aquisição:

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

Ativo		Passivo	
Circulante	44.821	Circulante	26.056
Caixa e equivalentes de caixa	3.310	Fornecedores	866
Aplicações financeiras	38.351	Salários a pagar	2.508
Contas a receber de clientes	1.041	Tributos e encargos sociais a recolher	5.441
Estoques	222	Provisões para imposto de renda e contribuição social	1.499
Créditos tributários e previdenciários	1.787	Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	15.362
Outros ativos	110	Outros passivos	380
Não circulante	65.969	Não circulante	8.885
Realizável a longo prazo	3.379	Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	7.931
Imposto diferido ativo	3.379	Provisões para ações judiciais	954
Imobilizado	10.852		
Intangível	40.185		
Ativo indenizatório	11.553		
Total do ativo adquirido identificável	110.790	Total do passivo assumido	34.941
		Total do ativo adquirido identificável / (passivo assumido)	75.849
		Ágio líquido gerado na transação	132.076
		Total da contraprestação líquida	207.925

A Companhia identificou a alocação dos ativos tangíveis e intangíveis na aquisição do Grupo Serpram, mensurados a valor justo. Conforme elaboração de laudo emitido por empresa independente, as alocações preliminares são:

	Método de avaliação	Grupo Serpram
Carteira de clientes	Método de renda ¹	40.185
Ágio não alocado	Valor justo	132.076

¹Multi-Period Excess Earnings Model – MPEEM: este método parte do pressuposto que o valor justo de um ativo intangível, é igual ao valor presente dos fluxos de caixa atribuível para esse bem. A realização do fluxo de caixa deve ser líquida da contribuição de outros ativos, tangíveis ou intangíveis.

Para fins de consolidação, os ativos intangíveis identificados pelo Grupo Serpram foram alocados da seguinte forma:

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

<u>Intangível</u>	<u>Valor alocado</u>	<u>Vida útil</u>
Carteira de clientes	40.185	7 a 9 anos
Ágio não alocado	132.076	Indefinida
	172.261	

O ágio de aquisição se justifica pelos valores dos ativos adquiridos e da rentabilidade futura esperada pela sinergia gerada com a atividade do Grupo Notre Dame Intermédica.

O Grupo Serpram foi consolidado a partir de 1º de agosto de 2021. A contribuição na demonstração consolidada do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi uma receita de R\$ 50.930 e um prejuízo de R\$ 204.

Em 11 de dezembro de 2020, a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) aprovou a aquisição do Grupo Serpram, conforme protocolo Ofício nº 145/2020/ASSNT-DIOPE/DIRAD-DIOPE/DIOPE.

Em 7 de julho de 2021, o Conselho Administrativo de Defesa Econômico (CADE), por meio do ato de concentração 08700.006195/2020-78, aprovou sem restrições a aquisição do Grupo Serpram.

A totalidade das condições precedentes foi atingida em 4 de agosto de 2021, data na qual foi formalizado o termo de fechamento da aquisição.

2.8. Aquisição da Casa de Saúde e Maternidade Santa Martha S.A.

Em 1º de outubro de 2021, o Grupo Notre Dame Intermédica assinou o termo de fechamento do contrato de compra e venda de ações e outras avenças da Casa de Saúde e Maternidade Santa Martha (Santa Martha). O valor da aquisição foi de R\$ 166.034, sendo uma parcela à vista de R\$ 134.034 e uma parcela retida no valor de R\$ 32.000, que será paga em 1º de outubro de 2027, para fazer face às eventuais contingências oriundas do período que antecedeu a data do fechamento conforme determinado em cláusula contratual.

Parcela à vista	134.034
Parcela retida	32.000
Total da contraprestação	166.034
Ajuste a valor presente sobre a parcela retida	(4.900)
Total da contraprestação líquida	161.134

A Companhia, conforme requerimento do CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios, por meio de empresa independente, elaborou laudo preliminar para identificação de ativos tangíveis e intangíveis. Sua mensuração termina assim que a Companhia obtiver as informações completas sobre fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição. Contudo, o período de mensuração não será superior a um ano da data de aquisição.

A tabela a seguir resume a contraprestação paga para adquirir a Santa Martha e o valor justo dos ativos e passivos identificáveis na data de aquisição:

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

Ativo		Passivo	
Circulante	12.705	Circulante	19.727
Caixa e equivalentes de caixa	4.904	Fornecedores	4.755
Aplicações financeiras	3.696	Salários a pagar	5.686
Contas a receber de clientes	307	Tributos e encargos sociais a recolher	1.701
Estoques	739	Provisões para imposto de renda e contribuição social	3.819
Créditos tributários e previdenciários	3.058	Outros passivos	3.766
Não circulante	40.982	Não circulante	3.231
Realizável a longo prazo	1.583	Tributos e encargos sociais a recolher	2.137
Imposto diferido ativo	702	Provisões para ações judiciais	1.094
Depósitos judiciais	881		
Investimentos	6		
Imobilizado ¹	38.166		
Intangível	132		
Ativo indenizatório	1.095		
Total do ativo adquirido identificável	53.687	Total do passivo assumido	22.958
		Total do ativo adquirido identificável / (passivo assumido)	30.729
		Ágio líquido gerado na transação	130.405
		Total da contraprestação líquida	161.134

¹O ativo imobilizado adquirido ao valor justo de R\$ 38.166 corresponde ao custo adquirido de R\$ 10.734 e mais-valia de R\$ 27.432.

A Companhia identificou a alocação dos ativos tangíveis e intangíveis na aquisição da Santa Martha, mensurados a valor justo. Conforme elaboração de laudo emitido por empresa independente, as alocações preliminares são:

	Método de avaliação	Santa Martha
Imobilizado	Mais valia de ativos	27.432
Ágio	Valor justo	130.405

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

Para fins de consolidação, os ativos intangíveis identificados pela Santa Martha foram alocados da seguinte forma:

<u>Intangível</u>	<u>Valor alocado</u>	<u>Vida útil</u>
Ágio não alocado	130.405	Indefinida

O ágio de aquisição se justifica pelos valores dos ativos adquiridos e da rentabilidade futura esperada pela sinergia gerada com a atividade do Grupo Notre Dame Intermédica.

A Santa Martha foi consolidada a partir de 1º de outubro de 2021. A contribuição na demonstração consolidada do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi uma receita de R\$ 24.027 e um lucro líquido de R\$ 2.122.

Em 6 de setembro de 2021, a transação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) por meio do ato de concentração 08700.004335/2021-54.

A totalidade das condições precedentes foi atingida em 1º de outubro de 2021, data na qual foi formalizado o termo de fechamento da aquisição.

3. Políticas contábeis

3.1. Elaboração e apresentação das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas

3.1.1. Declaração de conformidade

As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior.

A Companhia, ao elaborar estas Demonstrações Financeiras, utiliza os seguintes critérios de divulgação: (i) requerimentos regulatórios; (ii) relevância e especificidade da informação das operações da Companhia aos usuários; e (iii) necessidades informacionais dos usuários das Demonstrações Financeiras. Assim, a Administração confirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas por ela na gestão da Companhia e de suas Controladas.

As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior e foram aprovadas e autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 23 de março de 2022.

3.1.2. Base de consolidação

As Demonstrações Financeiras consolidadas compreendem as Demonstrações Financeiras da Companhia e de suas Controladas em 31 de dezembro de 2021. O controle é obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

Especificamente, a Companhia controla uma investida se, e apenas se, tiver:

- poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantam a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida);
- exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e
- a capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos.

Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a essa presunção e quando a Companhia tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive:

- o acordo contratual entre o investidor e outros titulares de direito de votos;
- os direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e
- os direitos de voto e os potenciais direitos de voto da Companhia (investidor).

A Companhia avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle citados anteriormente. A consolidação de uma Controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à Controlada e finaliza quando a Companhia deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma Controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas Demonstrações Financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que a Companhia deixar de exercer o controle sobre a Controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas Controladores e aos não Controladores da Companhia, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores. Quando necessário, são efetuados ajustes nas Demonstrações Financeiras das Controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis da Companhia. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre as empresas do Grupo Notre Dame Intermédica, são totalmente eliminados na consolidação.

A variação na participação societária da Controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial.

Se a Companhia perder o controle exercido sobre uma Controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ágio) e os passivos da Controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for perdido (incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a elas). Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido.

Nas Demonstrações Financeiras individuais, os investimentos da Companhia em suas Controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas incluem as seguintes Controladas Diretas e Indiretas da Notre Dame Intermédica Participações S.A.:

	Atividade principal	Data de aquisição	Data da incorporação	Participação societária			
				31 de dezembro de 2021		31 de dezembro de 2020	
				Direta	Indireta	Direta	Indireta
BCBF Participações S.A.	<i> Holding </i>	-	-	100,00%	-	100,00%	-
Notre Dame Intermédica Saúde S.A.	Plano de saúde	-	-	-	100,00%	-	100,00%
Hospital São Bernardo S.A.	Saúde	23/02/2017	-	-	100,00%	-	100,00%
Hospital Intermédica Jacarepaguá Ltda.	Saúde	05/04/2019	-	-	100,00%	-	100,00%
São Lucas Saúde S.A.	Plano de saúde	23/01/2020	-	-	100,00%	-	100,00%
São Lucas Serviços Médicos Ltda.	Saúde	23/01/2020	-	-	100,00%	-	100,00%
Clínica São Lucas Ltda.	Saúde	23/01/2020	-	-	87,07%	-	87,07%
Clinipam – Clínica Médica Paranaense de Assistência Médica Ltda.	Plano de saúde	07/02/2020	-	-	100,00%	-	100,00%
	<i> Administração de </i>						
Gralha Azul Administração e Participação Ltda.	<i> Bens </i>	07/02/2020	-	-	100,00%	-	100,00%
Hospital do Coração de Balneário Camboriú Ltda.	Saúde	20/05/2020	-	-	98,99%	-	98,99%
SMV Serviços Médicos Ltda.	Plano de saúde	24/08/2020	-	-	97,30%	-	99,30%
Hospital e Maternidade Santa Mônica S.A.	Saúde	24/08/2020	-	-	99,86%	-	99,60%
INCORD – Instituto de Neurologia e de Coração de Divinópolis Ltda.	Laboratorial	24/08/2020	-	-	100,00%	-	100,00%
Bioimagem Diagnósticos por Imagem e Laboratório de Análises Clínicas Ltda.	Laboratorial	24/08/2020	-	-	93,35%	-	93,35%
Hospital e Maternidade Santa Brígida S.A.	Saúde	23/10/2020	-	-	99,99%	-	97,02%
Lifeday Planos de Saúde Ltda.	Plano de saúde	01/12/2020	01/04/2021	-	-	-	100,00%
Lifecenter Sistema de Saúde S.A.	Saúde	20/01/2021	-	-	100,00%	-	-
Climepe Total Ltda.	Plano de saúde	08/03/2021	-	-	100,00%	-	-
Bio Saúde Serviços Médicos Ltda.	Plano de saúde	31/03/2021	-	-	100,00%	-	-
Hospital do Coração de Londrina Ltda.	Saúde	05/04/2021	-	-	100,00%	-	-
Notre Dame Intermédica Minas Gerais Investimentos Ltda.	<i> Holding </i>	13/04/2021	01/10/2021	-	-	-	-
Notre Dame Intermédica Minas Gerais Ltda.	<i> Holding </i>	13/04/2021	-	-	100,00%	-	-
NDIS MG Investimentos e Participações Ltda.	<i> Holding </i>	13/04/2021	01/10/2021	-	-	-	-
NDIS MG Serviços Operacionais Ltda.	<i> Administração </i>	13/04/2021	01/10/2021	-	-	-	-

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

	Atividade principal	Data de aquisição	Data da incorporação	Participação societária			
				31 de dezembro de 2021		31 de dezembro de 2020	
				Direta	Indireta	Direta	Indireta
NDIS Drogaria Ltda.	Drogaria	13/04/2021	-	100,00%	-	-	
Notre Dame Intermédica Minas Gerais Saúde S.A.	Plano de saúde	13/04/2021	-	100,00%	-	-	
Centro Oftalmológico NDIS MG Ltda.	Saúde	13/04/2021	01/10/2021	-	-	-	
Centro Clínico NDIS MG Venda Nova Ltda.	Saúde	13/04/2021	01/10/2021	-	-	-	
Centro Médico NDIS MG Ltda.	Saúde	13/04/2021	01/10/2021	-	-	-	
Hospital Notre Dame Intermédica BH Ltda.	Saúde	13/04/2021	01/10/2021	-	-	-	
Hospital e Maternidade Maringá S.A.	Saúde	16/07/2021	-	-	100,00%	-	
Serpram – Serviço de Prestação de Assistência Médico-Hospitalar S.A.	Plano de saúde	04/08/2021	-	-	99,39%	-	
IMESA – Instituto de Medicina Especializada Alfenas S.A.	Saúde	04/08/2021	-	-	99,50%	-	
Hospital Varginha S.A.	Saúde	04/08/2021	-	-	99,41%	-	
Casa de Saúde e Maternidade Santa Martha S.A.	Saúde	01/10/2021	-	-	100,00%	-	

3.1.3. Combinação de negócios e ágio

Combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não Controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não Controladores da adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data da aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada um ativo ou um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48 – Instrumentos Financeiros na demonstração do resultado.

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia, que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a essas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

3.1.4. Classificação corrente versus não corrente

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- espera-se que seja realizado, ou se pretende que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- está mantido essencialmente com propósito de ser negociado;
- espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e
- caixa ou equivalentes de caixa (conforme Pronunciamento Técnico CPC 03 – Demonstrações dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulante.

Um passivo é classificado no circulante quando:

- espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- está mantido essencialmente para finalidade de ser negociado;
- deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e
- a entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são contabilizados no ativo e passivo não circulante, respectivamente.

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

3.1.5. Conversão de moeda estrangeira

(i) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas Demonstrações Financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (a moeda funcional). As Demonstrações Financeiras estão apresentadas em Reais - R\$, que é a moeda funcional da Companhia.

(ii) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado na rubrica de "Resultado financeiro".

3.1.6. Informações por segmento

A Companhia e suas Controladas atuam no setor de saúde suplementar e direcionam sua estratégia à prestação de serviços de forma verticalizada, em que o atendimento ao beneficiário é prioritariamente realizado em rede própria de atendimento, e proporciona assistência médica e odontológica.

Os segmentos operacionais são apresentados de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões da Companhia e de suas Controladas responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais.

As informações por segmento da Companhia estão basicamente segregadas em:

- saúde – prestação de serviços nos campos da medicina, medicina social, hospitalar e ocupacional, subdividida em Saúde Sudeste, Saúde Minas e Saúde Sul;
- odontológico – prestação de serviço no campo de odontologia.

3.1.7. Demonstração do valor adicionado (DVA)

Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira como parte de suas Demonstrações Financeiras. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das Demonstrações Financeiras e seguindo as disposições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado (DVA).

A DVA não é uma demonstração financeira requerida pelas normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards – IFRS*).

3.1.8. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas exige que a Administração registre determinados ativos, passivos, receitas e despesas com base em

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

estimativas, as quais são estabelecidas a partir de julgamentos e premissas para determinação do valor adequado a ser registrado nas Demonstrações Financeiras.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas Demonstrações Financeiras devido ao tratamento de apuração inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

(i) Julgamentos

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 2 – Combinação de negócios. O valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos;
- Nota explicativa no 15 – Direito de uso e passivo de arrendamento: arrendamento a pagar – determinação se um contrato contém um arrendamento, seu prazo, renovações e classificação;
- Nota explicativa no 20 – Provisões técnicas de operações de assistência à saúde. Avaliação de passivos de seguros;
- Nota explicativa no 22 – Provisão para ações judiciais. Principais premissas para determinar o valor e a probabilidade da saída de recursos;

(ii) Incertezas sobre premissas e estimativas

As estimativas e premissas são revisadas de maneiras contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que são efetuadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2021 que possam resultar em um resultado real diferente do estimado estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 3 – aquisição de controlada: valor justo da contraprestação transferida (incluindo contraprestação contingente) e o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, mensurados em base provisória;
- Nota explicativa no 7 - Provisão para perda do valor recuperável do contas a receber. Reconhecimento e mensuração da provisão ao valor recuperável do contas a receber de clientes;
- Nota explicativa nº 8 - Despesas de comercialização diferidas. Identificação do tempo médio de duração dos contratos para determinar o prazo de diferimento das comissões e, conseqüentemente, sua apropriação ao resultado contábil do exercício;
- Nota explicativa nº 11_ - Imposto de renda e contribuição social diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

possam ser utilizados.

- Nota explicativa nº 14 - Revisão da vida útil econômica de bens do ativo imobilizado. Determinação da vida útil estimada dos bens e, conseqüentemente, da taxa de depreciação a ser utilizada nos cálculos e registro contábeis no resultado do período;
- Nota explicativa nº 16 - Determinação da vida útil estimada dos ativos intangíveis e, conseqüentemente, da taxa de amortização a ser utilizada nos cálculos e registro contábeis no resultado do exercício. Teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio: principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento;
- Nota explicativa nº 20 - Provisões técnicas de operações de assistência à saúde. Reconhecimento e mensuração de passivos de seguro; e
- Nota explicativa nº 22 - Provisões para ações judiciais. Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas para determinar o valor e a probabilidade da saída de recursos.

3.1.9. Mensuração do valor justo

A Companhia e suas Controladas mensuram instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo em cada data de reporte.

O valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- no mercado principal para ativo ou passivo; e
- na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo e passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso.

A Companhia e suas Controladas utilizam técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas Demonstrações Financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo com um todo:

- Nível I – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;
- Nível II – técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

- Nível III – técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas Demonstrações Financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia e suas Controladas determinam se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação.

A Companhia e suas Controladas determinam as políticas e os procedimentos para mensuração do valor justo, como ativos financeiros não cotados, e para mensuração não recorrente. A Companhia e suas Controladas são responsáveis pelo departamento de avaliação de risco, sendo composto pelos diretores financeiros e gerentes de cada propriedade.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 3 – Combinações de negócios; e
- Nota explicativa nº 4 - Instrumentos financeiros.

3.1.10. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são registrados de acordo com o CPC 48 – Instrumentos Financeiros, que determina a classificação dos ativos financeiros em três categorias:

- mensurados ao valor justo por meio do resultado;
- mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, e
- mensurados ao custo amortizado.

Dependendo das características de cada instrumento, eles podem ser classificados em resultado financeiro ou abrangente. Essas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado pela Administração e nas características dos fluxos de caixa contratuais.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócio da Companhia e de suas Controladas para a gestão desses ativos financeiros. A Companhia e suas Controladas inicialmente mensuram um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

O modelo de negócios da Companhia e de suas Controladas para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócios com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e com o objetivo de venda.

(i) Ativos financeiros – mensuração inicial

No reconhecimento inicial, a Companhia e suas Controladas mensuram seus ativos e passivos financeiros ao valor justo, considerando os custos de transação atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo ou passivo financeiro. Para as contas a receber de clientes, a mensuração inicial se dá pelo preço da transação.

(ii) Ativos financeiros – custo amortizado

Ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos à redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Companhia e de suas Controladas ao custo amortizado incluem as contas a receber de clientes.

(iii) Ativos financeiros – valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

(iv) Ativos financeiros – mensuração subsequente

- Custo amortizado: esses ativos são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetiva subtraindo-se o valor referente à perda de crédito esperada. Além disso, é considerado para apuração do custo amortizado o montante de principal pago.
- Valor justo por meio do resultado: os ativos classificados dentro desse modelo de negócio são contabilizados por meio de reconhecimento do ganho ou perda no resultado do período.

(v) Redução ao valor recuperável dos ativos financeiros

Os requerimentos de avaliação da redução ao valor recuperável de ativos financeiros são baseados em um modelo de perda de crédito esperada.

O modelo de perda de crédito esperada inclui o uso de informações prospectivas e a classificação do ativo financeiro em três estágios:

- Estágio 1 – Perda de crédito esperada para 12 meses: representa os eventos de inadimplência possíveis dentro de 12 meses. Aplicável aos ativos financeiros originados ou comprados sem problemas de recuperação de crédito.
- Estágio 2 – Perda de crédito esperada ao longo da vida do instrumento financeiro: considera todos os eventos de inadimplência possíveis. Aplicável aos ativos financeiros originados ou comprados sem problemas de recuperação de crédito cujo risco de crédito aumentou significativamente.
- Estágio 3 – Perda de crédito esperada para ativos com problemas de recuperação: considera todos os eventos de inadimplência possíveis. Aplicável aos ativos financeiros originados ou comprados com problemas de recuperação de crédito. A mensuração dos ativos classificados neste estágio se difere do estágio 2 pelo reconhecimento da receita de

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

juros aplicando-se a taxa de juros efetiva ao custo amortizado (líquido de provisão) e não ao valor contábil bruto.

Um ativo migrará de estágio à medida que seu risco de crédito aumentar ou diminuir. Dessa forma, um ativo financeiro que migrou para o estágio 2 ou 3 poderá voltar ao estágio 1, a menos que tenha sido originado ou comprado com problemas de recuperação de crédito.

A operação principal da Companhia e de suas Controladas estão predominantemente relacionadas com os recebimentos das vendas de plano de saúde.

A Companhia e suas Controladas reconhecem para seus ativos classificados ao custo amortizado uma provisão referente à perda de crédito esperada. Essa avaliação é realizada prospectivamente e está baseada em dados históricos. Além disso, a Companhia e suas Controladas avaliam mensalmente essas variações do risco de crédito dos ativos financeiros e, caso não haja aumento significativo do risco de crédito, deverá ser reconhecida a perda de crédito para o saldo, em aberto, para os próximos 12 meses. Caso seja identificado que houve aumento significativo do risco de crédito a perda é reconhecida tomando por base o montante total, em aberto, para o período total da vida do instrumento financeiro.

Para o reconhecimento de vendas de outros serviços hospitalares, a Companhia e suas Controladas optaram por mensurar provisões para perdas pelo modelo simplificado. Para essas contas a receber de clientes, foi aplicado o (%) percentual de perdas apurado historicamente para o grupo de clientes.

(vi) Passivos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou ao custo amortizado.

Todos os passivos financeiros da Companhia e de suas Controladas são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia e de suas Controladas incluem: fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos e arrendamentos.

(vii) Passivos financeiros – mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- passivos financeiros por meio do resultado: são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e da perda no resultado do período; e
- custo amortizado: são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetiva, em que ganhos e perdas são reconhecidos no resultado no momento da baixa dos passivos e no reconhecimento da amortização.

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

(viii) Desreconhecimento

(a) Ativos financeiros

A Companhia e suas Controladas desreconhecem um ativo financeiro quando (i) os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; (ii) ou quando transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou (iii) na qual nem transfere, nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia e suas Controladas realizam transações em que transferem ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantêm todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

(b) Passivos financeiros

A Companhia e suas Controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. Também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(ix) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas Controladas tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenham a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.1.11. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez e vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros fins.

Para efeitos de demonstrações financeiras individuais e consolidadas, os saldos bancários a descoberto são incluídos como componentes de caixa e equivalentes de caixa em decorrência da alta liquidez em curto espaço de tempo, compondo integralmente na gestão de caixa da Companhia e de suas Controladas.

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

3.1.12. Perda de recuperabilidade sobre créditos

As Controladas da Companhia constituem provisão para perdas de recuperabilidade sobre créditos por meio da metodologia de apuração utilizada em estrito acordo com a Resolução Normativa – RN 322/2013 alterada pela RN 472/2021.

A perda de recuperabilidade sobre créditos relacionados com planos de saúde é constituída sobre os créditos vencidos há mais de 60 dias para os contratos de pessoas física (planos individuais) e há mais de 90 dias para os contratos com pessoa jurídica (planos coletivos e corporativos), salvo casos específicos avaliados individualmente pela Administração.

Para os créditos não relacionados com planos de saúde é constituída perda de recuperabilidade de créditos para saldos vencidos acima de 90 dias, salvo casos específicos avaliados individualmente pela Administração.

Adicionalmente, é constituída provisão para todas as parcelas a vencer desses contratos.

3.1.13. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são utilizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às Demonstrações Financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e, em certos casos, implícita, nos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia e suas Controladas concluíram que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às Demonstrações Financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

3.1.14. Despesas de comercialização diferidas

Representados por comissões pagas pela comercialização de planos coletivos e individuais são diferidas de acordo com o prazo de vigência dos contratos ou a expectativa conforme Nota Técnica Atuarial (NTA) e são refletidas no saldo da conta “Despesas diferidas”, de acordo com a Resolução Normativa (RN) 322/13, alterada pela RN nº 472/2021. Em 2020, por meio do último estudo técnico realizado, a Companhia e suas Controladas mantiveram o diferimento das despesas pelo prazo de até 36 meses e o saldo a ser diferido está refletido nas rubricas “Despesas de comercialização diferidas” no ativo circulante, que compreende o saldo de até 12 meses, e no ativo não circulante, para o saldo superior a 12 meses. Os demais gastos com comissões são registrados como despesas de comercialização, conforme incorridos.

3.1.15. Imposto de Renda e Contribuição Social

(i) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre lucro líquido – correntes

Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovados no fim do exercício que está sendo reportado nos países em que a Companhia e suas Controladas operam e geram lucro tributável.

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

Imposto de Renda e Contribuição Social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriados.

(ii) Tributos diferidos

Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data de balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- quando o passivo fiscal diferido surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em Controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas e créditos e perdas tributárias não utilizados possam ser utilizados, exceto:

- quando o ativo fiscal diferido relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo e passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta nem o lucro contábil, nem o lucro tributável (ou prejuízo fiscal); e
- sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em Controladas, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data de balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data de balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

O tributo diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido e não na demonstração do resultado. Itens de tributos diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Benefícios fiscais adquiridos com parte de uma combinação de negócios, mas que não cumprem os critérios para reconhecimento em separado naquela data, são reconhecidos subsequentemente em

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

caso de novas informações sobre fatos e mudanças nas circunstâncias. O ajuste é tratado como redução do ágio (contando que não exceda o ágio) se incorrido durante o período de mensuração ou reconhecimento no resultado.

A Companhia e suas Controladoras contabilizam ativos e passivos fiscais correntes de forma líquida se, e somente se, as entidades referidas possuem o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e as entidades pretendem fazer ou receber esse pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A contabilização dos ativos e passivos fiscais diferidos líquidos, por sua vez, é efetuada pela Companhia e por suas Controladas se, e somente se, a entidade tem o direito legalmente executável de compensar os ativos fiscais correntes contra passivos fiscais correntes e se os ativos fiscais diferidos e o passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária: (i) na mesma entidade tributável; ou (ii) nas entidades tributáveis diferentes que pretendem liquidar os passivos e os ativos fiscais correntes em bases líquidas ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados.

3.1.16. Investimentos – Controladas

A participação societária que a Companhia possui em suas Controladas é avaliada pelo método de equivalência patrimonial e está registrada na rubrica “Resultado de equivalência patrimonial” na demonstração do resultado.

As Demonstrações Financeiras das Controladas são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação que as da Companhia. Quando necessário, são realizados ajustes para que as políticas contábeis fiquem alinhadas com as políticas contábeis da Companhia.

3.1.17. Imobilizado

Os itens que compõem o imobilizado são demonstrados ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver. Esse custo inclui o custo de reposição do ativo imobilizado e custos de financiamentos para projetos de construção de longo prazo se os critérios de reconhecimento forem atendidos. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

A depreciação é calculada com base no método linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, conforme apresentado a seguir:

Grupo do ativo imobilizado	Vida útil	Taxa média anual de depreciação - % a.a.
Terrenos e imóveis	25 a 50 anos	2%
Veículos	1 a 10 anos	17%
Instalações	5 a 10 anos	14%
Máquinas e equipamentos	1 a 25 anos	14%
Móveis e utensílios	1 a 15 anos	10%
Equipamentos de computação	1 a 15 anos	25%

A Companhia e suas Controladas revisam o valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação no encerramento de cada exercício e os ajustam de forma prospectiva, quando for o caso.

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o recebedor obtém controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

3.1.18. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo dos ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável, se houver. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida e indefinida.

Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizados por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados contabilmente, mas são testados anualmente em relação às perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

	<u>Vida útil (anos)</u>
Aquisição da carteira de plano de saúde	2 a 13 anos
Sistema de computadores	20% a.a.
Ágio adquirido por combinação de negócios	Indefinida
Ativos intangíveis	7 anos
Outros ativos intangíveis	Indefinida

Um ativo é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

3.1.19. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis nesse sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos nesse modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis.

A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e nesses orçamentos financeiros detalhados, os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nessas previsões e nesses orçamentos geralmente abrangem o período de 5 anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano.

A perda por desvalorização do ativo é reconhecida no resultado de forma consistente com a função do ativo sujeito à perda.

Para ativos que não sejam ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se tal indicativo existir, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Essa reversão é reconhecida no resultado.

O teste de redução do valor recuperável do ágio é feito anualmente ou quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil tenha se deteriorado.

A perda por desvalorização é reconhecida para uma unidade geradora de caixa a qual o ágio esteja relacionado. Quando o valor recuperável da unidade é inferior ao valor contábil da unidade, a perda é reconhecida e alocada para reduzir o valor contábil dos ativos da unidade na seguinte ordem: (a) reduzindo o valor contábil do ágio alocado à unidade geradora de caixa; e (b) a seguir, aos outros ativos da unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada ativo.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

3.1.20. Provisões

Provisões são reconhecidas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva), como consequência de um evento passado, uma indicação provável que benefícios econômicos sejam

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia e suas Controladas esperam que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos tributos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento.

(i) Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

A Companhia e suas Controladas são parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

(ii) Contratos onerosos

Se a Companhia e suas Controladas possuem um contrato que é oneroso, a obrigação presente do contrato é reconhecida e mensurada como uma provisão. No entanto, antes que uma provisão separada para um contrato oneroso seja estabelecida, a Companhia e suas Controladas reconhecem qualquer perda por redução ao valor recuperável que tenha ocorrido em ativos dedicados a esse contrato.

Um contrato oneroso como um contrato em que os custos inevitáveis de satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se espera que sejam recebidos ao longo do mesmo contrato. Os custos inevitáveis do contrato refletem o menor custo líquido de sair do contrato e este é determinado com base:

- no custo de cumprir o contrato; ou
- no custo de qualquer compensação ou de penalidades provenientes do não cumprimento dos contratos; dos dois, o menor.

O custo para cumprir um contrato compreende os custos diretamente relacionados ao contrato (por exemplo, custos incrementais) e uma alocação de outros custos diretamente associados às atividades do contrato.

(iii) Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

Constituídas de acordo com Resoluções Normativas emitidas pela ANS, essas provisões são representadas pela:

- (a) *Provisão de prêmio contraprestação não ganha (PPCNG):* conforme Resolução Normativa ANS nº 314 de 23 de novembro de 2021. A partir de janeiro de 2013, as contraprestações e prêmios provenientes das operações de plano privados de assistência à saúde deverão

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

contemplar parcela da PPCNG, no qual o cálculo da provisão apura a parcela de prêmios ou contribuições não ganhas, relativa ao período de cobertura do risco assistencial dos contratos com modalidade de pré-pagamento.

- (b) *Provisão de eventos e sinistros a liquidar para o SUS (Sistema Único de Saúde):* corresponde aos custos de assistência dos seus beneficiários que utilizaram a rede de atendimento à saúde pública. A Operadora deve registrar o ressarcimento ao SUS em sua escrituração contábil na rubrica “Sistema Único de Saúde – SUS” em contrapartida “Provisões técnicas de operações de assistência à saúde” no passivo circulante e não circulante.
- (c) *Provisão para eventos a liquidar:* é constituída com base nas notificações recebidas dos prestadores de serviços que avisam a ocorrência dos eventos cobertos pelos planos recebidos até a data do balanço (Resolução Normativa nº 290/2012, alterada pelas Resoluções Normativas nº 322/2013 e nº 472/2021).
- (d) *Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA):* provisão para fazer frente ao pagamento dos eventos ocorridos e não avisados perante os prestadores da rede credenciada, calculada com base em metodologia atuarial (Resolução Normativa nº 209/2009, alterada pelas Resoluções Normativas nº 227/2010, nº 243/2010, nº 246/2011, nº 313/2012, nº 393/2015 e nº 442/2018).
- (e) *Provisão para eventos ocorridos e não avisados para SUS (PEONA-SUS):* refere-se à estimativa do montante de eventos/sinistros que já tenham ocorrido na rede assistencial do SUS e que não tenham sido avisados. A Operadora efetua o provisionamento conforme as informações disponibilizadas mensalmente pela ANS (Resolução Normativa nº 442/2018, alterada conforme comunicado nº 88/ANS).
- (f) *Provisão de insuficiência de contraprestação (PIC):* refere-se à insuficiência de contraprestação/prêmio para cobertura dos eventos/sinistros a ocorrer, quando constatada, conforme Resolução Normativa nº 442/2018.
- (g) *Provisão para remissão:* é constituída para os beneficiários que ficarem isentos dos pagamentos das contraprestações em um determinado período conforme cobertura prevista em contrato.

Conforme Resolução Normativa nº 227/2010 alterada pelas Resoluções Normativas nº 329/2013 e nº 392/2015, nº 419/16, nº 427/17 e nº 430/17, da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, são estabelecidas regras para constituição de provisões técnicas. Tais regras exigem que a operadora vincule seus ativos financeiros no montante mínimo pela RN para cobrir as contraprestações.

3.1.21. Direito de uso e Passivo de arrendamento

A Companhia e suas Controladas avaliam na data de início do contrato se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca da contraprestação.

A Companhia e suas Controladoras aplicam uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia e suas Controladas reconhecem os passivos

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

(i) Ativos de direito de uso

A Companhia e suas Controladas reconhecem os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia e suas Controladas ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos à redução ao valor recuperável.

(ii) Passivo de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia e suas Controladas reconhecem os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e suas Controladas e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia e suas Controladas exercendo a opção de rescindir a arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou a condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia e suas Controladas usam a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

(iii) Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia e suas Controladas aplicam a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

3.1.22. Pagamento Baseado em Ações

A Companhia oferece a certos funcionários a opção de participar do Plano de Pagamento Baseado em Ações, no qual os funcionários prestam serviços em troca de títulos patrimoniais (transações liquidadas com títulos patrimoniais). O custo de transações liquidadas com instrumentos patrimoniais é mensurado com base no valor justo na data em que foram outorgadas.

O Plano de Pagamento Baseado em Ações está classificado como instrumento patrimonial, detalhado na nota explicativa 29, calculado com base no valor atribuído à permanência e à performance dos participantes, determinado pelo valor justo das opções outorgadas, estabelecido na data da outorga de cada plano, utilizando um modelo de precificação de opção, e é reconhecido como despesa durante o período de carência em contrapartida da conta de “reserva de capital” no patrimônio líquido. Os participantes do Plano de Pagamento Baseado em Ações se restringem aos executivos da Companhia e suas Controladas.

3.1.23. Obrigações com benefícios de longo prazo pós-emprego a funcionários

A Companhia concede a certos executivos o benefício de assistência à saúde pós-emprego. O custeio dos benefícios concedidos pelos planos de benefícios definidos é estabelecido separadamente para cada plano, utilizando o método do crédito unitário projetado.

Mensurações compreendendo ganhos e perdas atuariais, o efeito do limite dos ativos, excluindo os juros líquidos, e o retorno sobre ativos do plano, excluindo juros líquidos, são reconhecidos imediatamente no balanço patrimonial, com correspondentes débitos ou créditos retidos por meio de outros resultados abrangentes no período em que ocorra. As mensurações não são reclassificadas no resultado em períodos subsequentes.

Os custos de serviços passados são reconhecidos no resultado nas seguintes datas, a que ocorrer primeiro:

- a data de alteração do plano ou redução significativa da expectativa do tempo de serviços;
- e
- a data em que a Companhia reconhece os custos relacionados com reestruturação.

Os juros líquidos são calculados aplicando-se a taxa de desconto ao ativo ou passivo do benefício definido líquido. A Companhia reconhece as seguintes variações nas obrigações de benefício definido líquido em despesas administrativas nas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas do resultado.

Os participantes do plano de benefícios pós-emprego se restringem a certos executivos da Companhia e suas Controladas.

3.1.24. Distribuição de lucros

A Companhia e suas Controladas reconhecem um passivo para pagamento de dividendos quando essa distribuição é autorizada e deixa de ser uma opção da empresa ou, ainda, quando previsto em

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

Lei. Conforme legislação societária vigente, uma distribuição é autorizada quando aprovada pelos acionistas e o montante correspondente é diretamente reconhecido no patrimônio líquido. A legislação societária estabelece ainda o requerimento de pagamento de um dividendo mínimo obrigatório, após efetuados os ajustes ao lucro auferido no exercício e destinação das reservas também previstas no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas Demonstrações Financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no Estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas.

3.1.25. Reconhecimento de receitas e custos operacionais

A Companhia e suas Controladas atuam no ramo de prestação de serviços de assistência à saúde e odontológica. Os serviços são vendidos em contratos separados, individual por cliente ou agrupados como um pacote de serviços. Para este, com planos de assistência à saúde, a Companhia entende que o mesmo deve atender aos requerimentos do CPC 11/IFRS 4 – Contratos de Seguros. Para os itens não enquadrados nesse pronunciamento, a Companhia adota como política para o reconhecimento de receita os critérios dispostos no CPC 47/IFRS15 – Contratos com clientes.

(i) Reconhecimento de receitas operacionais

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável, independentemente de quando o pagamento for recebido. A receita é contabilizada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

As receitas de contraprestações, na modalidade de preço pré-estabelecido, são apropriadas no resultado pelo montante correspondente ao período de cobertura do risco incorrido (*pro rata die*).

Nos casos em que a fatura é emitida antecipadamente em relação ao período de cobertura dos contratos com clientes, o valor dos contratos com os clientes é registrado na rubrica “Provisões técnicas de operações de assistência à saúde”, no subitem “Provisão de contraprestação não ganha – PPCNG”, conforme destacado na nota explicativa 20, classificada no passivo circulante.

As receitas pertinentes aos serviços prestados de assistência à saúde são contabilizadas pelo regime de competência.

(ii) Receitas de contratos com clientes

a) Prestação de serviços

A Companhia presta serviços de assistência à saúde e odontológica por meio de seus hospitais. Esses serviços são vendidos separadamente nos contratos com os clientes. A Companhia avaliou que os serviços são satisfeitos ao longo do tempo dado que o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios prestados. A Companhia identificou e analisou as diferenças de acordo com o novo pronunciamento, conforme descrito abaixo:

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

Contraprestação variável

A Companhia possuiu dois tipos de glosas:

- internas, as quais são realizadas pelos auditores das operadoras que fiscalizam os relatórios antes do faturamento dentro dos hospitais;
- externas, glosas das faturas emitidas e enviadas para as operadoras e que por diversos motivos podem ser ou não aprovadas.

A Companhia considera que as glosas são contraprestações variáveis, de acordo com a IFRS 15.

Se a contraprestação prometida no contrato incluir um valor variável, a entidade estima o valor da contraprestação à qual a entidade terá direito em troca da transferência dos bens ou serviços prometidos ao cliente.

A variabilidade relativa à contraprestação prometida ao cliente pode ser declarada expressamente no contrato.

Sobre o valor da contraprestação variável, utilizando qualquer dos métodos a seguir e, dependendo do método, a entidade espera melhor prever o valor da contraprestação à qual tem direito:

- O valor esperado: é a soma de valores ponderados em função da probabilidade de uma gama de possíveis valores de contraprestação. O valor esperado pode ser uma estimativa apropriada do valor da contraprestação variável, se a entidade tiver grande número de contratos com características similares.
- O valor mais provável: é o valor único mais provável de uma gama de possíveis valores de contraprestação (ou seja, o resultado único mais provável do contrato). O valor mais provável pode ser uma estimativa apropriada do valor da contraprestação.
- Variável: se o contrato tiver apenas dois possíveis resultados (por exemplo, a entidade atingir um bônus de desempenho ou não).

(iii) Reconhecimento dos custos dos serviços prestados

Os custos com a operação da rede própria de atendimento são reconhecidos no resultado do período à medida que são incorridos. Os custos dos serviços prestados pela rede credenciada de atendimento (hospitais, laboratórios e clínicas) são contabilizados com base nas notificações que avisam a ocorrência dos eventos cobertos pelos planos.

3.1.26. Teste de adequação de passivos (TAP)

O CPC 11/IFRS 4 requer que as seguradoras e empresas equivalentes que emitem contratos classificados como contratos de seguro analisem os passivos registrados em cada data de divulgação das Demonstrações Financeiras por meio de um teste mínimo de adequação. Esse teste deve ser realizado utilizando-se premissas atuariais realistas para os fluxos de caixa futuros de todos os contratos classificados como contratos de seguro. Estimativas correntes dos fluxos de caixa consideraram todos os riscos assumidos até a data-base do teste.

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

Quando é identificada qualquer insuficiência, a Companhia contabiliza a perda apurada no resultado do exercício.

O teste foi efetuado considerando os segmentos de negócios adotados pela Companhia e considerou as provisões técnicas, contraprestações líquidas, despesas administrativas e de comercialização. No cálculo do valor presente dos fluxos de caixa a Companhia utilizou como referência as taxas livres de risco fornecidas por fontes oficiais.

O cálculo do TAP considerou em suas estimativas os compromissos assumidos até a data base e a liquidação desses compromissos em períodos futuros. Com base nesses dados, foram estimados os valores de passivos atuariais que foram descontados a valor presente para uma comparação com as provisões técnicas de ativos efetuadas.

O teste efetuado não apresentou insuficiência na data do balanço, portanto não houve necessidade de efetuar provisões adicionais.

3.1.27. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021

A Companhia e suas Controladas aplicaram pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2021 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia e suas Controladas decidiram não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

(i) *Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência.*

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e 48 fornecem exceções temporárias que endereçam os efeitos das Demonstrações Financeiras quando uma taxa de certificado de depósito interbancário é substituída com uma alternativa por uma taxa quase livre de risco. As alterações incluem os seguintes expedientes práticos:

- Um expediente prático que requer mudanças contratuais, ou mudanças nos fluxos de caixa que são diretamente requeridas pela reforma, a serem tratadas como mudanças na taxa de juros flutuante, equivalente ao movimento numa taxa de mercado.
- Permite mudanças requeridas pela reforma a serem feitas nas designações e documentações de *hedge*, sem que o relacionamento de *hedge* seja descontinuado.
- Fornece exceção temporária para entidades estarem de acordo com o requerimento de separadamente identificável quando um instrumento com taxa livre de risco é designado como *hedge* de um componente de risco.

Essas alterações não impactaram as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da Companhia. A Companhia e suas Controladas pretendem usar os expedientes práticos nos períodos futuros se eles se tornarem aplicáveis.

(ii) *Alterações no CPC 06 (R2): benefícios relacionados à COVID-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021.*

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia de COVID-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à COVID-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada à COVID-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.

A alteração pretendia ser aplicada até 30 de junho de 2021, mas, como o impacto da pandemia de COVID-19 pode continuar, em 31 de março de 2021, o CPC estendeu o período da aplicação deste expediente prático para de 30 junho de 2022. Essa alteração entra em vigor para exercícios sociais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2021. No entanto, o Grupo ainda não recebeu benefícios concedidos para arrendatários relacionados à COVID-19, mas planeja aplicar o expediente prático quando disponível dentro do período da norma.

3.1.28. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das Demonstrações Financeiras da Companhia estão descritas a seguir. A Companhia e suas Controladas pretendem adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

(i) IFRS 17 - Contratos de seguro

Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (CPC 50 - Contratos de Seguro que substituiu o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Ao entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituiu a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11), emitida em 2005. A IFRS 17 se aplica a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por:

- uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável);
- uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio), principalmente para contratos de curta duração.

A IFRS 17 e o CPC 50 vigoram para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos.

A Administração da Companhia está em fase de análise dos impactos da adoção da IFRS 17.

(ii) Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

- o que significa um direito de postergar a liquidação;
- que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; e
- que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, o Grupo avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

(iii) Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de “estimativa contábeis”. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e *inputs* para desenvolver as estimativas contábeis.

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada.

Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas Demonstrações Financeiras da Companhia e de suas Controladas.

(iv) Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS *Practice Statement 2 Making Materiality Judgements*, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgar políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.

As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao *Practice Statement 2* fornecem guias não obrigatórias na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária.

A Companhia e suas Controladas estão atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas.

4. Gerenciamento de riscos

A Companhia detém o controle sobre suas Controladas que operam exclusivamente com planos de saúde, redes próprias (hospitais e pronto atendimento) e planos odontológicos, destinados a uma ampla variedade de clientes corporativos, associações e individuais. Os principais riscos decorrentes dos negócios são os riscos de crédito, taxa de juros e liquidez. A administração desses

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

riscos envolve diferentes departamentos e contempla uma série de políticas e estratégias de alocação de recursos consideradas adequadas e suficientes pela Administração.

(a) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria a prejuízo financeiro. A Companhia e suas Controladas estão expostas aos riscos de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber de clientes) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras e outros instrumentos financeiros.

A política de crédito considera as peculiaridades das operações de planos de saúde e planos odontológicos e é orientada de forma a manter a flexibilidade exigida pelas condições de mercado e pelas necessidades dos clientes. A Companhia e suas Controladas monitoram permanentemente o nível de suas contraprestações a receber. A metodologia de apuração da provisão para perdas sobre créditos está em acordo com as deliberações do CPC 01 – Redução ao valor recuperável e do CPC 48 – Instrumentos Financeiros.

A Companhia e suas Controladas procuram priorizar seus ativos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras em instituições que possuam *rating* mínimo de *investment grade* na avaliação feita pelas agências Standard & Poor's ou Fitch (entre AAA e BBB-) e obedecendo a critérios de avaliação interna e limites estabelecidos com base em informações qualitativas e quantitativas.

A Companhia trabalha com instituições financeiras que apresentam a seguinte classificação de *rating*:

Emissores	31 de dezembro de		Rational nacional longo prazo
	2021	2020	
Banco Santander (Brasil) S.A	1.032.764	1.026.703	brAAA
Banco Bradesco S.A.	721.482	1.092.470	AAA(bra)
Caixa Econômica Federal	64.504	73.824	AA(bra)
Itaú Unibanco S.A.	707.718	634.656	AAA(bra)
Votorantim S.A.	191.821	284.913	AAA
Banco Safra S.A.	35.505	35.535	-
Banco Daycoval S.A.	-	50	-
Banco do Brasil S.A.	85.513	370.362	AA(bra)
XP Investimentos	52.662	78.549	AA(bra)
Greencred	-	2	-
Uniprime	-	1.376	-
Citibank	420	2.430	AAA(bra)
Sicoob	21.454	37.982	AA-(bra)
Unicred	-	1.112	A(bra)
Banco Sul America S.A.	15.928	-	AA-(bra)
Banco Mercantil	27.162	-	BBB
Banco BTG Pactual S/A	56.446	-	AA(bra)
Banco Fundo DIm Wealth Multi	304	-	AAA
Banco de Desenv. Minas Gerais	5.225	-	BBB
	3.018.908	3.639.964	

A política de aplicação exige a necessidade de alocação dos recursos em conformidade com a Resolução Normativa (RN) nº 392/15, alterada pelas RNs nº 419/16, nº 427/17 e nº 430/17 da ANS, para a garantia das provisões técnicas.

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

(b) Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez tem como principal objetivo monitorar os prazos de liquidação dos direitos e das obrigações da Companhia e de suas Controladas, assim como a liquidez dos seus instrumentos financeiros. A Companhia e suas Controladas procuram mitigar esse risco pelo equacionamento do fluxo de compromissos e pela manutenção de reservas financeiras líquidas disponíveis em tempo e volume necessários a suprir eventuais descasamentos.

Para isso, a Companhia e suas Controladas elaboram análises de fluxo de caixa projetado e revisam, periodicamente, as obrigações assumidas e os instrumentos financeiros utilizados, sobretudo os relacionados à garantia das provisões técnicas.

(i) Gerenciamento do risco de liquidez

Liquidez	Aplicações financeiras	31 de dezembro de			
		2021		2020	
		Valor	% Carteira	Valor	% Carteira
Imediata	Aplicações financeiras (Nota 5)	1.553.052	51,44%	2.486.298	68,31%
De 31 a 120 dias	Certificado de Depósitos Bancário – CDB – pós, debêntures compromissadas, fundos de renda fixa abertos e outros	627.764	20,79%	474.364	13,03%
De 31 a 120 dias	Letras Financeiras – LF	190.272	6,30%	19.430	0,54%
De 31 a 120 dias	Letras do Tesouro Nacional – LTN	48.144	1,59%	-	-
De 121 a 240 dias	Certificado de Depósitos Bancários – CDB – pós, debêntures compromissadas, fundos de renda fixa abertos e outros	19.278	0,64%	14.583	0,40%
De 121 a 240 dias	Letras do Tesouro Nacional – LTN	180.459	5,98%	-	-
De 241 a 360 dias	Certificado de Depósitos Bancários – CDB – pós, debêntures compromissadas, fundos de renda fixa abertos e outros	33.157	1,10%	125.700	3,45%
Acima de 361 dias	Certificado de Depósitos Bancários – CDB – pós, debêntures compromissadas, fundos de renda fixa abertos e outros	118.348	3,92%	30.002	0,82%
Acima de 361 dias	Letras do Tesouro Nacional – LTN	-	-	227.385	6,25%
Acima de 361 dias	Letras Financeiras do Tesouro – LFT	84.492	2,80%	80.862	2,22%
Acima de 361 dias	Letras Financeiras – LF	-	-	181.340	4,98%
Acima de 361 dias	Letras do Tesouro Nacional - NTN-B	163.942	5,44%	-	-
		3.018.908	100,00%	3.639.964	100,00%

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

Em conformidade com a Resolução Normativa (RN) nº 392/15, alterada pelas RNs nº 419/16, 427/17, nº 430/17 e nº 448/20 da ANS, as empresas Controladas Notre Dame Intermédica Saúde S.A, São Lucas Saúde S.A., Clinipam – Clínica Médica Paranaense de Assistência Médica Ltda, Climepe Total Ltda., Bio Saúde Serviços Médicos Ltda., Notre Dame Intermédica Minas Gerais Saúde S.A. e Serpram – Serviços de Prestação de Assistência Médico-Hospitalar mantêm aplicações financeiras vinculadas e lastreadas para a cobertura das reservas técnicas no montante de R\$ 991.752 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 978.675 em 31 de dezembro de 2020).

(ii) Gerenciamento de ativos e passivos (ALM)

A gestão de ativos e passivos é efetuada utilizando a metodologia ALM (*Assets and Liabilities Management*). Essa metodologia consiste em um processo contínuo de formulação, implementação, monitoramento e revisão das estratégias de gestão de ativos e passivos com o objetivo de atingir determinado retorno com certo nível de risco.

(c) Risco cambial

(i) Empréstimos e financiamentos

O Grupo Notre Dame Intermédica, por meio de sua Controlada Notre Dame Intermédica Saúde S.A., possui em seu passivo operações de empréstimos realizadas em moedas estrangeiras por meio da Lei 4.131/62. Tal operação possui risco cambial e, para se proteger de uma variação dessas moedas frente ao Real, foram contratados instrumentos derivativos - NDF- *Non-Deliverable Forward* (compra de *Financial Bond*), na mesma data da operação de captação.

Em 31 de dezembro de 2021, a posição ativa da NDF é de R\$ 3.375 (R\$ 4.133 em 31 de dezembro de 2020), conforme nota explicativa 10, gerando uma despesa líquida de R\$ 7.276 em 31 de dezembro de 2021 (receita líquida de R\$ 4.133 em 31 de dezembro de 2020), conforme nota explicativa 28.

(d) Risco de seguro

O modelo de negócio das Controladas da Companhia é baseado na cobrança de mensalidades ou anuidades aos clientes e está exposto ao risco de seguro decorrente da flutuação dos custos de plano de saúde e odontológico, sendo que, no segmento odontológico, o risco é limitado à frequência de utilização e pelo baixo custo dos tratamentos realizados.

No desenvolvimento e na estruturação de plano de assistência à saúde e odontológica são levados em consideração o custo do atendimento, o modelo de atendimento que o beneficiário receberá, o modelo de adesão aos planos de assistência à saúde e odontológica, o modelo de utilização da rede própria ou contratada e os honorários pagos aos profissionais da rede credenciada.

Adicionalmente, a Companhia e suas Controladas também analisam o risco de flutuação dos custos de assistência à saúde e odontológica e o impacto direto nos contratos com os clientes.

No gerenciamento desses riscos, a Companhia e suas Controladas monitoram a sinistralidade em decorrência da utilização e eventuais deficiências são negociadas diretamente com seus clientes para que o contrato possa ser equilibrado em relação à sua rentabilidade.

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

(e) Risco de taxa de juros dos instrumentos financeiros

O risco de taxa de juros advém da possibilidade de alterações nas taxas de juros que possam trazer impactos ao valor presente do portfólio de aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos e captação de debêntures.

A Companhia e suas Controladas adotam a política de aplicação em títulos pós-fixados para a maior parte das aplicações.

A ANS, por meio da RN nº 392/15, alterada pelas RNs nº 419/16, nº 427/17 e nº 430/17, em consonância com a Resolução do CMN nº 4.444 de 13 de novembro de 2015, estabelece nas operadoras de saúde a diversificação de suas aplicações para ativos dados em garantia de reservas técnicas e, diante dessa requisição, as Operadoras da Companhia têm efetuado aplicação em títulos públicos pré e pós-fixados.

O portfólio financeiro da Companhia e de suas Controladas está, em sua quase totalidade, exposto à flutuação das taxas de juros no mercado doméstico – Certificado de Depósito Interbancário (CDI), sendo o restante indexado à taxa Selic.

A composição das aplicações financeiras está demonstrada na nota explicativa 6.

As Controladas Diretas e Indiretas da Companhia possuem captação em empréstimos e financiamentos e debêntures, ficando expostas à variação da taxa CDI + *spread* e TJLP. A composição dos empréstimos e financiamentos e das debêntures está sendo apresentada nas notas explicativas 18 e 19, respectivamente.

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

(i) *Análise de sensibilidade de variações das taxas de juros*

Para efeito de análise de sensibilidade, a Companhia e suas Controladas adotaram taxas vigentes em datas próximas à da apresentação das referidas Informações Financeiras, utilizando para Selic e CDI a mesma taxa em decorrência da proximidade delas. Na projeção do cenário provável, para os cenários I e II essas taxas foram acrescidas e diminuídas em 25% e 50%, respectivamente.

Dessa forma, mantidas as demais variáveis constantes, o quadro a seguir demonstra simulação do efeito da variação das taxas de juros no patrimônio líquido e no resultado futuro de 12 meses (consolidado) considerando os saldos em 31 de dezembro de 2021.

													Controladora
													31 de dezembro de 2021
	<u>Indexador</u>	<u>Risco</u>	<u>% - a.a.¹</u>	<u>R\$</u>	<u>Provável</u>	<u>Redução de juros</u>				<u>Aumento de juros</u>			
						<u>Taxa</u>	<u>-25%</u>	<u>Taxa</u>	<u>-50%</u>	<u>Taxa</u>	<u>+25%</u>	<u>Taxa</u>	<u>+50%</u>
Outros passivos													
Obrigações contratuais	CDI	Baixa CDI	9,52%	(413.945)	(39.408)	7,14%	(29.556)	4,76%	(19.704)	11,90%	(49.259)	14,28%	(59.111)

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

Consolidado

31 de dezembro de 2021

	Indexador	Risco	% - a.a. ¹	R\$	Provável	Redução de juros			Aumento de juros				
						Taxa	-25%	Taxa	-50%	Taxa	+25%	Taxa	+50%
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)													
CDB	CDI	Baixa CDI	9,52%	1.321.676	125.824	7,14%	94.368	4,76%	62.912	11,90%	157.279	14,28%	188.735
Fundo de renda fixa aberto	CDI	Baixa CDI	9,52%	96.773	9.213	7,14%	6.910	4,76%	4.606	11,90%	11.516	14,28%	13.819
Operações compromissadas	CDI	Baixa CDI	9,52%	134.562	12.810	7,14%	9.608	4,76%	6.405	11,90%	16.013	14,28%	19.215
Outros	Selic	Baixa Selic	10,25%	41	4	7,69%	3	5,13%	2	12,81%	5	15,38%	6
				1.553.052	147.851		110.889		73.925		184.813		221.775
Aplicações financeiras (Nota 6)													
CDBs	CDI	Baixa CDI	9,52%	207.355	19.740	7,14%	14.805	4,76%	9.870	11,90%	24.675	14,28%	29.610
LFTs	Selic	Baixa Selic	10,25%	84.492	8.660	7,69%	6.497	5,13%	4.334	12,81%	10.823	15,38%	12.995
NTNBs	IPCA	Baixa IPCA	4,90%	163.942	8.033	3,68%	6.033	2,45%	4.017	6,13%	10.050	7,35%	12.050
Fundo de renda fixa aberto	CDI	Baixa CDI	9,52%	591.192	56.281	7,14%	42.211	4,76%	28.141	11,90%	70.352	14,28%	84.422
LFs	CDI	Baixa CDI	9,52%	190.272	18.114	7,14%	13.585	4,76%	9.057	11,90%	22.642	14,28%	27.171
				1.237.253	110.828		83.131		55.419		138.542		166.248
Empréstimos e financiamentos (Nota 18)													
Capital de giro	CDI	Alta CDI	9,52%	(39.285)	(3.740)	7,14%	(2.805)	4,76%	(1.870)	11,90%	(4.675)	14,28%	(5.610)
Capital de giro	CDI + 2,3% a.a.	Alta CDI	12,04%	(299.074)	(36.009)	9,60%	(28.711)	7,17%	(21.444)	14,47%	(43.276)	16,91%	(50.573)
Capital de giro	CDI + 2,6% a.a.	Alta CDI	12,37%	(262.737)	(32.501)	9,93%	(26.090)	7,48%	(19.653)	14,81%	(38.911)	17,25%	(45.322)
Capital de giro	CDI + 2,4% a.a.	Alta CDI	12,15%	(562.494)	(68.343)	9,71%	(54.618)	7,27%	(40.893)	14,59%	(82.068)	17,02%	(95.736)
Capital de giro	CDI + 1,28% a.a.	Alta CDI	10,92%	(180.706)	(19.733)	9,13%	(16.498)	6,71%	(12.125)	13,98%	(25.263)	16,41%	(29.654)
Leasing	CDI	Alta CDI	9,52%	(167)	(16)	7,14%	(12)	4,76%	(8)	11,90%	(20)	14,28%	(24)
Nota promissória	CDI + 1,4 a.a.	Alta CDI	11,05%	(98.626)	(10.898)	8,64%	(8.521)	6,23%	(6.144)	13,47%	(13.285)	15,88%	(15.662)
Coop. Crédito	CDI	Alta CDI	9,52%	(24.512)	(2.334)	7,14%	(1.750)	4,76%	(1.167)	11,90%	(2.917)	14,28%	(3.500)
Coop. Crédito	CDI + 0,25% a.a.	Alta CDI	9,79%	(19.513)	(1.910)	7,34%	(1.432)	4,90%	(956)	12,24%	(2.388)	14,69%	(2.866)
Outros	CDI	Alta CDI	9,52%	(120)	(11)	7,14%	(8)	4,76%	(6)	11,90%	(14)	14,28%	(17)
				(1.487.234)	(175.495)		(140.445)		(104.266)		(212.817)		(248.964)
Debêntures (Nota 19)													
BCBF 14 – 4ª emissão	CDI + 2,65% a.a.	Alta CDI	12,42%	(765.698)	(95.100)	9,98%	(76.417)	7,54%	(57.734)	14,87%	(113.859)	17,31%	(132.542)
BCBF 15 – 5ª emissão	CDI + 2,65% a.a.	Alta CDI	12,42%	(707.947)	(87.927)	9,98%	(70.653)	7,54%	(53.379)	14,87%	(105.272)	17,31%	(122.546)
BCBF 16 – 6ª emissão	CDI + 2,65% a.a.	Alta CDI	12,42%	(1.216.179)	(151.049)	9,98%	(121.375)	7,54%	(91.700)	14,87%	(180.846)	17,31%	(210.521)
NDIMI 13 – 3ª emissão	Taxa DI + 1,6%	Alta CDI	11,27%	(824.804)	(92.955)	8,85%	(72.995)	6,44%	(53.117)	13,69%	(112.916)	16,11%	
				(3.514.628)	(427.031)		(341.440)		(255.930)		(512.893)		(598.485)
Obrigações contratuais (Nota 21.a)													
Obrigações contratuais	CDI	Alta CDI	9,52%	(866.448)	(82.486)	7,14%	(61.864)	4,76%	(41.243)	11,90%	(103.107)	14,28%	(123.729)
Obrigações contratuais	105% do CDI	Alta CDI	10,76%	(10.058)	(1.082)	8,07%	(812)	5,38%	(541)	13,45%	(1.353)	16,14%	(1.623)
Obrigações contratuais	90% do CDI	Alta CDI	8,57%	(39.078)	(3.348)	6,43%	(2.511)	4,28%	(1.674)	10,71%	(4.185)	12,85%	(5.022)
Obrigações contratuais	95% do CDI	Alta CDI	9,04%	(34.581)	(3.128)	6,78%	(2.346)	4,52%	(1.564)	11,31%	(3.909)	13,57%	(4.691)
Obrigações contratuais	Selic	Alta Selic	10,25%	(50.386)	(5.165)	7,69%	(3.873)	5,13%	(2.582)	12,81%	(6.456)	15,38%	(7.747)
Obrigações contratuais	IPCA	Alta IPCA	4,90%	(63.123)	(3.093)	3,68%	(2.320)	2,45%	(1.547)	6,13%	(3.866)	7,35%	(4.640)
				(1.063.674)	(98.302)		(73.726)		(49.151)		(122.876)		(147.452)
				(3.275.231)	(442.149)		(361.591)		(280.003)		(525.231)		(606.878)

¹Na coluna % a.a. (cenário provável), as taxas foram obtidas no site do Bradesco - Projeção Bradesco Longo Prazo, publicada em 10 de dezembro de 2021.

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de		31 de dezembro de	
	2021	2020	2021	2020
Caixa e bancos	213	11.865	114.783	77.453
Aplicações de liquidez imediata	4.661	98.680	1.553.052	2.486.298
	4.874	110.545	1.667.835	2.563.751

As aplicações financeiras de liquidez imediata têm conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, não estando sujeitas a um significativo risco de mudança de valor, e a Companhia e suas Controladas têm o direito de resgate imediato.

6. Aplicações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021, os instrumentos financeiros representados por aplicações financeiras estavam assim apresentados:

	Nível	Vencimento		Consolidado			
		Até 1 ano	1 a 5 anos	31 de dezembro de		31 de dezembro de	
				Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Letras Financeiras do Tesouro – LFT (i)	1	-	84.492	84.492	84.492	100.292	100.292
Letras do Tesouro Nacional – LTN (i)	1	228.603	-	228.603	228.603	227.385	227.385
Nota do Tesouro Nacional - NTN-B (i)	1	-	163.942	163.942	163.942	-	-
Certificado de Depósito Bancário – CDB (ii)	2	72.245	135.108	207.353	207.353	223.628	223.628
Fundo de renda fixa aberto (iii)	2	581.353	9.841	591.194	591.194	421.021	421.021
Letras Financeiras – LF (iv)	2	190.272	-	190.272	190.272	181.340	181.340
		1.072.473	393.383	1.465.856	1.465.856	1.153.666	1.153.666
				1.223.166		1.001.019	
				242.690		152.647	

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

- i. Os títulos públicos federais foram contabilizados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados ao valor justo com base nas tabelas de referência do mercado secundário da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – ANBIMA (Nível 1).
- ii. A Companhia e suas Controladas adotam como política realizar aplicações em títulos majoritariamente pós-fixados de emissão de instituições financeiras em Certificados de Depósito Bancário – CDBs (Nível 2).
- iii. Os fundos são administrados por Banco Bradesco S.A., Banco do Brasil S.A., Banco Itaú, Banco Safra S.A., Banco Santander (Brasil) S.A., Caixa Econômica Federal, Unicred e XP Investimentos (Nível 2).
- iv. As operações com Letras Financeiras foram contabilizadas pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados ao valor justo em títulos pós-fixados atrelados ao CDI – Certificado de Depósito Interbancário, com liquidez de 2 anos (Nível 2).

As aplicações têm remuneração diária vinculada às taxas CDI e Selic, com vencimentos variáveis até abril de 2034.

As aplicações da Companhia e de suas Controladas estão classificadas na categoria “Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”. Independentemente do vencimento, a Companhia e suas Controladas contabilizam as aplicações financeiras no ativo circulante (com exceção da aplicação vinculada à obrigação contratual, que é registrada no ativo não circulante).

Do total do saldo da aplicação financeira e consideradas restritas pela Companhia é de R\$ 256.479 referem-se a *escrow* originada pelas seguintes aquisições:

Unimed ABC	13.790
Medisanitas	103.742
Clinipam	138.947
	<u><u>256.479</u></u>

a) Movimentação das aplicações financeiras

	Consolidado	
	31 de dezembro de	
	2021	2020
Saldo no início do exercício	1.153.666	1.285.126
Saldo adquirido	247.409	176.047
Aplicações	13.074.295	15.041.759
Resgates	(13.111.954)	(15.405.731)
Receita (Despesa) com variação cambial	(413)	(473)
Resultado financeiro	110.091	57.332
Ajuste a valor de mercado	(7.238)	(394)
Saldo no final do exercício	1.465.856	1.153.666

b) Determinação do valor justo

Os títulos de renda fixa públicos tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

Capitais (ANBIMA). Os títulos de renda fixa privados tiveram suas cotações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA).

Os critérios de precificação dos instrumentos financeiros são definidos pelo administrador e pelo custodiante, sendo utilizadas curvas e taxas divulgadas pela ANBIMA e B3 S.A. – Brasil, Bolsa, /Balcão para cálculos constantes no manual de precificação da instituição, em conformidade com o código autorregulação da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA).

As aplicações financeiras vinculadas são custodiadas, registradas e negociadas na SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia e CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação.

7. Contas a receber de clientes

O saldo de contas a receber de clientes se refere às operações com plano de saúde e de serviços relacionados à assistência à saúde, gerado pelas operações de suas Controladas em 31 de dezembro de 2021, e é como segue:

	Consolidado	
	31 de dezembro de	
	2021	2020
Contas a receber de clientes referentes a:		
Planos de assistência à saúde	313.181	395.423
Assistência à saúde não relacionada com planos de assistência à saúde	349.035	242.340
	662.216	637.763

Em 31 de dezembro de 2021, a composição de contas a receber de clientes era:

	Consolidado	
	31 de dezembro de	
	2021	2020
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	366.683	447.271
(-) Perda de recuperabilidade sobre créditos	(53.502)	(51.848)
	313.181	395.423

	Consolidado	
	31 de dezembro de	
	2021	2020
Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da Operadora	367.888	261.624
(-) Perda de recuperabilidade sobre créditos	(18.853)	(19.284)
	349.035	242.340

A abertura do saldo de contas a receber de clientes pelos seus vencimentos está assim demonstrada:

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

(i) Crédito de operações com planos de assistência à saúde

	Consolidado		
	31 de dezembro de 2021		
	Saldo	Perda de recuperabilidade e s/ créditos	Saldo líquido
A vencer:			
De 1 a 30 dias	200.003	(4.049)	195.954
Acima de 30 dias	16.678	(210)	16.468
Vencidos:			
De 1 a 30 dias	65.812	(4.065)	61.747
De 31 a 90 dias	47.526	(8.514)	39.012
Acima de 90 dias	36.664	(36.664)	-
Créditos de operações c/ planos de Assistência à saúde	366.683	(53.502)	313.181

	Consolidado		
	31 de dezembro de 2020		
	Saldo	Perda de recuperabilidade s/ créditos	Saldo líquido
A vencer:			
De 1 a 30 dias	259.537	(5.157)	254.380
Acima de 30 dias	24.805	(6)	24.799
Vencidos:			
De 1 a 30 dias	45.342	(2.014)	43.328
De 31 a 90 dias	78.929	(6.013)	72.916
Acima de 90 dias	38.658	(38.658)	-
Créditos de operações c/ planos de assistência à saúde	447.271	(51.848)	395.423

(ii) Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da Operadora

	Consolidado		
	31 de dezembro de 2021		
	Saldo	Perda de recuperabilidade s/ créditos	Saldo líquido
A vencer:			
De 1 a 30 dias	57.413	(1.586)	55.827
Acima de 30 dias	69.838	(54)	69.784
Vencidos:			
De 1 a 30 dias	71.805	(22)	71.783
De 31 a 90 dias	155.675	(4.034)	151.641
Acima de 90 dias	13.157	(13.157)	-
Créditos de operações c/ planos de assistência à saúde	367.888	(18.853)	349.035

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

	Consolidado		
	31 de dezembro de 2020		
	Saldo	Perda de recuperabilidade s/ créditos	Saldo líquido
A vencer:			
De 1 a 30 dias	49.719	(41)	49.678
Acima de 30 dias	46.169	(35)	46.134
Vencidos:			
De 1 a 30 dias	25.554	(229)	25.325
De 31 a 90 dias	124.771	(3.568)	121.203
Acima de 90 dias	15.411	(15.411)	-
Créditos de operações c/ planos de assistência à saúde	261.624	(19.284)	242.340

A movimentação do contas a receber está assim demonstrada:

(i) Crédito de operações com planos de assistência à saúde

	Consolidado	
	31 de dezembro de	
	2021	2020
Saldo no início do exercício	395.423	221.367
Saldo adquirido	20.249	65.387
Contraprestações líquidas	11.930.410	10.424.104
Recebimentos	(11.928.551)	(10.210.560)
Reversão/(Constituição) de perda de recuperabilidade s/ créditos	2.572	(10.601)
(-) Perda efetiva com créditos	(106.922)	(94.274)
Saldo no final do exercício	313.181	395.423

(ii) Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da Operadora

	Consolidado	
	31 de dezembro de	
	2021	2020
Saldo no início do exercício	242.340	271.402
Saldo adquirido	31.431	14.811
Receitas de assistência à saúde não relacionadas c/ planos de saúde da Operadora	1.038.272	638.460
Coparticipação	285.232	183.618
Recebimentos	(1.245.477)	(851.709)
Provisão de glosa esperada	(1.313)	(8.025)
Reversão/(Constituição) de perda de recuperabilidade s/ créditos	594	(4.631)
(-) Perda efetiva com créditos	(2.044)	(1.586)
Saldo no final do exercício	349.035	242.340

Movimentação da perda de recuperabilidade sobre créditos está assim demonstrada:

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

	Consolidado		
	Plano de Saúde	Não relacionado c/ plano de saúde	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(51.848)	(19.284)	(71.132)
Reclassificação	(844)	844	-
Constituições	(429.182)	(213.624)	(642.806)
Reversões	428.372	213.211	641.583
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(53.502)	(18.853)	(72.355)

8. Despesas de comercialização diferidas

As despesas de comercialização são diferidas e amortizadas de acordo com o prazo de vigência dos contratos ou com a expectativa conforme Nota Técnica Atuarial (NTA) e são refletidas no saldo da conta "Despesas de comercialização diferidas" no ativo circulante e não circulante. Em 31 de dezembro de 2021, as despesas de comercialização diferidas estão compostas da seguinte forma:

	Consolidado	
	31 de dezembro de	
	2021	2020
Saldo no início do exercício	473.567	364.833
Saldo adquirido	2.124	-
Constituições	370.311	402.802
(-) Amortização	(360.213)	(294.068)
Saldo no final do exercício	485.789	473.567
Circulante	266.581	244.009
Não circulante	219.208	229.558

9. Créditos tributários e previdenciários

Os créditos tributários e previdenciários estão compostos da seguinte forma:

	Consolidado	
	31 de dezembro de	
	2021	2020
Imposto de Renda (i)	84.816	66.531
Contribuição Social sobre o lucro (i)	18.084	14.255
Imposto de Renda retido na fonte	25.801	23.745
Crédito de previdência social	1.633	878
Créditos de PIS e COFINS	13.363	7.835
Crédito de ISS	3.406	386
Outros créditos tributários e previdenciários	3.619	-
	150.722	113.630
Circulante	147.103	113.630
Não circulante	3.619	-

- (i) A Companhia e suas Controladas adotam como procedimento o recolhimento mensal antecipado do valor devido do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o lucro e efetuarão o ajuste anual dos valores devidos no encerramento do exercício, quando realizarão o encontro de contas dos impostos antecipados com os impostos a recolher.

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

10. Outros ativos

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de		31 de dezembro de	
	2021	2020	2021	2020
Depósito judicial ISS – SP (a)	-	-	498.412	376.929
Adiantamento a fornecedores	752	129	51.137	40.676
Outros títulos a receber	1.490	1.705	34.612	11.671
Adiantamento a funcionários	-	-	11.559	12.640
Adiantamento de processos judiciais	-	-	68	10.587
Despesas antecipadas	629	347	1.196	654
Serviços de dados a amortizar (d)	-	-	3.442	5.115
Crédito a receber – indenizações (b)	-	-	21.164	-
Circulante	2.871	2.181	621.590	458.272
Crédito a receber – indenizações (b)	-	-	593.636	620.124
Contas a receber de planos de Saúde	-	-	7.420	7.822
Depósito caução	-	-	842	838
Ativos indenizatórios (c)	-	-	82.762	74.045
Bloqueios judiciais	1	1	8.424	7.249
Instrumentos derivativos – <i>Non-Deliverable Forward</i> (NDF)r	-	-	3.375	4.133
Outros	10.551	10.551	17.156	12.043
Não circulante	10.552	10.552	713.615	726.254
Total	13.423	12.733	1.335.205	1.184.526

- a) Refere-se a depósitos judiciais relativos ao Imposto sobre Serviços (ISS). O valor depositado é relacionado à provisão demonstrada na nota explicativa 17. Em virtude de o depósito ser realizado na data de vencimento do tributo, ou seja, no mês subsequente ao da provisão, há um descasamento entre o depósito judicial e a provisão.
- b) Conforme instrumento particular de compra e venda de ações/quotas e outras avenças, ficou definido que todas as contingências referentes aos períodos anteriores à assinatura do contrato serão de responsabilidade dos antigos acionistas/quotistas e, portanto, esses valores serão reembolsados ou descontados da parcela retida a pagar. A Companhia, também, possui imóveis em garantia, concedidos na forma de alienação fiduciária para fazer frente às contingências que ultrapassarem a parcela retida do preço de compra. Contudo, de acordo com o IAS 37, tais ativos somente serão registrados na contabilidade quando a probabilidade da transferência de propriedade for praticamente certa.
- c) Conforme instrumento particular de compra e venda de ações e outras avenças, firmados entre os antigos sócios do Grupo Green Line e o Grupo Notre Dame Intermédica, que em determinadas circunstâncias garantem desde que passíveis de indenizar as eventuais obrigações que venham a ocorrer. A contrapartida foi reconhecida no passivo na linha de provisões para ações judiciais conforme nota explicativa 22.
- d) A Companhia efetuou pagamentos de serviços de dados com vigência de 12 meses, que serão apropriados ao resultado ao decorrer de sua competência.

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

11. Imposto de Renda e Contribuição Social

Consolidado

	31 de dezembro de 2020	Reconhecido na demonstração do resultado	Aquisições de Controladas	31 de dezembro de 2021
<u>Créditos tributários ativos sobre diferenças temporárias originárias de:</u>				
Provisões para ações judiciais	163.524	(26.251)	3.795	141.068
Perda de recuperabilidade sobre créditos	47.687	(1.919)	1.487	47.255
Provisão de eventos do SUS	131.388	33.409	-	164.797
Crédito fiscal sobre diferença adoção inicial CPC 6 (R2), líquido	11.986	6.477	4.055	22.518
Crédito fiscal sobre diferença de base do ágio apurado na aquisição	136.398	(30.883)	-	105.515
Provisão infrações ANS	6.220	2.896	-	9.116
Outras adições	52.690	(3.718)	1.014	49.986
Prejuízo fiscal/base negativa	-	132.388	-	132.388
Imposto diferido ativo	549.893	112.399	10.351	672.643
<u>Débitos tributários passivos sobre diferenças temporárias originárias de:</u>				
Depreciação e amortização	(21.408)	(2.607)	-	(24.015)
Amortização do intangível para fins fiscais – NDI Par	(246.241)	10.668	-	(235.573)
Correção monetária de depósito judicial	(34.167)	(8.531)	-	(42.698)
Amortização do intangível para fins fiscais	(2.168)	-	-	(2.168)
Passivo fiscal diferido sobre ágio na aquisição de empresa	(40.798)	-	-	(40.798)
Passivo fiscal diferido sobre ágio na incorporação	(157.032)	(121.055)	-	(278.087)
Indenizações	-	1.956	(6.042)	(4.086)
Outros	(24.742)	249	8.500	(15.993)
Imposto diferido passivo	(526.556)	(119.320)	2.458	(643.418)
Total do imposto diferido, líquido	23.337	(6.921)	12.809	29.225

Os tributos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados à medida que essas sejam liquidadas ou realizadas em um prazo não superior a 10 anos. O período de liquidação ou realização de tais diferenças é impreciso e está vinculado a diversos fatores que não estão sob o controle da Administração. Com base em suas projeções de lucros tributáveis futuros, a expectativa da Administração para a realização dos créditos tributários está apresentada a seguir:

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>2024</u>	<u>2025</u>	<u>2026</u>	<u>2027</u>	<u>2028</u>	<u>2029</u>	<u>2030</u>	<u>2031</u>	<u>Total</u>
87.595	87.595	87.595	69.581	56.713	56.713	56.713	56.713	56.713	56.712	672.643

Em 31 de dezembro de 2021, as Controladas da Companhia haviam realizado, para fins fiscais, amortização de ágio no montante de R\$ 2.021.037, gerando aproveitamento de créditos fiscais no valor de R\$ 687.754 desde a constituição, estando em conformidade com o estudo técnico e com o plano de negócios e projeções da Administração.

Os tributos incidentes sobre o (prejuízo)/lucro do exercício são demonstrados como segue:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31 de dezembro de</u>		<u>31 de dezembro de</u>	
	<u>2021</u>	<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Resultado antes do IR/CS	(171.443)	736.188	(98.918)	1.245.167
À alíquota fiscal de 34%	58.291	(250.304)	33.632	(423.357)
Equivalência patrimonial	(46.448)	272.686	-	-
Remuneração variável dos administradores	-	-	(8.125)	(7.015)
Programa de <i>stock option</i>	(9.452)	(16.572)	(9.452)	(16.572)
Ajuste a valor presente – parcela diferida do preço de aquisição	-	(5.007)	-	(5.007)
Prejuízo fiscal sem constituição de imposto diferido	-	(2.009)	-	(12.802)
Ajuste de lucro presumido	-	-	1.413	(7.190)
Despesas indedutíveis	3.970	1.206	416	(1.408)
Prejuízo fiscal sem constituição de imposto diferido	(6.361)	-	(51.754)	-
Outras exclusões (adições) permanentes	-	-	(38.719)	(36.071)
Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social na demonstração do resultado	-	-	(72.589)	(509.422)
Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social – corrente	-	-	(65.668)	(59.400)
Crédito/(Despesa) de Imposto de Renda e Contribuição Social – diferido	-	-	(6.921)	(450.022)
Alíquota efetiva	0%	0%	(73%)	41%

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

12. Depósitos judiciais e fiscais

Destacamos a seguir para a Companhia e suas Controladas a origem dos depósitos judiciais:

	Consolidado				
	31 de dezembro de 2020	Saldo adquirido	Adições/ baixas depósitos	Atualizações	31 de dezembro de 2021
Fiscais	212.244	26.775	12.799	24.510	276.328
Trabalhistas	28.389	1.839	9.201	(6.999)	32.430
Regulatórios/Cíveis	66.592	32.016	12.404	1.015	112.027
Depósitos judiciais - SUS	474.808	6.065	111.152	18.104	610.129
	782.033	66.695	145.556	36.630	1.030.914

	Consolidado				
	31 de dezembro de 2019	Saldo adquirido	Adições/ baixas depósitos	Atualizações	31 de dezembro de 2020
Fiscais	176.785	918	25.996	8.545	212.244
Trabalhistas	25.744	-	920	1.725	28.389
Regulatórios/Cíveis	55.037	1.299	8.179	2.077	66.592
Depósitos judiciais - SUS	235.848	30.477	197.501	10.982	474.808
	493.414	32.694	232.596	23.329	782.033

Fiscais – conforme apresentado na nota explicativa 22, a Companhia e suas Controladas possuem discussões processuais que aguardam decisão judicial e administrativa. A Companhia e suas Controladas, conforme orientação de seus advogados, efetuaram depósitos judiciais e aguardam a conclusão da lide.

Trabalhistas – depósitos efetuados pela Companhia e suas Controladas para fazer frente a questionamentos de contingências, conforme apresentado na nota explicativa 22, com natureza reclamatória trabalhista, danos morais, ações coletivas e cível pública.

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

Regulatórios/Cíveis – correspondem a depósitos judiciais que têm como natureza a cobrança indenizatória, obrigação de fazer, revisional, inexigibilidade de débito e execução declaratória. O registro das contingências regulatórias/cíveis apresentadas na nota explicativa 22 está relacionado a esses depósitos.

Depósitos judiciais – SUS – as Controladas questionam judicialmente os valores cobrados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS a título de “Ressarcimento ao SUS”, que trata o artigo 32 da Lei nº 9.656/98. As Controladas não atribuíram prognóstico de risco por se tratar de garantia da efetivação da tutela jurisdicional.

13. Investimentos - Controladora

A movimentação do investimento na Controlada direta BCBF Participações S.A. ocorreu da seguinte forma:

	BCBF	Outros ativos (i)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	7.039.838	477.998	7.517.836
Aumento de capital	55.000	-	55.000
Equivalência patrimonial do exercício	(115.904)	-	(115.904)
Outros	(153)	-	(153)
Amortização de mais-valia (i)	-	(20.708)	(20.708)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	6.978.781	457.290	7.436.071

(i) Refere-se ao ágio gerado pela aquisição do Grupo Notre Dame Intermédica e a mais-valia de ativos tangíveis e intangíveis.

Principais informações contábeis sobre a Controlada Direta BCBF Participações S.A.:

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Ativo	10.655.252	9.376.664
Passivo	3.676.471	2.336.826
Patrimônio líquido	6.978.781	7.039.838
(Prejuízo)/Lucro do exercício	(115.904)	840.622
% Participação societária	100,00%	100,00%

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

14. Imobilizado

	31 de dezembro de 2020	Saldo adquirido	Aquisições	Baixas	Transferência	Depreciação	Consolidado 31 de dezembro de 2021
Terrenos e imóveis	1.347.353	172.425	63.714	(3.092)	96.966	(42.898)	1.634.468
Veículos	714	195	24	(33)	(52)	(290)	558
Instalações	7.492	414	4.442	(29)	13.437	(2.177)	23.579
Máquinas e equipamentos	306.457	19.120	58.808	(171)	55.378	(73.538)	366.054
Móveis e utensílios	56.988	6.242	9.299	(175)	4.297	(7.482)	69.169
Equipamentos de computação	26.597	1.464	5.543	(88)	41.526	(15.013)	60.029
Imobilizações em curso	227.189	6.804	125.339	(3.165)	(163.950)	(10.932)	181.285
Benfeitorias em imóveis de terceiros	244.631	18.714	109.425	(4.143)	(60.177)	(11.982)	296.468
	2.217.421	225.378	376.594	(10.896)	(12.575)	(164.312)	2.631.610

	31 de dezembro de 20219	Saldo adquirido	Aquisições	Baixas	Transferência	Depreciação	Consolidado 31 de dezembro de 2020
Terrenos e imóveis	1.072.796	221.553	3.176	-	75.817	(25.989)	1.347.353
Veículos	639	1.218	-	(480)	(1)	(662)	714
Instalações	4.926	1.603	81	(137)	2.013	(994)	7.492
Máquinas e equipamentos	256.693	73.722	45.977	(352)	2.036	(71.619)	306.457
Móveis e utensílios	46.213	5.691	8.716	(247)	2.686	(6.071)	56.988
Equipamentos de computação	26.344	2.663	2.236	-	6.952	(11.598)	26.597
Imobilizações em curso	179.598	35.158	100.210	(1.093)	(86.012)	(672)	227.189
Benfeitorias em imóveis de terceiros	171.344	(3.844)	120.740	(7.352)	(21.533)	(14.724)	244.631
	1.758.553	337.764	281.136	(9.661)	(18.042)	(132.329)	2.217.421

Os ativos imobilizados estão sujeitos a análises periódicas, no mínimo anuais, sobre o teste para redução do valor recuperável (*impairment*). Em 31 de dezembro de 2021, não houve indicadores de *impairment* sobre o imobilizado.

O montante de depreciação apurada no período é registrado no resultado nas rubricas “Custo dos serviços prestados” e “Despesas administrativas”, conforme notas explicativas 26 e 27.a, respectivamente.

A Administração não identificou eventos ou circunstâncias que requeressem modificação nas estimativas de vida útil econômica para os itens apresentados no ativo imobilizado das demais empresas do Grupo.

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

Durante o período, a Companhia e suas Controladas adquiriram ativos imobilizados ao custo total de R\$ 376.594, dos quais R\$ 232.920 foram aquisições com pagamentos no período e R\$ 143.674 estão provisionados na rubrica "Fornecedores".

15. Direito de uso e arrendamentos

A Companhia possui arrendamentos com as naturezas de locação de imóveis, equipamentos de TI e frota de veículos, utilizando as cláusulas usuais de mercado para cancelamento e/ou extensão dos contratos.

As taxas de atualização utilizadas para atualizar os valores nos termos dos contratos são geralmente indexadas pelo índice de preços ao consumidor.

A Companhia chegou às taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à realidade da Companhia. Os *spreads* foram obtidos por meio de sondagem junto a potenciais investidores de títulos de dívidas da Companhia. A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas pela Companhia:

<u>Prazos</u>	<u>Taxa % a.a.</u>
Até 2 anos	6,82%
De 2 a 4 anos	7,82%
De 4 a 6 anos	7,76%
De 6 a 8 anos	8,88%
De 8 a 10 anos	9,41%
Acima de 10 anos	9,58%

Os arrendamentos contratados pela Companhia são apresentados abaixo:

a) Direito de uso

	Consolidado			
	Aluguéis	Máquinas e equipamentos	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	466.923	25.492	36	492.451
Saldo adquirido	155.577	130	-	155.707
Atualizações contratuais	38.346	28.697	-	67.043
Adições novos contratos	23.079	6.126	-	29.205
Baixas	(14.403)	-	-	(14.403)
Depreciação	(72.454)	(10.680)	(23)	(83.156)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	597.068	49.765	14	646.847

	Consolidado			
	Aluguéis	Máquinas e equipamentos	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	463.203	15.543	59	478.805
Saldo adquirido	11.861	960	-	12.821
Atualizações contratuais	88.108	13.505	-	101.613
Adições novos contratos	13.302	-	-	13.302
Baixas	(54.507)	-	-	(54.507)
Depreciação	(55.044)	(4.516)	(23)	(59.583)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	466.923	25.492	36	492.451

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

b) Arrendamento a pagar

(i) Movimentação dos arrendamentos

	Consolidado	
	31 de dezembro de	
	2021	2020
Saldo no início do exercício	527.731	497.876
Saldo adquirido	168.855	13.691
Atualizações contratuais	67.043	101.613
Adições novos contratos	29.205	13.302
(-) Baixas	(17.116)	(58.151)
Juros	60.819	43.959
(-) Contraprestação paga	(121.785)	(84.559)
Saldo no final do exercício	714.752	527.731
Circulante	57.596	38.376
Não circulante	657.156	489.355

(ii) Maturidade dos contratos

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
2022	124.220	88.927
2023	108.166	81.594
2024	103.768	73.474
2025	98.176	70.658
2026	12.292	66.682
Acima de 5 anos	685.412	493.503
Valores não descontados	1.132.034	874.838
Juros embutidos	(417.282)	(347.107)
	714.752	527.731

c) Informações adicionais

Conforme base de conclusão 161 e 162 do IASB, referências do IFRS16/CPC06 (R2) e do ofício circular CVM 02/19, a Administração utilizou a taxa incremental como critério para os cálculos dos ativos e passivos escopo do IFRS16/CPC06 (R2) e assim estão apresentados nas Informações Financeiras Intermediárias da Companhia.

A Administração entende que a taxa utilizada representa o fluxo de caixa mais próximo do real e estão alinhados com as características de nossos contratos, conforme determina o item 27b do ofício da CVM.

Para atender à orientação do ofício e transparência requerida, informamos abaixo os impactos no balanço, com a comparabilidade dos juros nominais x juros efetivos, sendo que, para o cálculo da taxa efetiva, utilizamos o índice de nossos contratos cuja maior parte é IGP-M, aplicada no fluxo de pagamentos anuais, obtida pela divulgação das projeções do Banco Bradesco para os indicadores até 2025, sendo repetida a taxa mais longa para o fluxo futuro a partir de 5 anos.

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

	Consolidado	
	31 de dezembro de	
	2021	2020
Fluxo nominal		
Passivos de arrendamento	1.132.034	874.838
Juros embutidos	(417.282)	(347.107)
	714.752	527.731
Fluxo real efetivo inflacionado		
Passivos de arrendamento	1.174.423	907.602
Juros embutidos	(432.908)	(360.106)
	741.515	547.496

d) Deliberação CVM 41/2021

Em 22 de junho de 2021, foi aprovado pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM a Resolução n o 41, que estabeleceu alterações no Pronunciamento Técnico – CPC 06 (R2) e que está em consonância com a aprovação do IASB. Em decorrência da pandemia de COVID-19, nos contratos de arrendamentos em que ocorreram impactos em redução ou suspensão de pagamentos e que em situação normal seriam provocadas modificações contratuais com alterações nos fluxos de caixa e revisão das taxas de desconto deverão ser tratados como pagamento variável.

Em atenção à Resolução da CVM e ao estabelecido no CPC 06(R2), a Companhia analisou e identificou os contratos que se enquadram ao pronunciamento, tendo estes sido afetados diretamente pela COVID-19 e, conseqüentemente, sofrido efeitos de redução e/ou suspensão de pagamentos, e os tratou como pagamentos variáveis e seus benefícios foram contabilizados no resultado do exercício, para todas os contratos onde as condições da revisão do pronunciamento foram atendidas:

- o valor revisado do aluguel fosse igual ou menor que o valor antes da alteração;
- os descontos nos aluguéis não excediam a 30 de junho de 2022; e
- não houvesse alterações substanciais nos termos e condições do contrato de arrendamento

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o efeito no resultado foi no montante de R\$ 3.386, registrados como redução de despesas de aluguéis.

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

16. Intangível

(i) Movimentação do intangível

							Consolidado
	31 de dezembro de 2020	Saldo adquirido	Aquisições	Baixas	Transferência	Amortização	31 de dezembro de 2021
Aquisição da carteira de plano de saúde (a)	516.306	358.756	-	(1.393)	-	(102.701)	770.968
Sistema de computadores	31.966	1.287	3.408	(47)	12.575	(12.389)	36.800
Ágio adquirido por combinação de negócios (b)	5.474.595	1.635.441	-	-	-	-	7.110.036
Ativos intangíveis (c)	223.676	-	-	-	-	(30.773)	192.903
Outros ativos intangíveis	28	-	-	-	-	-	28
	6.246.571	1.995.484	3.408	(1.440)	12.575	(145.863)	8.110.735

							Consolidado
	31 de dezembro de 2019	Saldo adquirido	Aquisições	Baixas	Transferência	Amortização	31 de dezembro de 2020
Aquisição da carteira de plano de saúde (a)	311.795	272.957	-	(36)	138	(68.548)	516.306
Sistema de computadores	19.986	1.407	2.284	-	17.349	(9.060)	31.966
Ágio adquirido por combinação de negócios (b)	2.703.967	2.765.801	-	(3.586)	20.621	(12.208)	5.474.595
Ativos intangíveis (c)	305.324	-	-	-	(19.548)	(62.100)	223.676
Outros ativos intangíveis	601	-	-	-	(518)	(55)	28
	3.341.673	3.040.165	2.284	(3.622)	18.042	(151.971)	6.246.571

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

(a) Refere-se à aquisição de carteira de plano de saúde e odontológico conforme quadro a seguir:

Grupo/Empresa	Data	Composição da carteira	
		31 de dezembro de	
		2021	2020
Grupo Notre Dame	21.05.2014	352	375
Grupo Santamália	16.11.2015	249	3.237
Unimed ABC	23.09.2016	11.373	13.442
Grupo Cruzeiro do Sul	31.01.2018	11.980	13.692
Grupo SAMED	01.10.2018	18.235	21.951
Grupo Green Line	01.01.2019	113.337	126.981
Grupo Mediplan	29.05.2019	43.356	49.268
Belo Dente	04.07.2019	32.118	37.856
Grupo São José	18.11.2019	4.334	5.394
Grupo São Lucas	23.01.2020	89.409	100.291
Grupo Clinipam	07.02.2020	99.800	105.425
Ecole	13.04.2020	10.679	13.173
Grupo Santa Mônica	24.08.2020	2.729	5.552
Lifeday	01.12.2020	20.830	19.669
Climepe	08.03.2021	35.770	-
Bio Saúde	31.03.2021	25.429	-
Grupo Medisanitas	13.04.2021	213.028	-
Grupo Serpram	04.08.2021	37.960	-
		770.968	516.306

As carteiras são amortizadas respeitando as vidas úteis conforme quadro a seguir:

Carteira	Vida útil
Odontológica	3 a 5 anos
Saúde	2 a 13 anos

(b) Refere-se aos ágios fundamentados em expectativa de rentabilidade futura (combinação de negócios) com vida útil indefinida, sendo sempre que necessário apurada a recuperabilidade da unidade geradora de caixa (*impairment*).

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

Grupo/Empresa	UCG ¹	Composição do Ágio		
		Data	31 de dezembro de 2021	2020
Grupo Notre Dame	Saúde Sudeste/Odontológica	21.05.2014	480.133	480.133
Grupo Santamália	Saúde Sudeste	16.11.2015	125.405	125.405
Hospital Family	Saúde Sudeste	23.12.2015	77.149	77.149
Unimed ABC	Saúde Sudeste	23.09.2016	71.476	71.476
SAMCI/IBRAGE	Saúde Sudeste	01.03.2017	22.232	22.232
Hospital São Bernardo	Saúde Sudeste	23.02.2017	147.652	147.652
Grupo Nova Vida	Saúde Sudeste	03.07.2017	148.566	148.566
Grupo Cruzeiro do Sul	Saúde Sudeste	31.01.2018	56.190	56.190
Grupo SAMED	Saúde Sudeste	01.10.2018	173.928	173.928
Grupo Green Line	Saúde Sudeste	01.01.2019	802.484	802.484
Hospital Jacarepaguá	Saúde Sudeste	05.04.2019	54.223	54.223
Grupo Mediplan	Saúde Sudeste	29.05.2019	223.217	223.217
Belo Dente	Odontológica	04.07.2019	21.379	21.379
Grupo Ghelfond	Saúde Sudeste	28.11.2019	161.698	161.698
Grupo São José	Saúde Sudeste	18.11.2019	90.652	90.652
Grupo São Lucas	Saúde Sudeste	23.01.2020	199.728	204.458
Grupo Clinipam	Saúde Sul	07.02.2020	<u>2.313.675</u>	<u>2.325.208</u>
Ecole	Saúde Sudeste	13.04.2020	<u>37.974</u>	<u>35.521</u>
LabClin	Saúde Sudeste	13.04.2020	<u>4.464</u>	<u>4.472</u>
Hospital Coração Balneário Camboriú	Saúde Sul	20.05.2020	<u>35.759</u>	<u>35.761</u>
Grupo Santa Mônica	Saúde Minas	24.08.2020	<u>111.721</u>	<u>115.539</u>
Hospital e Maternidade Santa Brígida	Saúde Sul	23.10.2020	<u>18.905</u>	<u>28.554</u>
Lifeday	Saúde Sul	01.12.2020	<u>113.136</u>	<u>68.698</u>
Lifecenter	Saúde Minas	20.01.2021	211.803	-
Climepe	Saúde Minas	08.03.2021	88.840	-
Bio Saúde	Saúde Sudeste	31.03.2021	69.266	-
Hospital do Coração de Londrina	Saúde Sul	05.04.2021	192.014	-
Grupo Medisanitas	Saúde Minas	13.04.2021	768.400	-
Hospital e Maternidade Maringá	Saúde Sul	16.07.2021	25.486	-
Grupo Serpram	Saúde Minas	04.08.2021	132.076	-
Casa de Saúde e Maternidade Santa Martha	Saúde Sudeste	01.10.2021	130.405	-
			<u>7.110.036</u>	<u>5.474.595</u>

1 – UGC - unidade geradora de caixa

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

A Administração revisou as definições das UGCs para a realização do teste de *impairment* anual identificando a existência de uma terceira UGC em virtude do crescimento da Companhia na região de Minas Gerais.

(c) Refere-se à alocação dos ativos intangíveis identificáveis na aquisição de empresas (relacionamento com clientes, marcas e acordo de não concorrência) a serem amortizados conforme demonstrado a seguir:

<u>Ativos intangíveis</u>	<u>Vida útil</u>
Marcas	30 anos
Relacionamento com clientes	3 a 8 anos
Acordo de não concorrência	5 anos

O montante da amortização apurada no período é registrado no resultado nas rubricas “Custo dos serviços prestados” e “Despesas operacionais”, conforme notas explicativas 26 e 27.a, respectivamente.

(ii) Teste ao valor recuperável dos ativos

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura e intangíveis com vida útil indefinida

A Companhia e suas Controladas realizaram o teste de valor recuperável das unidades geradoras de caixas (UGCs) decorrente do ágio adquirido por meio de combinação de negócio. Em 2020, as operações da Companhia, a Administração passou a monitorar, controlar e tomar decisões de seu negócio de Saúde de maneira regionalizada. Dessa forma, no segmento operacional Saúde, a Companhia passou a monitorar as UGCs definidas como Saúde Sudeste e Saúde Sul e, no caso do segmento operacional odontológico, continuou monitorando a UGC Odontológica que, neste caso, coincide com o seu próprio segmento operacional.

A seguir demonstramos o detalhamento para classificação das unidades geradora de caixa, classificadas por companhia do grupo GNDI.

(i) (“UGC Minas Gerais”), a qual contempla as operações adquiridas da Notre Dame Intermédica Minas Gerais Saúde S.A. (Antiga Medisanitas Brasil Assistência Integral à Saúde S/A), Centro Oftalmológico NDIS MG Ltda. (antiga Centro Oftalmológico Keralty Ltda.), Hospital Keralty Ltda., Centro Clínico NDIS MG Venda Nova Ltda. (antiga Centro Clínico Keralty Venda Nova Ltda.), Centro Médico Keralty Ltda., Serviço de Prestação de Assistência Médico Hospitalar S.A., Hospital Varginha S.A., Instituto de Medicina Especializada Alfenas S.A., Hospital e Maternidade Santa Mônica S.A., INCORD – Instituto de Neurologia e de Coração de Divinópolis Ltda., Bioimagem Diagnósticos por Imagem e Laboratório de Análises Clínicas Ltda. e SMV Serviços Médicos Ltda.; (ii) (“UGC Clinipam”), a qual contempla as empresas: Clinipam – Clínica Médica Paranaense de Assistência Médica Ltda., Hospital do Coração de Balneário Camboriú Ltda., Hospital e Maternidade Santa Brígida S.A., Hospital do Coração de Londrina Ltda. e Hospital e Maternidade Maringá S.A.; (iii) (“UGC Saúde”), a qual contempla as empresas: Notre Dame Intermédica Saúde S.A., Hospital São Bernardo S.A., São Lucas Saúde S.A., São Lucas Serviços Médicos Ltda., Clínica São Lucas Ltda., Lifecenter Sistema de Saúde S.A., Climepe Total Ltda., Bio Saúde Serviços Médicos Ltda., Hospital Intermédica Jacarepaguá Ltda., Notre Dame Intermédica Participações S.A., Laboratório de Análises Clínicas Sanitas S/C Ltda., Com Vc Drogaria Ltda., Minas Saúde Investimentos e Participações Ltda., Osi Brasil Participações Ltda., Osi Investimentos Brasil Ltda., Gralha Azul Administração e Participação Ltda. e BCBF Participações S.A.; (iv) (“UGC Odonto”), a qual contempla a empresa Interodonto Sistema Odontológico Ltda.

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

Em 2021, a Companhia continuou realizando novas aquisições e aumentou sua participação no estado de Minas Gerais. Por esse motivo, foi identificada mais uma UCG definida como Saúde Minas.

Abaixo demonstramos o valor contábil do ágio alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa:

	31 de dezembro de	
	2021	2020
Saúde Sudeste	2.950.677	3.001.843
Saúde Sul	2.698.975	2.325.208
Saúde Minas	1.312.840	-
Odontológica	147.544	147.544
	7.110.036	5.474.595

O teste realizado de valor recuperável em 30 de setembro de 2021 e 2020 considera, entre outros fatores, a relação entre o valor de uso (*value in use*) e o seu valor contábil, quando efetua revisão para identificar indicativos de perda por redução ao valor recuperável.

Em 31 de dezembro de 2021, o valor de uso, apurado no laudo por empresa independente contratada pela Companhia e suas Controladas, é superior ao valor contábil, indicando que não existem indícios de perda por redução ao valor recuperável do ágio.

Unidade geradora de caixa de atividade de saúde

O valor recuperável da unidade geradora de caixa de atividade de Saúde, distribuído em Saúde Sudeste, Saúde Sul e Saúde Minas, foi determinado por meio da metodologia de fluxo de caixa descontado a valor presente.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a data-base da apuração foi 30 de setembro de 2021, com projeção de dez anos. Apresentamos a seguir o crescimento médio da receita líquida e o lucro líquido para cada regional:

UGC	31 de dezembro de			
	2021		2020	
	Crescimento médio		Crescimento médio	
	Receita líquida	Lucro líquido	Receita líquida	Lucro líquido
Saúde Sudeste	10,90%	19,00%	11,50%	13,70%
Saúde Sul	11,10%	14,30%	13,50%	15,80%
Saúde Minas	12,10%	21,70%	-	-

A taxa de desconto antes dos impostos foi de 15,63% em 31 de dezembro de 2021 (18,38% em 31 de dezembro de 2020), e o fluxo de caixa referente ao período que extrapola os dez anos considera uma taxa de crescimento de 6,0% a.a., levando em consideração a perspectiva de inflação de longo prazo de 4,1%, acrescido de 1,9% referente ao crescimento das receitas do último período projetado. Em decorrência da análise de recuperabilidade efetuada, foi identificado um excesso sobre o valor contábil, não sendo, desta forma, necessário o reconhecimento de redução ao valor recuperável para essas unidades geradoras de caixa.

Como a data-base do teste de *impairment* foi 30 de setembro de 2021, as empresas adquiridas após essa data foram avaliadas pelo seu *Purchase Price Allocation* e não foram identificadas evidências de *impairment*.

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

Unidade geradora de caixa de atividade de odontologia

O valor recuperável da unidade geradora de caixa de atividade odontológica foi determinado por meio da metodologia de fluxo de caixa descontado a valor presente.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a data-base da apuração foi 30 de setembro de 2021, com projeção de dez anos, considerando um crescimento de 8,90% a.a. de receita líquida e de 9,40% a.a. de lucro líquido (8,20% a.a. e 4,50% a.a. em 31 de dezembro de 2020, respectivamente). A taxa de desconto antes dos impostos foi de 15,85% em 31 de dezembro de 2021 (19,54% em 31 de dezembro de 2020), e o fluxo de caixa referente ao período que extrapola os dez anos considera uma taxa de crescimento de 6,0% a.a., levando em consideração a perspectiva de inflação de longo prazo de 4,1%, acrescido de 1,9% referente ao crescimento das receitas do último período projetado. Em decorrência da análise de recuperabilidade efetuada, foi identificado um excesso sobre o valor contábil, não sendo, dessa forma, necessário o reconhecimento de redução ao valor recuperável para essa unidade geradora de caixa.

Principais premissas utilizadas no cálculo do valor em uso e sensibilidade

O cálculo do valor em uso tanto para a atividade de saúde quanto odontológica é mais sensível às seguintes premissas:

a) Margens brutas

Margens brutas são baseadas nos históricos da Companhia. As margens brutas para as unidades geradoras de caixa na atividade de saúde e odontologia foram em média 29,7% e 70,0%, respectivamente. A margem para ambas as atividades tem um incremento moderado nos primeiros quatro anos e após ocorre uma estabilização até o final da projeção.

b) Taxas de desconto

As taxas de desconto representam a avaliação de riscos no atual mercado, específicos a cada unidade geradora de caixa, levando em consideração o valor do dinheiro pela passagem do tempo e os riscos individuais dos ativos relacionados que não foram incorporados nas premissas incluídas no modelo de fluxo de caixa. O setor de saúde suplementar é em sua maioria financiado por capital próprio, portanto foi adotado como taxa de desconto o custo de capital próprio, calculado pelo CAPM (custo médio ponderado de capital).

As estimativas para o cálculo do CAPM são obtidas com base em índices publicados para os países bem como indicadores de práticas do mercado norte-americano.

c) Os indicadores macroeconômicos

A Companhia tem considerado o IGP-M, o Índice de variação do custo médico hospitalar – IVCMH e o CDI para elaborar seus indicadores, conforme apresentados a seguir:

<u>Indicadores</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>2024</u>	<u>2025</u>	<u>2026</u>	<u>2027</u>	<u>2028</u>	<u>2029</u>	<u>2030</u>
IGP-M ¹	3,88%	4,10%	4,10%	4,10%	4,10%	4,10%	4,10%	4,10%	4,10%	4,10%
CDI ¹	2,15%	4,54%	5,15%	5,15%	5,15%	5,15%	5,15%	5,15%	5,15%	5,15%
IVCMH ²	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%

¹Taxas estimadas pela Administração da Companhia.

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

²Índice de Variação do Custo Médico Hospitalar (IVCMH), estimada pela área técnica da Companhia.

d) *Taxas de crescimento utilizadas para extrapolar os fluxos de caixa além do período explícito de dez anos*

A Administração reconhece que as taxas de crescimento utilizadas consideraram, além do crescimento orgânico, a estratégia de verticalização existente no plano de negócios da Companhia.

17. Tributos e encargos sociais a recolher

	Consolidado	
	31 de dezembro de	
	2021	2020
Imposto sobre Serviços (ISS)	517.857	392.279
Contribuição previdenciária	4.603	12.022
FGTS	5.008	5.194
PIS e COFINS	37.595	22.766
Contribuições sindicais e assistenciais	168	120
Parcelamento de tributos e contribuições	29.727	15.347
Outros	2.571	3.330
Impostos devidos a recolher	597.529	451.058
Imposto de Renda – colaboradores	18.677	13.614
Imposto de Renda – terceiros	9.172	7.392
Imposto sobre Serviços	6.607	4.876
Contribuição previdenciária retida	12.107	6.585
Retenção PIS/COFINS/CSLL	19.884	19.316
Impostos retidos a recolher	66.447	51.783
Parcelamento impostos, multas e taxas – federal	64.788	44.961
Parcelamento impostos, multas e taxas – municipais	700	680
Parcelamento impostos, multas e taxas – outros	21.338	16.728
Parcelamento impostos, multas e taxas	86.826	62.369
Total	750.802	565.210
Circulante	663.976	502.841
Não circulante	86.826	62.369

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

18. Empréstimos e financiamentos

a) Composição do saldo de empréstimos e financiamentos:

Linha de crédito	Instituição financeira	Indexador	Vencimento	Amortização	Consolidado	
					31 de dezembro de 2021	2020
BNDES	Banco Santander	TJLP	2021	Mensal	-	18
BNDES	Bradesco	TJLP	2023	Mensal	-	1.029
Capital de giro	Banco Itaú	CDI + 2,4% a.a.	2022-2024	Anual	258.792	279.166
Capital de giro	Banco Itaú	Pré-fixado	2022-2024	Mensal	-	3.088
Capital de giro	Banco Itaú	CDI	2022-2024	Mensal	17.586	-
Capital de giro	Banco Santander	CDI	2023	Mensal	3.509	4.055
Capital de giro	Banco Santander	Pré-fixado	2023	Mensal	4.635	2.245
Capital de giro	Banco Santander	CDI + 2,4% a.a.	2024	Anual	303.702	-
Capital de giro	Bradesco	CDI	2022	Mensal	5.404	4.956
Capital de giro	Bradesco	Pré-fixado	2024	Mensal	-	4.461
Capital de giro	Banco do Brasil	CDI	2023	Mensal	3.090	-
Capital de giro	Banco do Brasil	CDI + 2,3% a.a.	2022-2025	Anual	299.074	298.619
Capital de giro	Banco do Brasil	CDI + 1,28% a.a.	2026	Trimestral	180.706	-
Capital de giro	Citibank	CDI + 2,6% a.a.	2022-2023	Anual	262.737	260.230
Capital de giro	Banco BDMG	CDI	2022-2024	Trimestral	9.696	-
Capital de giro	Caixa Econômica Federal	Pré-fixado	2025	Mensal	-	2.000
Leasing	Banco do Brasil	CDI	2023	Mensal	-	574
Leasing	Banco Santander	CDI	2022-2023	Mensal	122	1.689
Leasing	Bradesco	CDI	2022-2022	Mensal	-	521
Leasing	HP Financial	CDI	2022	Mensal	45	101
Leasing	HP Financial Service	Pré-fixado	2022-2023	Mensal	246	-
Nota promissória	Bradesco	CDI + 1,4% a.a.	2022-2022	Anual	98.626	278.677
Coop. Crédito	Uniprime	CDI	2025	Mensal	-	2.076
Coop. Crédito	Uniprime	Pré-fixado	2025	Mensal	-	476
Coop. Crédito	Credicom	CDI	2022-2026	Mensal	24.512	-
Coop. Crédito	Sicoob	CDI + 0,25% a.a.	2022-2028	Mensal	19.513	-
Outros		CDI			120	24.759
					1.492.115	1.168.740
				Circulante	195.878	225.077
				Não circulante	1.296.237	943.663

A Companhia entende que os empréstimos e financiamentos estão registrados próximos ao seu valor justo, classificados como nível 2.

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

b) Movimentação dos empréstimos e financiamentos:

	Consolidado	
	31 de dezembro de	
	2021	2020
Saldo no início do exercício	1.168.740	255.842
Saldo adquirido	97.127	48.061
Captação	511.017	1.182.000
Custo com captação	(2.284)	(7.821)
Apropriação do custo	2.878	1.698
Pagamento principal	(302.489)	(324.826)
Juros pagos	(74.390)	(24.447)
Variação cambial	(948)	-
Ajuste a valor presente	(1.018)	22
Juros incorridos	93.482	38.211
Saldo no final do exercício	1.492.115	1.168.740

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

19. Debêntures

a) Composição do saldo de debêntures:

Companhia	Título	Modalidade	Quantidade emitida	Emissão	Vencimento	Encargos médio	Captação	Consolidado	
								2021	2020
BCBF Participações S.A.	BCBF 12	2ª emissão	300.000	23.02.2018	23.02.2021	CDI + 2,25% a.a.	300.000	-	60.801
BCBF Participações S.A. (iii)	BCBF 14	4ª emissão	750.000	22.09.2020	22.09.2025	CDI + 2,65% a.a.	750.000	765.698	752.837
BCBF Participações S.A. (ii)	BCBF 15	5ª emissão	700.000	04.11.2020	04.11.2025	CDI + 2,65% a.a.	700.000	707.947	697.639
BCBF Participações S.A. (i)	BCBF 16	6ª emissão	1.200.000	07.10.2021	07.10.2027	CDI + 1,45% a.a.	1.200.000	1.216.179	-
Notre Dame Intermédica Saúde S.A. (iv)	NDIMI13	3ª emissão	800.000	01.08.2019	01.08.2024	CDI + 1,6% a.a.	800.000	824.804	808.386
							3.750.000	3.514.628	2.319.663
							Circulante	344.692	81.091
							Não circulante	3.169.936	2.238.572

(i) Sexta emissão pública da BCBF Participações S.A.

A BCBF Participações S.A. (controlada direta da Companhia) captou, em 7 de outubro de 2021, o montante de R\$ 1.200.000 (um bilhão e duzentos milhões de reais), por meio de emissão de 1.200 (um milhão e duzentos mil) debêntures não conversíveis em ações, no valor nominal de R\$ 1.000,00 com esforços restritos de colocação, baseado na Instrução CVM nº 476/2009, com o objetivo de reforço de caixa no curso normal dos negócios, podendo os recursos também serem destinados a aumentos de capital em suas subsidiárias.

O prazo total é de 6 anos contados da data de emissão, e o principal será amortizado anualmente a partir do 4º (quarto) ano nas datas de 7 de outubro de 2025, 7 de outubro de 2026 e no vencimento em 7 de outubro de 2027.

A remuneração será paga semestralmente, sendo a primeira data em 7 de abril de 2022 e a última 7 de outubro de 2027. A atualização corresponde a uma sobretaxa de CDI (variação acumulada das taxas médias do CDI) + spread 1,45% a.a., base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP.

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

Em 18 de outubro de 2021, em cumprimento ao disposto no artigo 12 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 358/02, a Companhia comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que sua controlada BCBF Participações S.A. concluiu com sucesso sua emissão de debêntures.

(ii) Quinta emissão pública da BCBF Participações S.A.

A BCBF Participações S.A. (Controlada Direta da Companhia) captou, em 4 de novembro de 2020, o montante de R\$ 700.000 (setecentos milhões de reais) por meio de emissão de 700.000 (setecentas mil) debêntures não conversíveis em ações, no valor nominal de R\$ 1.000,00 com esforços restritos de colocação, baseado na Instrução CVM nº 476/2009, com o objetivo de reforço de caixa no curso normal dos negócios, podendo os recursos também ser destinados a aumentos de capital em suas subsidiárias.

O prazo total é de 5 anos contados da data de emissão e o principal será amortizado anualmente a partir do 3º (terceiro) ano nas datas de 4 de novembro de 2023, 4 de novembro de 2024 e no vencimento, em 4 de novembro de 2025.

A remuneração será paga semestralmente, sendo a primeira data em 4 de maio de 2021 e a última em 4 de novembro de 2025. A atualização corresponde a uma sobretaxa de CDI (variação acumulada das taxas médias do CDI) + *spread* 2,65% a.a., base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP.

Em 26 de novembro de 2020, em cumprimento ao disposto no artigo 12 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 358/02, a Companhia comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que sua Controlada BCBF Participações S.A. concluiu com sucesso sua emissão de debêntures.

(iii) Quarta emissão pública da BCBF Participações S.A.

A BCBF Participações S.A. (Controlada Direta da Companhia) captou, em 22 de setembro de 2020, o montante de R\$ 750.000 (setecentos e cinquenta milhões de reais) por meio de emissão de 750.000 (setecentos e cinquenta mil) debêntures não conversíveis em ações, no valor nominal de R\$ 1.000 com esforços restritos de colocação, baseado na Instrução CVM nº 476/2009, com o objetivo de reforço de caixa no curso normal dos negócios, podendo os recursos também ser destinados a aumentos de capital em suas subsidiárias.

O prazo total é de 5 anos contados da data de emissão e o principal será amortizado anualmente a partir do 3º (terceiro) ano nas datas de 22 de setembro de 2023, 22 de setembro de 2024 e no vencimento, em 22 de setembro de 2025.

A remuneração será paga semestralmente, sendo a primeira data em 22 de março de 2021 e a última em 22 de setembro de 2025. A atualização corresponde a uma sobretaxa de CDI (variação acumulada das taxas médias do CDI) + *spread* 2,65% a.a., base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP.

Em 30 de setembro de 2020, em cumprimento ao disposto no artigo 12 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 358/02, a Companhia comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que sua Controlada BCBF Participações S.A. concluiu com sucesso sua emissão de debêntures.

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

(iv) Terceira emissão pública da Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

A Notre Dame Intermédica Saúde S.A. (Controlada da BCBF) captou, em 1º de agosto de 2019, o montante de R\$ 800.000 (oitocentos milhões de reais) por meio de emissão de 800 (oitocentas mil) debêntures não conversíveis em ações no valor nominal de R\$ 1.000, com esforços restritos de colocação, baseado na Instrução CVM nº 476/2009, com o objetivo de reperfilamento do endividamento da Companhia, aquisições de sociedades, compras de novos equipamentos e reforço do capital de giro.

O prazo total é de 5 anos contados da data de emissão, sendo que a remuneração será paga em 3 parcelas anuais, sendo o primeiro pagamento no 3º (terceiro) ano contado da data de emissão, em 1º de agosto de 2022, e o último em 1º de agosto de 2024. A atualização corresponde a uma sobretaxa de CDI (variação acumulada das taxas médias do CDI) + *spread* 1,60% a.a., base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP.

Em 1º de fevereiro de 2021, a Companhia, em cumprimento ao disposto na Lei nº6.404/1976 e na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 358/2002, comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que a sua Controlada Notre Dame Intermédica Saúde S.A. realizou, nesta data, o pagamento total dos juros sobre a 3ª emissão de debêntures não conversíveis. O valor dos juros pagos foi de R\$ 13.910.

b) Movimentação das debêntures:

	BCBF	NDI Saúde	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.511.277	808.386	2.319.663
Captação por emissão de debêntures	1.200.000	-	1.200.000
Custos de captação	(6.641)	-	(6.641)
Juros creditados	125.136	47.751	172.887
Apropriação do custo	2.756	885	3.641
Pagamento principal (i)	(60.000)	-	(60.000)
Juros pagos	(82.704)	(32.218)	(114.922)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.689.824	824.804	3.514.628

- (i) Em 23 de fevereiro de 2021, a Controlada BCBF Participações S.A. realizou a liquidação total das debêntures simples, não conversíveis, emitidas em 23 de fevereiro de 2018.

c) Cronograma de amortização do saldo das debêntures:

	Consolidado	
	31 de dezembro de	
	2021	2020
12 meses	344.692	81.091
De 13 a 24 meses	612.282	-
De 25 a 36 meses	637.649	743.779
De 37 a 48 meses	1.122.006	988.338
De 49 a 60 meses	198.909	506.455
Acima de 60 meses	599.090	-
	3.514.628	2.319.663
Circulante	344.692	81.091
Não circulante	3.169.936	2.238.572

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

A Companhia entende que as debêntures estão registradas próximas de seu valor justo e classificadas como nível 2.

d) Cláusulas restritivas (Covenants)

A Notre Dame Intermédica Saúde S.A. e a BCBF Participações S.A. possuem cláusulas restritivas que podem requerer o vencimento antecipado ou o refinanciamento das dívidas se as Companhias não cumprirem com essas cláusulas restritivas.

A Administração acompanha os cálculos dos índices atrelados a cláusulas restritivas periodicamente a fim de verificar indícios de não cumprimento dos termos contratuais. Em 31 de dezembro de 2021, não foram verificados indícios de que a Companhia não será capaz de cumprir integralmente as condições estabelecidas nos períodos de medição.

Os índices e montantes mínimos e máximos requeridos por essas cláusulas restritivas em 31 de dezembro de 2021 seguem abaixo:

(i) 6ª Emissão BCBF Participações S.A.

A relação entre dívida líquida e o EBTIDA da Companhia precisa ser igual ou inferior a 3,0 (três), durante a vigência de contrato e atualizada conforme cláusula contratual. A Companhia se encontra adimplente com *covenants*.

(ii) 5ª emissão BCBF Participações S.A.

A relação entre dívida líquida e o EBTIDA da Companhia precisa ser igual ou inferior a 3,0 (três), durante a vigência de contrato e atualizada conforme cláusula contratual. A Companhia se encontra adimplente com *covenants*.

(iii) 4ª emissão BCBF Participações S.A.

A relação entre dívida líquida e o EBTIDA da Companhia precisa ser igual ou inferior a 3,0 (três), durante a vigência de contrato e atualizada conforme cláusula contratual. A Companhia se encontra adimplente com *covenants*.

(iv) 3ª emissão Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

A relação entre dívida líquida e o EBTIDA da Companhia precisa ser igual ou inferior a 2,5 (dois e meio) durante a vigência de contrato e atualizada conforme cláusula contratual. A Companhia se encontra adimplente com *covenants*.

e) Garantias

A BCBF Participações e a Notre Dame Intermédica Saúde S.A. possuem recursos aplicados suficientes para honrar com o cumprimento do contrato.

Como garantia real, o fiador original concede fiança em favor dos debenturistas conforme termos do contrato de emissão de debêntures.

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

f) Resgate antecipado

As emissões do Grupo Notre Dame Intermédica poderão ser resgatadas antecipadamente a critério da Companhia a partir da data vinculada no contrato de emissão, mediante comunicação escrita ao Agente Fiduciário e publicação de aviso aos debenturistas.

20. Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

	Consolidado	
	31 de dezembro de	
	2021	2020
Provisão de eventos/sinistros a liquidar para SUS (a)	896.389	725.935
Provisão para eventos/sinistros a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais (b)	521.405	467.953
Provisão para eventos ocorridos e não avisados – PEONA (c)	582.336	372.663
Provisão de prêmio/contraprestação não ganha – PPCNG (c)	207.620	138.824
Provisão para remissão (c)	2.745	2.861
	2.210.495	1.708.236
Circulante	1.522.844	1.176.699
Não circulante	687.651	531.537

a) Provisão de eventos/sinistros a liquidar para o SUS

Em 3 de junho de 1998, o Governo Federal promulgou a Lei nº 9.656, a qual prevê, em seu art. 32, o ressarcimento ao SUS pelos serviços de atendimento à saúde prestados por instituições integrantes do Sistema Único de Saúde aos beneficiários de planos de saúde privados. As Controladas da Companhia contestam as cobranças na esfera administrativa e judicial em razão de inúmeras irregularidades que impossibilitam a sua efetividade, dentre elas a falta de regulamentação sobre temas infraconstitucionais. Para tais demandas judiciais, a Controlada Notre Dame Intermédica Saúde S.A. efetua depósitos judiciais para garantir o suposto débito, conforme descrito na nota explicativa 12.

	Consolidado	
	31 de dezembro de	
	2021	2020
Saldo no início do exercício	725.935	510.486
Saldo adquirido	49.785	67.808
Avisos recebidos – SUS	(85.340)	68.877
Cobrança efetiva de eventos – SUS	203.824	88.776
Atualização monetária	26.811	27.562
Pagamentos efetuados	(24.626)	(37.574)
Saldo no final do exercício	896.389	725.935

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

b) Provisão de eventos a liquidar está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	31 de dezembro de	
	2021	2020
Saldo no início do exercício	467.953	380.855
Saldo adquirido	54.614	87.719
Avisos recebidos da rede credenciada líquidos de glosas	10.264.588	7.473.654
Gastos com rede própria classificada em eventos	(2.770.111)	(2.146.149)
Pagamentos efetuados para rede credenciada	(7.495.639)	(5.328.126)
Saldo no final do exercício	521.405	467.953

c) Variações das provisões técnicas:

	PEONA (i)	PPCNG (ii)	Remissão (iii)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	372.663	138.824	2.861
Saldo adquirido	112.587	15.292	421
Variação das provisões no exercício	97.086	53.504	(537)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	582.336	207.620	2.745

- (i) Provisão de eventos ocorridos e não avisados – PEONA, classificada no passivo circulante, é apurada por meio de estudo atuarial (Nota Técnica) e objetiva fazer face ao valor estimado dos pagamentos de eventos assistenciais que já tenham ocorrido, mas que não tenham sido notificados às Operadoras.
- (ii) Provisão de prêmios e contraprestações não ganhas – PPCNG, classificada no passivo circulante, consiste em receitas pertinentes a períodos de cobertura de meses posteriores.
- (iii) Provisão para remissão, classificada no passivo circulante e não circulante, consiste em provisões para fazer face à isenção de contraprestações pelos beneficiários, conforme o contrato.

21. Outros passivos

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de		31 de dezembro de	
	2021	2020	2021	2020
Obrigações contratuais (a)	413.945	391.769	1.063.674	837.761
Depósito de terceiros	-	-	26.133	21.790
Recebimento antecipado cliente	-	-	3.193	14.609
Débitos diversos	-	-	41.714	14.100
Adiantamento parceria banco	-	-	6.449	6.799
Aluguéis a pagar	-	-	15.473	13.622
Taxa de saúde suplementar (b)	-	-	35.061	36.606
Débitos de operações de assistência à saúde e não relacionados com plano (c)	-	-	57.822	51.574
Provisões para plano de benefícios com empregados	-	-	21.322	21.892
Outros	-	-	18.677	28.102
	413.945	391.769	1.289.518	1.046.855
Circulante	-	-	241.662	161.376
Não circulante	413.945	361.769	1.047.856	885.479

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

a) Obrigações contratuais

Referem-se a obrigações contratuais nas aquisições de empresas, líquidas do ajuste a valor presente, e transações com partes relacionadas com suas Controladas, como demonstrado abaixo:

	Indexador	Vencimento	Controladora		Consolidado	
			31 de dezembro de		31 de dezembro de	
			2021	2020	2021	2020
Notre Dame Intermédica	CDI	05/2020	413.945	391.769	-	-
Hospital Family (i)	CDI	05/2021	-	-	16.824	15.941
SAMCI	CDI	12/2021	-	-	12.820	11.939
Hospital Nova Vida	CDI	07/2022	-	-	24.756	23.055
Unimed ABC	-	09/2022	-	-	13.763	22.037
Hospital São Bernardo	CDI	02/2023	-	-	29.950	28.717
Grupo Cruzeiro do Sul	95,00% CDI	02/2024	-	-	24.059	22.385
Ghelfond Participações	105,00% CDI	11/2024	-	-	10.058	9.439
Grupo Green Line	CDI	01/2025	-	-	228.534	214.279
Ecoimagem	CDI	11/2025	-	-	7.474	22.800
Grupo Samed	CDI	01/2025	-	-	33.226	52.504
Hospital Intermédica Jacarepaguá	IPCA	04/2025	-	-	15.428	11.240
Grupo Mediplan	90,00% CDI	05/2025	-	-	39.078	36.575
Belo Dente	95,00% CDI	07/2025	-	-	10.522	12.299
Grupo São José	CDI	11/2025	-	-	24.316	10.184
Grupo Clinipam	CDI	02/2026	-	-	138.947	152.650
Grupo São Lucas	Selic	01/2026	-	-	50.386	47.390
Ecole	CDI	04/2026	-	-	10.555	9.893
Hospital Coração Balneário Camboriú	CDI	04/2026	-	-	12.728	11.930
Grupo Santa Mônica	CDI	08/2026	-	-	82.717	94.294
Hospital e Maternidade Santa Brígida	CDI	10/2026	-	-	10.708	10.846
Lifeday	IPCA	12/2026	-	-	19.702	17.364
Lifecenter	CDI	12/2026	-	-	53.669	-
Bio Saúde	CDI	03/2027	-	-	7.016	-
Grupo Medisanitas	CDI	04/2026	-	-	103.742	-
Hospital do Coração de Londrina	CDI	04/2027	-	-	28.343	-
Hospital e Maternidade Maringá	CDI	07/2027	-	-	13.210	-
Grupo Serpram	CDI	08/2027	-	-	13.150	-
Casa de Saúde e Maternidade Santa Martha	IPCA	10/2027	-	-	27.993	-
			413.945	391.769	1.063.674	837.761
		Circulante	-	-	84.092	35.143
		Não circulante	413.945	391.769	979.582	802.618

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

- (i) Em 23 de dezembro de 2020, a Companhia notificou os Vendedores acerca dos valores passíveis de abatimento com a parcela retida registradas no ativo circulante. Em 9 de dezembro de 2020, os Vendedores iniciaram um processo na CAM-CCBC – Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá, requerendo alterações na condução do curso do Contrato e eventualmente a liberação do saldo da parcela retida do preço. A Companhia avalia que o montante total de perdas incorridas e contingências em aberto de responsabilidade dos Vendedores ultrapassam o valor das parcelas retidas e, suportada por seus advogados, manterá os valores retidos, em conformidade com as cláusulas do Contrato de Compra e Venda.
- b) O saldo registrado nessa rubrica se refere à taxa de saúde suplementar recolhida trimestralmente da adquirida Green Line Sistema de Saúde S.A., conforme RN nº 89/2005, em que se calcula a quantidade de beneficiários de acordo com a faixa etária.
- c) O saldo se refere a obrigações com prestadores de serviços a saúde e equipes médicas.

22. Provisões para ações judiciais

Durante o curso normal de seus negócios, a Companhia e suas Controladas ficam expostas a certas contingências e certos riscos. A provisão é estabelecida por valores atualizados, para processos trabalhistas, regulatórios/cíveis e tributários com base na opinião dos consultores jurídicos da Companhia e de suas Controladas e considera as ações com classificação de perda provável, ou seja, acima de 50% de probabilidade ocorrida.

As contingências consideradas prováveis e, também, independentemente do prognóstico de perda, todos os processos cuja lide enseja obrigação originada em lei, são apresentados como segue:

	31 de dezembro de 2020	Saldo adquirido	Provisão/ (Reversão)	Pagamentos	Atualização monetária	Consolidado 31 de dezembro de 2021
Fiscais	370.893	9.150	(110.082)	-	27.657	297.618
Trabalhistas	225.908	15.316	(60.830)	(14.773)	14.239	179.860
Regulatórios/cíveis	273.729	64.515	(35.327)	(51.703)	45.818	297.032
	870.530	88.981	(206.239)	(66.476)	87.714	774.510

	31 de dezembro de 2019	Saldo adquirido	Provisão/ (Reversão)	Pagamentos	Atualização monetária	Consolidado 31 de dezembro de 2020
Fiscais	412.897	9.374	(48.535)	-	(2.843)	370.893
Trabalhistas	212.334	3.032	16.347	(22.064)	16.259	225.908
Regulatórios/cíveis	262.387	28.151	(13.650)	(38.619)	35.460	273.729
	887.618	40.557	(45.838)	(60.683)	48.876	870.530

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

Provisões para ações judiciais de natureza:

(i) Fiscais

- A Controlada Notre Dame Intermédica Saúde questiona judicialmente a incidência do ISS (município de São Paulo) sobre seu faturamento durante o período de novembro de 2001 a dezembro de 2002. Em decisão de 1ª instância foi julgada procedente a ação. Diante do acórdão que deu provimento ao recurso de apelação da municipalidade, foram opostos embargos infringentes.
- A Controlada Notre Dame Intermédica Saúde discute judicialmente o direito à incidência do ISS sobre diferença entre os valores recebidos na atividade de plano de saúde e os repassados a terceiros que efetivamente prestarem o serviço. Houve o trânsito em julgado favorável à Cia, determinando a conversão em renda dos valores devidos recolhidos por meio de depósito judicial, face à indisponibilidade sistêmica da municipalidade. Diante da decisão terminativa do processo, a municipalidade iniciou procedimentos internos para operacionalização do “*modus operandi*” para recolhimento sistêmico.
- A Controlada Notre Dame Intermédica Saúde questiona judicialmente a tributação do ISS no município de Campinas sobre a atividade desenvolvida nesta municipalidade e a constitucionalidade do item 4.23 da Lista de Serviços anexa à Lei Complementar nº 116/2003 e da Lei Municipal nº 11.829.
- A Controlada Notre Dame Intermédica Saúde questiona judicialmente a aplicação do Fator Acidentário de Prevenção (FAP) sobre a alíquota prevista para a contribuição ao SAT/RAT, determinando-se à Autoridade coautora que se abstenha da prática de quaisquer atos tendentes à cobrança dos valores supostamente devidos, em razão da aplicação desse fator, dentre eles a negativa de renovação da Certidão de Regularidade Fiscal. Requer-se, outrossim, o reconhecimento do direito de crédito da Impetrante.
- A Controlada Notre Dame Intermédica Saúde questiona judicialmente o auto de infração relativo às diferenças de valores de recolhimentos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS baseado na premissa de suposta existência de relação de vínculo empregatício com terceiros (pessoas jurídicas).

(ii) Trabalhistas

- A Companhia possui ações judiciais de natureza trabalhista que discutem o reconhecimento de vínculo empregatício e de verbas trabalhistas e/ou rescisórias.

Regulatórios/cíveis

- As Controladas do Grupo Notre Dame Intermédica possuem ações judiciais movidas por beneficiários do Plano de Saúde que buscam obter a cobertura contratual de internações, tratamento médico e liberação de cirurgias em desacordo com as condições contratuais firmadas ou das regulamentações da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS que regulam a matéria. Em geral se relacionam com: carência, procedimentos não previstos no Rol de Cobertura Obrigatória da ANS ou em desacordo com as Diretrizes de Utilização – DUT, procedimentos estéticos, abrangência geográfica, internação fora da rede credenciada etc.

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

- As Controladas do Grupo Notre Dame Intermédica possuem ações judiciais movidas por beneficiários do Plano de Saúde que discutem os montantes de reajustes aplicados sobre os contratos. Referidas ações visam à declaração de nulidade da cláusula de reajuste dos contratos firmados que são regulados pela ANS ou requerem a aplicação de índice diverso daquele contratado.
- As Controladas do Grupo Notre Dame Intermédica possuem ações judiciais movidas por beneficiários do Plano de Saúde que visam à manutenção individual do beneficiário desligado do contrato coletivo empresarial. Os autores buscam a permanência mesmo sem atender às condições dos artigos 30 e 31 da Lei nº 9.656/98, a permanência por período maior que o previsto em lei ou a transferência para planos individuais com a manutenção da contraprestação cobrada no plano coletivo.
- As Controladas do Grupo Notre Dame Intermédica possuem ações judiciais movidas que visam à manutenção de contratos de assistência à saúde que foram rescindidos pelas Controladas do Grupo Notre Dame Intermédica por inadimplência, desacordo comercial, fim de vigência etc. Os autores buscam a anulação de cláusula que autoriza a rescisão para manutenção do vínculo contratual.
- As Controladas do Grupo Notre Dame Intermédica possuem ações judiciais movidas por beneficiários do Plano de Saúde que visam ao reconhecimento de suposta má prática médica e/ou odontológica por parte dos propositos da Companhia nos procedimentos fornecidos aos beneficiários, imputando-lhe responsabilidade solidária nos pedidos de indenização por danos materiais, morais e/ou estéticos.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e suas Controladas apresentaram outras ações de naturezas regulatórias/cíveis, trabalhistas e tributárias no montante total reclamado de R\$ 3.941.748 (R\$ 2.657.414 em 31 de dezembro de 2020), que, de acordo com consultores jurídicos, apresentam probabilidades de perda possível, motivo pelo qual não foram provisionadas.

	Consolidado	
	31 de dezembro de	
	2021	2020
Fiscais	2.467.768	1.940.800
Trabalhistas	279.775	233.764
Regulatórios/cíveis	744.205	482.850
	3.491.748	2.657.414

As principais causas de natureza cível, trabalhista e tributária classificadas como possíveis são apresentadas a seguir:

(i) *Fiscais*

- As Controladas do Grupo Notre Dame Intermédica possuem ação judicial figurando no polo ativo, pelo procedimento comum com pedidos de tutela provisória de urgência, em face da União (Fazenda Nacional), visando que sejam julgadas procedentes as demandas para o fim de se declarar a inexistência de relação jurídico-tributária entre as partes Autora e Ré quanto às exigências, em função de planos de opções, das contribuições previdenciárias sobre a folha de salários e demais contribuições de terceiros (Salário-Educação, INCRA, SESC, SENAC e Sebrae).

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

- As Controladas do Grupo Notre Dame Intermédica possuem ação judicial em que questionam judicialmente o auto de infração relativo às diferenças de valores de recolhimentos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS baseado na premissa de suposta existência de relação de vínculo empregatício com terceiros (pessoas jurídicas).
- As Controladas do Grupo Notre Dame Intermédica possuem processo administrativo que consubstancia a cobrança indevida de glosa de compensação de natureza previdenciária declarada em Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia e Informações a Previdência Social (GFIP) no período compreendido de maio de 2012 a fevereiro de 2017.
- As Controladas do Grupo Notre Dame Intermédica possuem processo administrativo decorrente de autos de infração lavrados para a cobrança indevida do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) relativos ao ano-calendário de 2013.
- A Companhia recebeu um auto de infração da Receita Federal do Brasil pelo qual se exigem supostos valores devidos a título de IRPJ e CSL, sobre deduções realizadas pela empresa a título de despesas de amortização fiscal de ágio nos anos-calendário de 2014 a 2017. Além de principal, discute-se multa agravada de 150%, multa isolada de 50% e juros SELIC. No entendimento da Fiscalização, referido ágio seria ilegítimo por: (i) não haver confusão patrimonial entre os "reais investidores" e as empresas operacionais adquiridas; e (ii) a Bain Brazil seria "empresa veículo" e não possuiria qualquer razão empresarial. A linha de defesa é sustentada principalmente por: (a) trata-se de aquisição entre partes não relacionadas, em que a Bain Brazil, adquiriu participação societária na Intermédica, Interodonto e NotreDame Seguradora; e (b) todos os requisitos previstos na Lei 9.532/97 foram devidamente atendidos neste caso. O auto de infração ainda se encontra na fase Administrativa, com prognóstico de perda "Possível" conforme relatório dos advogados do caso. O valor em discussão é R\$ 760.350."

(ii) Trabalhistas e regulatórias/cíveis

- Em linhas gerais, as naturezas desses processos são as mesmas das detalhadas acima. A Companhia mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como Autora ou Ré e, amparada pela opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente, são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos.

Atualmente, uma porção relevante dos processos regulatórios/cíveis, trabalhistas e fiscais são oriundos de empresas adquiridas. A Companhia possui o direito de compensar eventuais perdas com parcelas futuras do preço de aquisição.

23. Parcela diferida do preço de aquisição

Conforme instrumento de assunção de dívida de 31 de outubro de 2014, a Companhia assumiu a obrigação da Bain Capital Brazil Participações Ltda. de pagar a parcela diferida do preço de aquisição no montante de R\$ 220.207 com vencimento em 20 de junho de 2020. Uma vez que os valores da parcela retida podem ser utilizados para abater eventuais contingências que tenham se materializado nos primeiros 6 anos contados do fechamento e considerando a existência de processos administrativos e judiciais ainda em curso cujo total supera o valor corrigido da parcela retida, os valores permanecem retidos, conforme movimentação abaixo:

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

	31 de dezembro de 2019	Adições – contingências	Atualizações monetárias	31 de dezembro de 2020	Adições – contingências	31 de dezembro de 2021
Valor original da aquisição	254.240	-	-	254.240	-	254.240
Juros capitalizados conforme contrato (10,00% a.a.)	183.235	-	16.639	199.874	-	199.874
Total	437.475	-	16.639	454.114	-	454.114
Juros a realizar conforme contrato (10,00% a.a.)	16.680	-	(16.639)	41	-	41
Ajuste a valor presente (CDI + 2,75%)	(14.704)	-	14.704	-	-	-
Total	439.451	-	14.704	454.155	-	454.155-
Provisão contingências (a)	(320.470)	(60.747)	-	(381.217)	(22.176)	(403.393)
Total parcela diferida do preço de aquisição	118.981	(60.747)	14.704	72.938	(22.176)	50.762

(a) Contingências a serem ressarcidas, respeitando as cláusulas contratuais estabelecidas no contrato de compra e venda de quotas e outras avenças.

Em 19 de junho de 2020, a Companhia notificou os Vendedores acerca dos valores passíveis de abatimento com a parcela retida e efetuou a reclassificação da rubrica "Parcela diferida do preço de aquisição" no circulante para o não circulante, por avaliar que o encerramento do contrato não ocorrerá antes do período de doze meses. Em 21 de agosto de 2020, os Vendedores iniciaram um processo na Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional – ICC requerendo o pagamento das parcelas diferidas do preço. A Companhia avalia que o montante total de perdas incorridas e contingências em aberto de responsabilidade dos Vendedores ultrapassam o valor das parcelas retidas e, suportada por seus advogados, manterá os valores retidos.

24. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2021, o capital subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 5.808.609, composto por 615.242.127 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal (em 31 de dezembro de 2020, o capital social integralizado e subscrito da Companhia era de R\$ 5.646.453, composto por 609.787.507 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal).

Em 19 de abril de 2021, a Companhia, por meio de ata de Reunião do Conselho de Administração, aprovou o aumento de capital no montante de R\$ 162.156, mediante a subscrição de 5.454.620 novas ações ordinárias nominativas, estruturais e sem valor nominal, em razão do exercício de opção de compra de ações outorgadas no âmbito dos Planos de Opção de Compra de Ações da Companhia, sendo:

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

Grupo I – 64.187 ações ordinárias, cada uma no valor nominal de R\$ 9,271490
Grupo II – 1.592.927 ações ordinárias, cada uma no valor nominal de R\$ 16,50
Grupo III – 26.667 ações ordinárias, cada uma no valor nominal de R\$ 23,94
Grupo IV – 2.306.009 ações ordinárias, cada uma no valor nominal de R\$ 32,25
Grupo V – 50.834 ações ordinárias, cada uma no valor nominal de R\$ 33,50
Grupo VI – 1.413.996 ações ordinárias, cada uma no valor nominal de R\$ 41,42

A composição acionária em 31 de dezembro de 2021 é a que segue: (i) Alkes II detém 11,18% das ações, representados por 68.818.754 ações ordinárias, (ii) Administradores detêm 3,30% das ações, representados por 20.326.144, e (iii) os demais acionistas detêm 85,52% das ações, representados por 526.097.229 ações ordinárias.

b) Custo de emissão de ações

Os custos de transação, suportados pela Companhia, incorridos na captação de recursos por intermédio da emissão da oferta pública de distribuição de ações, totalizaram R\$ 113.913 em 31 de dezembro de 2021 e foram contabilizados em conta redutora do capital social, de forma destacada no patrimônio líquido, conforme deliberação da CVM nº 649/10 e determinação do CPC 08 (R1).

c) Reservas de lucros

- (i) Reserva legal – constituída obrigatoriamente com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício, deduzidos do prejuízo acumulado, até que seu valor atinja 20% do capital social.
- (ii) Reserva estatutária – conforme Estatuto Social vigente, a Companhia, após a destinação da reserva legal, atribuir-se-á reserva para investimentos que, somada as demais reservas de lucros, não excederá o capital social subscrito. A finalidade da reserva é assegurar recursos para financiar aplicações adicionais de capital fixo e circulante e a expansão das atividades da Companhia, estando ou não cobertas pelo orçamento de capital, devidamente aprovado em assembleia.

d) Recompra de ações

No período de 14 a 24 de janeiro de 2020, a Companhia, por meio de sua Controlada Indireta Hospital Intermédica Jacarepaguá Ltda. (Jacarepaguá), comprou 3.365.870 ações da Controladora no montante de R\$ 245.122.

Em 7 de fevereiro de 2020, a Jacarepaguá alienou 3.365.870 ações como parte de pagamento na aquisição do Grupo Clinipam. O compromisso da Companhia era a entrega de uma quantidade fixa em ações. No momento da transferência, a cotação das ações era de R\$ 72,00, equivalente a R\$ 242.343.

A variação entre o valor de aquisições na recompra e a transferência das ações foi de R\$ 2.779, apresentado na rubrica “Prêmio na alienação na participação societária”.

e) Dividendos propostos e pagos

No final do exercício é garantido aos acionistas um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido do exercício ajustado conforme estatuto social da Companhia. Em 31 de

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

dezembro de 2021, a Companhia apresentou prejuízo de R\$ 171.507, não distribuindo dividendo mínimo obrigatório.

(i) Pagamento de dividendos referente ao exercício 2020

Em 26 de abril de 2021, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a Companhia distribuiu aos seus acionistas, a título de dividendo mínimo obrigatório, o montante de R\$ 174.845, equivalente a 25% do lucro líquido da Companhia apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, correspondente a R\$ 0,28433085 por ação de emissão da Companhia. O pagamento foi realizado em moeda corrente nacional em 14 de julho de 2021.

25. Receita operacional líquida

	Consolidado	
	31 de dezembro de	
	2021	2020
Contraprestações efetivas de operações de plano de assistência à saúde	11.930.410	10.424.104
Prestação de serviços médico-hospitalares	1.038.271	638.394
Outras prestações de serviços	1	66
(-) Glosa sobre serviços médico-hospitalares	(1.313)	(8.025)
Variação das provisões técnicas de operações de assistência à saúde da Operadora	537	(1.293)
Receitas de serviços prestados	12.967.906	11.053.246
(-) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da Operadora	(294.180)	(313.841)
(-) Tributos diretos de prestação de serviço médico-hospitalares	(89.365)	(66.137)
Impostos sobre serviços prestados	(383.545)	(379.978)
Receitas líquidas de serviços prestados	12.584.361	10.673.268

26. Custo dos serviços prestados

	Consolidado	
	31 de dezembro de	
	2021	2020
Custos dos serviços prestados	(10.264.587)	(7.473.654)
(-) Coparticipação	285.232	183.617
Sistema Único de Saúde – SUS	(85.340)	(68.877)
Depreciações e amortizações	(169.753)	(122.452)
Depreciação direito de uso	(61.051)	(45.939)
Variação da provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA)	(97.086)	(35.354)
	(10.392.585)	(7.562.659)

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

27. Despesas operacionais

a) Despesas administrativas

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de		31 de dezembro de	
	2021	2020	2021	2020
Pessoal	(3.101)	(1.758)	(512.699)	(471.827)
Serviços de terceiros	(15.593)	(3.676)	(243.575)	(236.516)
Localização e funcionamento	(634)	(460)	(93.358)	(69.302)
Tributos	(954)	(182)	(7.461)	(9.378)
Publicidade e propaganda	(469)	(414)	(34.203)	(18.648)
Provisão para contingências	-	-	(83.588)	(29.786)
Depreciação e amortização	-	-	(140.422)	(161.848)
Depreciação direito de uso	-	(1.171)	(22.105)	(13.644)
Taxas, emolumentos, multas e juros	(51)	-	(5.136)	(4.831)
Programa de <i>stock option</i>	(27.801)	(48.741)	(27.801)	(48.741)
Outras	-	-	(6.145)	(4.703)
	(48.603)	(56.402)	(1.176.493)	(1.069.224)

b) Despesas comerciais

	Consolidado	
	31 de dezembro de	
	2021	2020
Remuneração – pessoal próprio	(8.060)	(8.262)
Apropriação despesa de agenciamento diferido	(360.213)	(294.068)
Comissões e agenciamentos	(324.669)	(251.023)
	(692.942)	(553.353)

c) Perdas de recuperabilidade sobre créditos

	Consolidado	
	31 de dezembro de	
	2021	2020
Reversão/(Constituição) de perda para recuperabilidade sobre créditos	3.166	(15.232)
Baixa de perdas efetivas dos créditos relacionados com plano	(106.922)	(94.274)
Outras perdas relacionadas e não relacionadas com plano	(2.044)	(1.586)
	(105.800)	(111.092)

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

28. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2021	2020	31 de dezembro de 2021	2020
Receitas com aplicações financeiras ¹	2.677	2.095	116.643	70.996
Juros recebidos	102	-	39.288	35.024
Variação monetária ativa	11.685	3.595	52.788	23.360
Outras receitas	-	-	4.223	6.880
Instrumentos derivativos – <i>Non-Deliverable Forward</i> (NDF)	-	-	4.491	6.973
Ajuste a valor de mercado	-	-	-	394
Variação cambial ativa	-	-	1	524
Descontos obtidos	7	-	3.758	3.335
Receitas financeiras	14.471	5.690	221.192	147.486
Juros financeiros - debêntures	-	-	(172.887)	(54.235)
Custos financeiros - debêntures	-	-	(3.641)	(11.615)
Variação monetária passiva	-	-	(121.181)	(61.552)
Multas e juros	(12)	(113)	(28.427)	(3.396)
Variação cambial passiva	-	-	(414)	(997)
Tarifas bancárias	(14)	(3)	(23.721)	(19.725)
Ajuste a valor mercado	-	-	(7.238)	-
Descontos concedidos	-	-	(14.442)	(6.827)
Juros financeiros - empréstimos e financiamentos	-	-	(93.482)	(38.211)
Ajuste a valor presente	-	-	(16.132)	(15.671)
Ajuste a valor presente - parcela diferida ²	-	(14.704)	-	(14.704)
Juros financeiros - arrendamentos	-	-	(60.818)	(43.959)
Custos financeiros – empréstimos e financiamentos	-	-	(2.878)	(1.698)
Instrumentos derivativos - <i>Non-Deliverable Forward</i> (NDF)	-	-	(11.767)	(2.840)
Outras despesas	(673)	(297)	(12.182)	(8.093)
Despesas financeiras	(699)	(15.117)	(569.210)	(283.523)
Resultado financeiro líquido	13.772	(9.427)	(348.018)	(136.037)

¹O montante de R\$ 2.677 na Controladora e R\$ 6.552 no consolidado se referem a rendimento sobre aplicação de liquidez imediata com contrapartida de caixa e equivalente de caixa e o montante de R\$ 110.091 se refere à aplicação financeira apresentado na nota explicativa 6.

²Refere-se à despesa financeira decorrente da atualização monetária da parcela diferida do preço de aquisição (vide nota explicativa 23).

29. Plano de Pagamento Baseado em Ações

3º. Plano de Pagamento Baseado em Ações

Em 28 de março de 2019, os acionistas reunidos em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGOE) aprovaram o Terceiro Plano de Opções de Ações, cujo objeto é a concessão de opções de compra de ações de emissão da Companhia aos diretores, conselheiros, empregados, consultores e assessores individuais, atuais e futuros, da Companhia ou de suas subsidiárias que venham a ser escolhidos a critério exclusivo do Conselho de Administração. A Companhia celebrou contrato de outorga com os participantes deste plano com a emissão de 7.334.301 opções, que estão distribuídas em *vesting* por tempo (representando 50% das ações outorgadas) e *vesting* por desempenho (representando 50% das opções outorgadas). O beneficiário deve cumprir o tempo de *vesting* de prestação de serviços de 3 a 5 anos, dependendo do contrato de outorga, e cumprir *vesting* de performance (representando 50% das opções outorgadas).

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

Em 2 de outubro de 2019, a maioria dos participantes exerceu as opções que estavam vestidas, sendo que a Companhia (I), em conformidade com o assim autorizado pelo Estatuto Social da Companhia, em seu artigo 5º, §8º, procedeu ao aumento do capital social, dentro do limite do capital autorizado, no valor de R\$ 55.308, mediante a subscrição de novas ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, num total de 9.909.392 ações.

3º. Plano de Pagamento Baseado em Ações Aditado – 2020

Em 25 de março de 2020, os acionistas, reunidos em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGOE), realizaram o aditamento do Terceiro Plano de Opção de Ações da Companhia, cujo objeto é a concessão de opções de compra de ações de emissão da Companhia aos diretores, conselheiros, empregados, consultores e assessores individuais, atuais e futuros, da Companhia ou de suas subsidiárias, que venham a ser escolhidos a critério exclusivo do Conselho de Administração.

Cada opção do Terceiro Plano de Opções de Ações dará o direito de aquisição de uma ação de emissão da Companhia. O Terceiro Plano de Opções prevê o limite global de 12.000.000 ações de emissão da Companhia.

Em 2 de abril de 2020, a Administração outorgou 4.360.000 novas opções de ações aos executivos selecionados no programa, sendo que, dessas ações, houve o cancelamento de 118.000 opções de ações, restando 4.242.000 opções válidas. Tendo em vista as normas do Pronunciamento Técnico CPC 10 (R1), a Companhia contratou consultores independentes para elaboração de estimativa do valor justo das opções de compra de ações da Companhia, na referida data de outorga, com o objetivo de fornecer subsídios à Administração no processo de registro contábil das opções, tendo adotado o modelo de precificação binomial. As opções possuem *vestings* anuais, sendo 50% dependente do transcurso do tempo e 50% dependente do atingimento de certas métricas de performance nos próximos 3 anos.

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

A movimentação das outorgas de opções de compra de ações está denominada a seguir:

	Plano de Opções de Compras de Ações								
	Time-vesting			Performance-vesting			Totais		
	Quantidade de ações	Valor justo por ação (R\$)	Valor das ações	Quantidade de ações	Valor justo por ação (R\$)	Valor das ações	Quantidade de ações	Valor das ações	Custo
1ª Outorga	-	-	-	-	-	-	-	-	41.864
2ª Outorga	-	-	-	-	-	-	-	-	1.971
3ª Outorga	32	2,3100	73	(32)	-	-	-	73	7.601
4ª Outorga	4	6,8600	25	4	6,8600	25	7	49	31.486
5ª Outorga	1.151	7,0800	8.149	1.151	7,0800	8.149	2.302	16.297	57.705
6ª Outorga	1.355	9,7308	13.182	1.355	9,7308	13.182	2.709	26.364	36.478
	2.541		21.429	2.477		21.355	5.018	42.784	177.105

A movimentação das ações do plano (ações e valores em milhares) está demonstradas a seguir:

	Quantidade de ações	Valor das ações	Custo
Saldo em 31 de dezembro de 2019	12.736	78.890	100.563
Nova outorga	4.360	46.390	-
Ações exercidas	(6.280)	(33.028)	-
Custo realizado no exercício	-	-	48.741
Saldo em 31 de dezembro de 2020	10.816	92.252	149.304
Ações exercidas/expiradas	(5.772)	(3.183)	-
Custo realizado no exercício	-	-	27.801
Saldo em 31 de dezembro de 2021	5.018	42.784	177.105

Em 31 de dezembro de 2021, está registrado o montante de R\$ 27.801 (R\$ 48.741 em 31 de dezembro de 2020) referente ao custo da transação incorrida em decorrência do Plano de Pagamento Baseado em Ações.

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

30. Resultado por ação

O cálculo básico do resultado por ação é feito por meio da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício

O resultado diluído por ação é calculado por meio da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros por ação básico e diluído:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de		31 de dezembro de	
	2021	2020	2021	2020
(Prejuízo)/Lucro do exercício	(171.443)	736.188	(171.507)	735.745
Número de ações em circulação (-)				
Tesouraria (em milhares)	614.934	609.479	614.934	609.479
(Prejuízo)/Lucro por ação (em reais)	(0,2788)	1,2079	(0,2789)	1,2072
Média ponderada de ações durante o exercício (em milhares)	613.320	605.099	613.320	605.099
(Prejuízo)/Lucro básico por ação – (em reais)	(0,2795)	1,2166	(0,2796)	1,2159

Devido ao fato de a Companhia ter apresentado prejuízo para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, as opções de compra de ações não foram consideradas no cálculo por não haver efeito diluidor nesse caso.

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de		31 de dezembro de	
	2021	2020	2021	2020
(Prejuízo)/Lucro do exercício	(171.443)	736.188	(171.507)	735.745
Média ponderada das ações durante o exercício (em milhares)	613.320	605.099	613.320	605.099
Aumento do número de ações surgidas no Plano de <i>Stock Option</i> , em caso de eventual período de todas as ações outorgadas	-	14.043	-	14.043
Média do número de ações durante os planos - diluídos (em milhares)	613.320	619.142	613.320	619.142
(Prejuízo)/Lucro diluído por ação (em reais)	(0,2795)	1,1890	(0,2796)	1,1883

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

31. Segmento operacional

A Companhia e suas Controladas, para fins de apuração do valor recuperável do ativo, segmentaram suas atividades em UGC Saúde (que compreende Saúde Sudeste, Saúde Sul e Saúde Minas) e UGC Odontológica. O quadro a seguir apresenta a demonstração do resultado para os segmentos Saúde e Odontológico:

	31 de dezembro de			
				2021
	Saúde	Odontológico	Outros segmentos	Consolidado
Receita operacional líquida	12.256.397	327.964	-	12.584.361
Custos dos serviços prestados	(10.302.165)	(90.420)	-	(10.392.585)
Resultado bruto	1.954.232	237.544	-	2.191.776
Despesas administrativas	(1.067.586)	(53.785)	(55.122)	(1.176.493)
Despesas comerciais	(671.611)	(21.331)	-	(692.942)
Perda de recuperabilidade sobre créditos	(103.417)	(2.383)	-	(105.800)
Outras receitas e despesas, líquidas	21.321	286	10.952	32.559
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	132.939	160.331	(44.170)	249.100
Resultado financeiro	(368.956)	31	20.907	(348.018)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	(236.017)	160.362	(23.263)	(98.918)
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre lucro	(81.669)	-	9.080	(72.589)
Prejuízo/(Lucro) do exercício	(317.622)	160.362	(14.183)	(171.507)
Atribuído aos acionistas:				
Controladores	(317.558)	160.362	(14.183)	(171.443)
Não controladores	(64)	-	-	(64)

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

	31 de dezembro de 2020			
	Saúde	Odontológico	Outros segmentos	Consolidado
Receita operacional líquida	10.372.504	300.764	-	10.673.268
Custos dos serviços prestados	(7.486.739)	(75.920)	-	(7.562.659)
Resultado bruto	2.885.765	224.844	-	3.110.609
Despesas administrativas	(951.101)	(59.118)	(59.005)	(1.069.224)
Despesas comerciais	(532.119)	(21.234)	-	(553.353)
Perda de recuperabilidade sobre créditos	(104.625)	(6.467)	-	(111.092)
Outras receitas e despesas, líquidas	4.125	441	(302)	4.264
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	1.302.045	138.466	(59.307)	1.381.204
Resultado financeiro	(123.998)	89	(12.128)	(136.037)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	1.178.047	138.555	(71.435)	1.245.167
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre lucro	(514.743)	6.545	(1.224)	(509.422)
Lucro/(Prejuízo) do exercício	663.304	145.100	(72.659)	735.745
Atribuído aos acionistas:				
Controladores	663.747	145.100	(72.659)	736.188
Não controladores	(443)	-	-	(443)

	2021			31 de dezembro de 2020		
	Saúde	Odontológico	Consolidado	Saúde	Odontológico	Consolidado
Eventos conhecidos ou avisados	(10.172.939)	(91.648)	(10.264.587)	(7.393.560)	(80.094)	(7.473.654)
(-) Coparticipação	283.034	2.198	285.232	180.283	3.334	183.617
Sistema Único de Saúde – SUS	(85.340)	-	(85.340)	(68.877)	-	(68.877)
Depreciações e amortizações	(169.753)	-	(169.753)	(122.452)	-	(122.452)
Depreciação direito de uso	(61.051)	-	(61.051)	(45.939)	-	(45.939)
Varição da provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA)	(96.115)	(970)	(97.086)	(36.194)	840	(35.354)
	(10.302.165)	(90.420)	(10.392.585)	(7.486.739)	(75.920)	(7.562.659)

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

32. Partes relacionadas

a) Controladora

Em 22 de março de 2014, a Bain Capital Brazil Participações S.A. (empresa incorporada pelas Operadoras Intermédica, Interodonto e Notre Dame em novembro de 2014) celebrou contrato de compra e venda de quotas e outras avenças com os vendedores das *holdings* PSBB2 e PSBB3 (empresas incorporadas pela Bain Capital Brazil Participações S.A. em setembro de 2014) e suas Controladas Intermédica, Interodonto e Notre Dame Seguradora. Conforme previsto no contrato, os Vendedores se comprometeram a indenizar a adquirente Notre Dame Intermédica Participações S.A. pelas contingências sofridas e desembolsadas que não estavam refletidas na transação inicial.

A Companhia firmou contrato de instrumento particular de repasse de indenização com a Notre Dame Intermédica, comprometendo-se a indenizar a Notre Dame Intermédica pelos desembolsos decorridos de ações jurídicas que são de responsabilidade da Companhia. O ressarcimento deverá ser pago em 6 anos e 30 dias a contar da data de fechamento do contrato de compra e venda de quotas e outras avenças. O montante registrado em rubrica "Outros passivos circulantes" em 31 de dezembro de 2021 é R\$ 413.945 (R\$ 391.769 em 31 de dezembro de 2020) (nota explicativa 21).

A Companhia mantém planos de opções para compra de ações (*stock options*). Em 31 de dezembro de 2021, as despesas relacionadas aos administradores contabilizadas no resultado totalizaram R\$ 27.801 (R\$ 48.741 em 31 de dezembro de 2020).

b) Consolidado

A remuneração dos principais administradores das Controladas, que compreendem empregados com autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades, é composta de remuneração e gratificações de curto prazo, cujo montante registrado em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 40.417 (R\$ 71.527 em 31 de dezembro de 2020).

A remuneração variável (Plano de Opção de Ações) não está incluída na remuneração global aprovada em Assembleia.

33. Compromissos

A Companhia e suas Controladas possuem contratos de aluguéis de imóveis, consultoria e manutenção que ainda não possuem requisitos para ser contabilizados até que entre em vigor a sua ocorrência pelo regime de competência. Também não se enquadram nos requisitos do IFRS 16.

	Consolidado	
	31 de dezembro de	
	2021	2020
Até um ano	132.090	114.305
De um a cinco anos	528.362	457.195
Acima de cinco anos	132.090	114.298
	792.542	685.798

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

34. Cobertura de seguros

A Companhia e suas Controladas adotam uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância. Os seguros são contratados por montantes considerados suficientes pela Administração, levando-se em consideração a natureza de suas atividades.

Itens	Tipo de cobertura	Importância segurada
Edifícios, instalações, máquinas, móveis, utensílios e estoques	Incêndio (inclusive decorrente de tumultos, greves e <i>lock-out</i>), queda de raio, explosão de qualquer natureza e queda de aeronaves, danos elétricos, equipamentos arrendados e cedidos a terceiros, RD equipamentos móveis e fixos, queda de vidros, despesas fixas (6 meses), perdas/pagamentos de aluguel (6 meses), roubo/furto qualificado de bens, vendaval, impacto de veículos até fumaça, desmoraonamento, equipamentos eletrônicos, objetos portáteis (território nacional) e roubo de medicamentos.	668.386
D&O	Responsabilidade civil, diretores, administradores e conselheiros	100.000
Responsabilidade civil	Responsabilidade civil operações	260.660
Cibernético	Seguro risco cibernético	15.000
Frota de veículos	Compreensiva, danos materiais, danos corporais e equipamentos móveis	100% tabela FIPE por veículo
Funcionários	Seguro de vida em grupo	Variável conforme faixa salarial e limite máximo R\$ 48.132
Seguro garantia	Garantias sobre contratos de clientes	187.317

35. Informações adicionais

(i) *Aquisição de participação da NeuralMed, LLC*

Em 13 de agosto de 2021, a Companhia, através de sua Controlada Direta BCBF Participações S.A., realizou investimento minoritário na *startup* NeuralMed, LLC (NeuralMed), cujas soluções otimizam o tempo de atendimento e a assertividade das decisões médicas por meio de Inteligência Artificial. O investimento realizado por meio de Contrato Simples para Futura Participação Societária prevê uma participação (totalmente diluída) de 9,29%. O valor do investimento foi de R\$ 5.000.

36. Eventos subsequentes

(i) *Conclusão da operação de compra da CCG Participações S/A*

Em 4 de junho de 2021, a Controlada BCBF Participações S.A. (BCBF) celebrou contrato de compra e venda de ações sob condições suspensivas e outras avenças para aquisição da CCG Participações S.A. ("Centro Clínico Gaúcho"), operadora verticalizada que oferece planos de saúde, planos dentais e serviços de saúde no Estado do Rio Grande do Sul.

A totalidade das condições precedentes foram atingidas em 10 de janeiro de 2022, data na qual foi formalizado o termo de fechamento da aquisição, onde a BCBF passou a deter 100% (cem por cento) das ações da CCG Participações S.A. Adicionalmente, a BCBF cedeu e transferiu para sua

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

controlada direta Hospital e Maternidade Maringá S.A. todos os direitos e obrigações previstos no contrato, permanecendo solidariamente responsável por todas as obrigações do comprador previstas no referido contrato.

Parcela à vista	643.693
Parcela retida	299.996
Total da contraprestação	943.689
Ajuste a valor presente sobre a parcela retida	(44.265)
Total da contraprestação líquida	899.424

Em 4 de janeiro de 2022, a transação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) por meio do ato de concentração 08700.003434/2021-19.

(ii) Combinação de negócios entre GNDI e Hapvida – Aprovação CADE

A Companhia, em cumprimento às normas vigentes e em continuidade aos fatos relevantes divulgados em 27 de fevereiro e 29 de março de 2021, comunica que a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) deferiu o pedido de autorização para a assunção do controle societário indireto das operadoras de planos de assistência à saúde Notre Dame Intermédica Saúde S.A., Mediplan Assistencial Ltda., SMV Serviços Médicos Ltda., Climepe Total Ltda., Lifeday Planos de Saúde Ltda., São Lucas Saúde S.A. e Clinipam Clínica Paranaense de Assistência Médica Ltda. por Hapvida Participações e Investimentos II S.A., controlada diretamente por Hapvida Participações e Investimentos S.A. (Hapvida).

Em 4 de janeiro de 2022, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) aprovou a operação de combinação de negócios entre Grupo Notre Dame Intermédica e Hapvida, sem restrições conforme ato de concentração 08700.003176/2021-71.

(iii) Combinação de negócios entre GNDI e Hapvida – Dividendos Extraordinários

Em 20 de janeiro de 2022, a Companhia comunicou aos seus acionistas mercado em geral, que o Conselho de Administração, fixou, nesta data, o dividendo extraordinário da Companhia realizada em 20 de março de 2021, no valor de R\$ 1 bilhão de reais correspondente a aproximadamente R\$ 1,613026961 por ação de emissão da Companhia (Dividendos Extraordinários).

O pagamento dos dividendos extraordinários está condicionado à (a) consumação da Combinação de Negócios, (b) será realizado, em moeda corrente nacional, até 29 de março de 2022, com base na composição acionária da Companhia no fechamento do mercado em 11 de fevereiro de 2022, e (c) será isento de imposto de renda, de acordo com o artigo 10 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995.

Nos termos do Acordo de Associação e Outras Avenças celebrado em 27 de fevereiro de 2021, entre a Companhia, a Hapvida Participações e Investimentos II S.A. (HapvidaCo), subsidiária da Hapvida, e PPAR Pinheiro Participações S.A., sociedade controladora da Hapvida, o valor dos dividendos extraordinários será descontado do valor a ser pago pelo resgate das ações preferenciais de emissão da HapvidaCo que serão entregues aos acionistas da Companhia no âmbito da Combinação de Negócios.

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

(iv) *Consumação da combinação de negócios entre GNDI e Hapvida*

Em 11 de fevereiro de 2022, a Companhia encerrou a negociação das ações de emissão do GNDI na B3 sob o código GNDI3, sendo considerados como acionistas GNDI, tanto para os fins da Operação como para fazer jus ao direito ao recebimento dos dividendos extraordinários declarados pelo GNDI em 20 de janeiro de 2022 os titulares de ações do GNDI no fechamento do pregão nesta data.

Em 14 de fevereiro de 2022 haverá o início da negociação das novas ações ordinárias da Hapvida que serão emitidas aos acionistas do GNDI, com base na relação de troca de 5,24364185943 ações ordinárias da Hapvida para cada uma ação ordinária de emissão do GNDI. O crédito efetivo das novas ações da Hapvida ocorrerá em 16 de fevereiro de 2022. A Relação de Troca Final já considera todos os ajustes previstos no Protocolo e Justificação, e desconsidera as ações em tesouraria do GNDI.

Adicionalmente, conforme divulgado no Comunicado ao Mercado de 9 de fevereiro de 2022, o valor final a ser recebido pelos acionistas do GNDI em contrapartida ao resgate das ações preferenciais resgatáveis da HapvidaCo será de R\$ 5,16614751932 para cada ação ordinária do GNDI de que eram proprietários (Parcela Caixa Final). A Parcela Caixa Final já considera todos os ajustes previstos no Protocolo e Justificação, bem como a atualização pela variação do CDI sobre o valor total de R\$ 4.000.000.000,00 a partir de 29 de março de 2021 (exclusive) até a presente data (inclusive).

O pagamento da Parcela Caixa Fixa e dos Dividendos Extraordinários será feito em 29 de março de 2022.

(v) *Conclusão da operação de compra do Hospital do Coração de Duque de Caxias Ltda.*

Em 10 de fevereiro de 2022, a Companhia, através das suas controladas indiretas Notre Dame Intermédica Saúde S.A. e Gralha Azul Administração e Participação Ltda., celebrou contrato de compra e venda de quotas e outras avenças para aquisição do HSCOR Hospital do Coração de Duque de Caxias Ltda., passando a deter 100% das quotas do hospital.

A totalidade das condições precedentes foram atingidas em 10 de fevereiro de 2022, data na qual foi formalizado o termo de fechamento da aquisição. O valor da aquisição final foi de R\$ 24.830.

Parcela à vista	11.213
Parcela retida	16.000
Total da contraprestação	27.213
Ajuste a valor presente sobre a parcela retida	(2.383)
Total da contraprestação líquida	24.830

A consumação desta transação não está sujeita à aprovação prévia da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

A transação não está sujeita e, portanto, não será submetida à aprovação dos seus acionistas, conforme previsto no artigo 256 da Lei nº 6.404/76, tampouco ensejará, nos termos do disposto no Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº 01/2021, o direito de recesso aos seus acionistas, uma vez que a transação foi realizada por meio das controladas Notre Dame Intermédica Saúde S.A. e da Gralha Azul Administração e Participação Ltda.

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

(vi) Cancelamento do registro de companhia aberta

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 17 de fevereiro de 2022, foram aprovadas pela Hapvida Participações e Investimentos S.A. (Hapvida), atual única acionista da Companhia: (i) o cancelamento do registro de emissor de valores mobiliários, categoria "A", da Companhia perante a CVM, nos termos do artigo 50 da Instrução CVM nº 480/2009; (ii) o cancelamento da listagem da Companhia perante a B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3) e a saída da Companhia do segmento de negociação da B3 denominado "Segmento Básico"; e (iii) a submissão à CVM e à B3 do requerimento dos cancelamentos.

Em 18 de março de 2022, a CVM e B3 deferiram os pedidos de cancelamentos mencionados acima.

(vii) Ata de Reunião do Conselho de Administração - Aumento de capital

Conforme determinado no Acordo de Associação assinado em 27 de fevereiro de 2021 entre a Companhia e a Hapvida, como condição para a relação de troca das ações GNDI3 para HAPV3, o Conselho de Administração, em reunião realizada em 11 de janeiro de 2022, aprovou o aumento de capital no montante de R\$ 186.639, mediante a subscrição de 5.018.412 novas ações ordinárias nominativas, estruturais e sem valor nominal, em razão do exercício de opção de compra de ações outorgadas no âmbito dos Planos de Opção de Compra de Ações da Companhia, sendo:

- a) 7.182 ações ordinárias, pelo preço de emissão de R\$ 16,50
- b) 2.251.060 ações ordinárias, pelo preço de emissão de R\$ 32,25
- c) 50.833 ações ordinárias, pelo preço de emissão de R\$ 33,50
- d) 2.709.337 ações ordinárias, pelo preço de emissão de R\$ 41,42

O capital social da Companhia passou de R\$ 5.808.609 dividido em 615.242.127 ações ordinárias para R\$ 5.995.248 dividido em 620.260.539 ações ordinárias.
